

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
NÍVEL MESTRADO

DANIELE DIAS DE OLIVEIRA BERTAGNOLLI

**Estudo sobre a Influência dos Investimentos Sociais e Ambientais no Desempenho
Econômico das Empresas**

São Leopoldo (RS)

2006

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
NÍVEL MESTRADO

Daniele Dias de Oliveira Bertagnolli

**Estudo sobre a Influência dos Investimentos Sociais e Ambientais no Desempenho
Econômico das Empresas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Ernani Ott

Co-orientador: Prof. Dr. Cláudio Damacena

São Leopoldo (RS)

2006

Dissertação **Estudo sobre a Influência dos Investimentos Sociais e Ambientais no Desempenho Econômico das Empresas**, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – Nível Mestrado da Universidade do Vale do Rio dos Sinos pela aluna **Daniele Dias de Oliveira Bertagnolli**, e aprovada em 16 de fevereiro de 2006, pela Banca Examinadora.

Prof. Dr. Ernani Ott
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. Cláudio Damacena
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Visto e permitida a impressão
São Leopoldo, / / .

Prof. Dr. Ernani Ott
Coordenador do PPG em Ciências Contábeis

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais pelo amor, carinho e estímulo que me ofereceram, e ao meu amor, sem o qual eu não teria concluído esta etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela minha existência, por ter me dado serenidade para perceber quanto nos fortalecemos diante das dificuldades e por ter mostrado que podemos vencer quando acreditamos naquilo que nos propomos fazer.

Agradeço aos meus pais, que me ensinaram a viver com dignidade, a conhecer o mundo e a respeitar o próximo. Que em muitas vezes renunciaram sonhos para que eu pudesse realizar os meus.

Agradeço ao meu esposo, por ter compreendido a minha ausência, incentivado a realização deste, e por todo o apoio que jamais imaginei que ele poderia me dar.

Agradeço aos familiares que de forma indireta ajudaram na realização deste trabalho. Em especial minha cunhada que me auxiliou em alguns momentos, minha irmã e meu irmão.

Agradeço aos meus orientadores Professores Dr. Ernani Ott e Dr. Cláudio Damacena, pelo incentivo, paciência, tolerância e dedicação no criterioso trabalho de acompanhamento e orientação desta dissertação.

Agradeço aos professores do curso, em especial ao Professor Dr. Paulo Renato Soares Terra, por ter acreditado no meu potencial durante a entrevista realizada em uma das etapas de seleção e ao Professor Dr. Auster M. Nascimento, pelo grandioso conhecimento que nos proporcionou.

Agradeço aos colegas do mestrado, pela convivência que nos enriqueceu como seres humanos e pelos conhecimentos adquiridos, em especial à minha amiga Débora, por todos os momentos juntas e por ter me incentivado sempre.

Agradeço a secretaria de Pós-Graduação do Mestrado, em especial a Ana Zilles, pela acolhida e dedicação com todos nós.

Agradeço aos meus amigos e a todos que de uma maneira ou outra contribuíram para a realização deste trabalho, incluindo aqui os amigos Abílio Noal Gonçalves e Rosângela Noal Gonçalves pelo apoio irrestrito.

**“Apenas quando o homem matar o último peixe,
poluir o último rio e derrubar a última árvore,
irá compreender que não poderá comer o
dinheiro que ganhou!” (autor desconhecido).**

RESUMO

É notável os investimentos que as organizações tem realizado nas áreas sociais e ambientais; e algumas pesquisas têm apresentado que a sociedade estaria disposta a pagar mais por um produto que não agrida o meio ambiente. Com o intuito de avaliar se as empresas estão tendo um retorno destes investimentos, o presente estudo objetivou determinar o nível de influência dos investimentos sociais e ambientais na receita líquida e no resultado operacional das empresas. Para tal, realizou-se uma pesquisa documental, onde foram coletados os balanços sociais modelo IBASE de 176 empresas, disponíveis no *site* deste instituto. Com o auxílio do *software* SPSS 13.0 for *Windows* realizou-se a análise fatorial com as variáveis independentes, em número de 23, com a finalidade de redução de dados, chegando-se a sete fatores, sendo o segundo melhor conjunto formado por seis fatores. Realizou-se, então, os testes de regressão múltipla com o intuito de verificar se os indicadores sociais e ambientais, que são as variáveis independentes, influenciam ou não nas variáveis dependentes, ou seja, na receita líquida e no resultado operacional. Conclui-se que os investimentos sociais e ambientais que mais influenciam a receita líquida são: investimentos em benefícios aos funcionários, investimentos em cultura e educação, investimentos em segurança, prevenção de acidentes e meio ambiente, e investimento em habitação, por explicarem a variação de 31,9% dessa variável; Já os investimentos sociais e ambientais que mais influenciam o resultado operacional são: investimento em saúde e bem estar, investimentos em benefícios aos funcionários e investimentos em cultura e educação, por explicarem a variação de 32,1% dessa variável.

Palavras-chaves: responsabilidade social, indicadores de responsabilidade social, balanço social.

ABSTRACT

Many organizations are seriously committed to and investing in social and environmental causes, and recent research shows that society is willing to pay more for products which don't compromise nature. The present study aimed at evaluating whether those companies are somehow obtaining return; at determining the level of influence of those social and environmental investments over their net revenues and operational results. The method was a documental research for which social balance statement were collected – IBASE model – that were available at the site of this institute. With the help from software SPSS 13.0 for Windows, one fulfilled the factorial analysis with 23 independent variables. Having in view a data reduction, one got to seven factors and the second best set was formed by six factors. The following step was the multiple regression tests aiming at verifying whether or not the social and environmental indicators, which are the independent variables, have some influence on the dependent variables, that is, on the net revenue and on the operational earnings. One came to the conclusion that social and environmental investments that best influence net revenue, because they explain the variation of 31.9% of that variable, are: investments in benefits to staff, in culture and education, in security and occupational hazard prevention, in environment, and in housing. On the other hand, the social and environmental investments which best influence the operational earnings, because they explain the variation of 32.1% of that variable, are: investments in health and welfare, in benefits to the employees, in culture and education.

Key-words: social responsibility, social responsibility indicators, social balance statement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estágios da responsabilidade social corporativa.....	45
Figura 2 - Os três pilares do desenvolvimento sustentável	81
Figura 3 - Processo produtivo sob o ponto de vista da gestão ambiental.....	877

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- As características da nova racionalidade social	23
Quadro 2 - Relacionamento da Empresa com seus parceiros.....	35
Quadro 3 - Responsabilidade Social Interna e Externa	43
Quadro 4 – Definições da área social referidas à responsabilidade social	49
Quadro 5 – Os sete grandes temas com seus respectivos indicadores.....	54
Quadro 6 – Elementos, indicadores e medidas sugeridas.....	60
Quadro 7 - Desdobramento das normas ISO 14000	94
Quadro 8 – Variáveis dependentes e independentes	132
Quadro 9 – <i>Outliers</i>	134
Quadro 10 – Os sete fatores gerados	140
Quadro 11 – Os seis fatores gerados	142

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resultados do R^2 e R^2 ajustado da primeira regressão	1477
Tabela 2 – Beta, t estatístico e significância (1ª regressão).....	1488
Tabela 3 – Resultados do R^2 e R^2 ajustado da segunda regressão	1500
Tabela 4 – Beta, t estatístico e significância (2ª regressão).....	1522
Tabela 5 – Resultados do R^2 e R^2 ajustado da terceira regressão	1544
Tabela 6 – Beta, t estatístico e significância (3ª regressão).....	1566
Tabela 7 – Resultados do R^2 e R^2 ajustado da quarta regressão	1588
Tabela 8 – Beta, t estatístico e significância (4ª regressão).....	15959
Tabela 9 – Comparação entre os resultados	1622

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Contextualização.....	14
1.2 Objetivos.....	17
1.2.1 Objetivo geral.....	17
1.2.2 Objetivos específicos.....	17
1.3 Delimitação do Estudo.....	18
1.4 Relevância do Estudo.....	19
1.5 Estrutura da Dissertação.....	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1 Responsabilidade Social.....	21
2.1.1 Histórico da responsabilidade social.....	26
2.1.2 Conceito de responsabilidade social.....	32
2.1.3 Responsabilidade social em outras dimensões.....	40
2.1.4 Indicadores de responsabilidade social da empresa.....	50
2.2 Gestão Ambiental.....	60
2.2.1 O meio ambiente.....	60
2.2.2 As empresas e o meio ambiente.....	62
2.2.3 Evolução da questão ambiental.....	66
2.2.4 Desenvolvimento sustentável.....	79
2.2.5 Legislação ambiental.....	82
2.2.6 Conceito de gestão ambiental.....	84
2.2.7 Sistema de gestão ambiental.....	89
2.2.8 Normatização ambiental.....	91
2.3 Balanço Social.....	95
2.3.1 Histórico do balanço social.....	96
2.3.2 Balanço social no Brasil.....	104
2.3.3 Conceito de balanço social.....	109
2.3.4 Indicadores de responsabilidade social do balanço social.....	113
2.3.5 Legislação sobre balanço social.....	117
2.4 Estudos Realizados sobre os Temas Social e Ambiental.....	119
3 MÉTODO DE PESQUISA.....	129
3.1 Classificação da Pesquisa.....	129

3.2 Universo da Pesquisa	131
3.3 Coleta e Tratamento dos Dados	131
3.4 Análise dos Dados	133
3.4.1 Análise dos pressupostos das técnicas estatísticas	133
3.4.2 Análise fatorial	135
3.4.3 Regressão múltipla	142
3.5 Limitações do Método.....	144
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	146
4.1 Regressão entre a Receita Líquida e os Seis Fatores	146
4.2 Regressão entre a Receita Líquida e os Sete Fatores	150
4.3 Regressão entre o Resultado Operacional e os Seis Fatores	154
4.4 Regressão entre o Resultado Operacional e os Sete Fatores.....	157
4.5 Comparações entre os Resultados das Regressões.....	161
5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	163
5.1 Conclusão.....	163
5.2 Recomendações.....	168
REFERÊNCIAS	170
APÊNDICES	177
ANEXOS.....	183

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O desenvolvimento da ciência e da tecnologia tem levado as diversas áreas do conhecimento a um grande desenvolvimento.

A ciência contábil não poderia eximir-se desse desígnio. Nesse sentido, vem evoluindo num processo contínuo e ascendente, isto é, vem se modernizando na busca de dar conta de novas demandas apresentadas pela sociedade em constante transformação.

Os profissionais da área contábil cada vez mais são chamados a se atualizarem e desenvolverem novas pesquisas na área, para atender os usuários com maior eficiência e eficácia. No desempenho de suas funções devem ter presente o princípio da efetividade, detectando formas de valorar ações realizadas pelas empresas que sejam socialmente desejáveis para a sociedade.

Nessa perspectiva, percebe-se que são crescentes as pressões que as empresas vêm sofrendo de vários segmentos da sociedade para adotarem uma postura social e

ambientalmente responsável, que venha a minimizar problemas sociais, que no Brasil, bem como em outros países, se caracterizam por altos índices de analfabetismo e desemprego; trabalho e prostituição infantil; criminalidade; violência social; fome e desnutrição; doenças produzidas por problemas ambientais; desmatamentos, poluição do ar e dos rios; e problemas de ordem ética como: corrupção, desvio de verbas, entre outros.

Com isso, entende-se que as questões sociais e ambientais, amparadas pelas exigências de uma nova ordem mundial, que tem se manifestado pelo desenvolvimento de ‘sociedades sustentáveis’, trazem para a comunidade acadêmica e entre elas a da área contábil uma postura em defesa da vida no planeta. Assim, o profissional responsável pela contabilidade não pode eximir-se de contribuir na busca de solução para essas questões.

Nesse caso, é preciso que esse profissional assuma o compromisso de, além de divulgar e analisar as informações econômico-financeiras das pessoas jurídicas, busque o estabelecimento de um elo de ligação entre as empresas, o (ente jurídico) e a comunidade, (*locus* onde os problemas sociais se apresentam). Esse elo, constitui-se no requisito básico à necessária transparência entre o ente jurídico e a sociedade. Essa transparência tem se efetivado, em termos formais, pela divulgação do Balanço Social pelas empresas nos órgãos de imprensa. No entanto, isso tem se declarado insuficiente uma vez que a maior parte da população não tem acesso a essas informações, enquanto que tantas outras recebem as informações mas não tem condições de interpretá-las.

Isso leva a crer na necessidade de uma atitude pragmática diferenciada quanto aos instrumentos produzidos pelo profissional da contabilidade, para que se tornem mais

transparentes, bem como uma atitude mais didática, no sentido de auxiliar a população, em geral, na interpretação dos mesmos.

Por outro lado, reconhecendo-se que um dos maiores desafios que o mundo enfrenta nesse novo milênio é fazer com que as forças do mercado protejam e melhorem a qualidade de vida humana e ambiental no planeta, entende-se, também que é preciso contar com a ajuda de padrões baseados no desempenho e uso criterioso de instrumentos econômicos, num quadro harmonioso de regulamentação para que a empresa se torne mais transparente.

O novo contexto econômico e social caracteriza-se por uma postura dos clientes mais voltada à expectativa de interagir com organizações que sejam éticas, com boa imagem institucional no mercado, e que atuem de forma ecologicamente responsável, isto é, que sejam verdadeiramente eficientes, eficazes e efetivas.

Diante de tais transformações econômicas e sociais, uma indagação poderia emergir. A questão ambiental e ecológica não seria mero surto passageiro de preocupações que demandariam medidas com pesado ônus para as empresas que a adotarem? Entende-se que não, pois, pesquisas recentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) mostram o contrário, ao revelarem “que 68% dos consumidores brasileiros estariam dispostos a pagar mais por um produto que não agredisse o meio ambiente” (TACHIZAWA, 2004, p. 23).

Tal fato leva a considerar-se que as empresas que investem nas áreas social e ambiental podem ter vantagens decorrentes dessa postura, perceptíveis em seus desempenhos.

Assim, a presente pesquisa procurou responder a seguinte questão: **em que medida os investimentos sociais e ambientais influenciam o desempenho econômico das empresas?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste estudo consiste em determinar em que medida os investimentos sociais e ambientais influenciam o desempenho econômico das empresas.

1.2.2 Objetivos específicos

Na busca de concretizar o atingimento do objetivo geral, propõem-se os seguintes objetivos específicos:

a) realizar uma revisão bibliográfica sobre os temas: responsabilidade social, gestão ambiental e balanço social, bem como de estudos a estes relacionados;

b) identificar os indicadores sociais internos, externos e ambientais das empresas objeto de estudo;

c) verificar a relação entre os indicadores sociais internos, externos e ambientais das empresas em estudo;

d) definir as variáveis dependentes e independentes para fins de aplicação da análise de regressão múltipla.

1.3 Delimitação do Estudo

É necessário delimitar-se a pesquisa para estabelecer os limites para a investigação (MARCONI; LAKATOS, 1999).

Nesse sentido, este estudo, quanto ao tema, trata da Responsabilidade Social, Gestão Ambiental e o Balanço Social, e limitou-se a investigar se os investimentos sociais e ambientais influenciam no desempenho das empresas, tomando-se por base a receita líquida e o resultado operacional das mesmas.

Quanto à extensão, o estudo considera as empresas que divulgaram o Balanço Social, modelo IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), no *site* do Balanço Social do IBASE (<http://www.balancosocial.org.br>), disponíveis no período de 27 de julho a 06 de agosto do ano de 2004.

Quanto ao aspecto temporal, esta pesquisa abrangeu os balanços sociais publicados referentes aos anos de 1996 a 2002, tendo em vista que esse período compreende o disponível na data de coleta dos dados.

1.4 Relevância do Estudo

A presente pesquisa encontra relevância acadêmica por apresentar-se como um estudo novo na área contábil relacionado ao tema, na medida em que não foi encontrado outro estudo com tais características. Identificou-se um estudo que tratou da relação entre lucros e salários (ZANELLA, DAVID, 2002), que também usou o balanço social como fonte de investigação.

Nessa perspectiva, espera-se contribuir para ampliar a discussão sobre as relações entre os investimentos na área social e ambiental, representados pelos indicadores de responsabilidade social, com o retorno proporcionado às empresas, representado pela receita líquida e o resultado operacional.

Tem relevância social, na medida em que sua divulgação poderá motivar os empresários a publicarem o balanço social como forma de dar visibilidade aos investimentos feitos em suas empresas nesse campo, revelando o quanto estão preocupados com esta questão.

Dada a sua natureza, este estudo se enquadra na linha de pesquisa ‘Teoria da Contabilidade’ do Programa de Pós Graduação – Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

1.5 Estrutura da Dissertação

A dissertação está constituída de cinco capítulos. O primeiro capítulo refere-se a introdução, onde apresenta-se uma contextualização do tema, os objetivos geral e específicos, a delimitação e a relevância do estudo.

O segundo capítulo apresenta o referencial teórico que fundamenta o estudo, iniciando-se com o tema Responsabilidade Social, pode-se destacar o contexto histórico de seu surgimento, a evolução de seu conceito, a responsabilidade social em outras dimensões e os indicadores de responsabilidade social da empresa; seguindo com a Gestão Ambiental, onde contempla-se o meio ambiente, as empresas e o meio ambiente, a evolução da questão ambiental, o desenvolvimento sustentável, a legislação ambiental, o conceito de gestão ambiental, sistema de gestão ambiental e a normatização ambiental; continuando com o Balanço Social, discorrendo sobre o seu histórico, o balanço social no Brasil, a conceituação do balanço social, seus indicadores, legislação acerca do tema; e finalizando com os estudos realizados sobre os temas social e ambiental.

O terceiro capítulo se refere ao Método de Pesquisa, incluindo a classificação da pesquisa; universo e amostra; forma de coleta e tratamento dos dados; análise dos dados, que compreendeu a análise dos pressupostos das técnicas estatísticas, a análise fatorial e a regressão múltipla; e, por último, apresentam-se as limitações do método.

No quarto capítulo faz-se a análise dos resultados da pesquisa; no quinto capítulo apresenta-se a conclusão e as recomendações para novas pesquisas a serem realizadas, seguidas das referências, apêndices e anexos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Responsabilidade Social

O homem de negócios¹, na concepção de Bowen (1957), não percebia a relação de suas decisões particulares dentro da empresa e o bem estar público. Então, para justificar o quanto as decisões desses homens modificam a sociedade, o autor explica que as decisões de todas as empresas conjuntamente, somadas, determinam, em grande parte, elementos relevantes como a proporção de empregos e o grau de prosperidade, o regime do progresso econômico, a distribuição da renda entre os vários grupos sociais, e a organização da indústria e do comércio.

Naquela época o autor fazia duas perguntas que ele mesmo tratou de responder. A primeira era a seguinte: “Em face de sua posição privilegiada e de sua considerável autoridade para decidir, estarão os homens de negócios na obrigação de levar em conta as conseqüências sociais ao firmarem suas resoluções de caráter privado?” E a segunda que completa a primeira era; “no caso afirmativo, terão eles responsabilidades sociais que transcendam suas

¹ Termo que o autor usava naquela época, para falar a respeito dos empresários dos Estados Unidos.

obrigações para com os proprietários ou os acionistas?” (BOWEN, 1957, p. 14). Para o autor, a resposta as duas perguntas é afirmativa, pois ele já naquela época estava se tornando cada vez mais óbvio que dificilmente poderia continuar a existir uma liberdade de escolha e uma delegação de autoridade como as que os homens de negócios desfrutavam, sem a admissão de uma responsabilidade social.

Pode-se observar que Bowen já possuía uma visão diferente do que seria a visão tradicional da empresa, ou seja, uma instituição apenas econômica cuja responsabilidade consubstancia-se na busca da maximização dos lucros e na minimização dos custos, e pouco além disso. E era comum considerar dentro desse enfoque que “o que é bom para as empresas é bom para a sociedade de forma geral” (DONAIRE, 1995).

Já a visão moderna da empresa, em relação ao seu ambiente, segundo Donaire (1995), é muito mais complexa, pois ela é vista como uma instituição sócio-política, o que faz com que a linha de demarcação entre empresa e seu ambiente seja vaga e ambígua.

Essa visão é o resultado de uma mudança de enfoque que está ocorrendo no pensamento da sociedade e mudando sua ênfase do econômico para o social, valorizando aspectos sociais que incluem distribuição mais justa da renda, qualidade de vida, relacionamento humano, realização pessoal, etc.

Nessa perspectiva, Kwasnicka (1995) afirma que paralelamente ao objetivo de crescimento e desenvolvimento das organizações, as empresas passaram também a ter uma responsabilidade social junto aos seus empregados, consumidores, acionistas e a comunidade onde elas atuam.

Corroborando com Donaire, Melo Neto e Froes (2001) indicam uma nova lógica e racionalidade social, cujas características podem ser observadas no quadro 1.

Nova racionalidade social
1. As empresas como principais agentes.
2. Foco na comunidade e não na sociedade.
3. Ênfase na prática da solidariedade empresarial e não local ou regional.
4. Desenvolvimento da comunidade a partir das ações sociais empresariais.
5. A empresa como grande investidor social, e não o Estado ou a sociedade.

Quadro 1- As características da nova racionalidade social

Fonte: MELO NETO, Francisco P. de; FROES, César. Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001, p. 7.

Os autores explicam que as empresas atuam como principais agentes desta nova racionalidade social, e o foco das suas ações não é a sociedade, em sentido amplo, mas a comunidade local, ou seja, aquela situada em seu entorno.

Portanto, muitas das decisões internas da organização requerem considerações explícitas das influências provindas do ambiente externo, e seu contexto inclui considerações de caráter social e político que se somam às tradicionais considerações econômicas. Hoje, a sociedade tem preocupações ecológicas, de segurança, de proteção e defesa do consumidor, de defesa dos grupos minoritários, de qualidade dos produtos, etc., que não existiam de forma tão pronunciada em décadas passadas. Isso tem pressionado as organizações a incorporar esses valores em seus procedimentos administrativos e operacionais (DONAIRE, 1995).

Além disso, o autor afirma que a sociedade tem ficado mais atenta ao comportamento ético das empresas, bem como sobre a atuação de seu corpo de executivos, o que tem resultado em novas leis e regulamentos que tentam melhorar o padrão ético das

corporações e tem provocado o surgimento de novas posturas estratégicas em face das mudanças provocadas nas regras do jogo.

Os veículos de comunicação têm enfatizado sua vigilância nos comportamentos não éticos das corporações, sejam públicas ou privadas, o que, por um lado, tem sujeitado as empresas a um maior comprometimento e responsabilidade social em sua atuação e, por outro, dificultado um aprimoramento em sua performance econômica.

Donaire (1995) afirma, ainda, que se observam atitudes pouco éticas por parte das empresas, reforçadas pelo comportamento dos cartéis existentes, demonstrando que a credibilidade das organizações tem caído junto à sociedade e isso acaba gerando um clima de hostilidade para com estas.

É neste contexto que surge a ética da responsabilidade social, o espírito da cidadania empresarial, Melo Neto e Froes (2001) afirmam que esta nova ética veio para superar os efeitos perversos da ética da irresponsabilidade social, do domínio do dinheiro em estado puro e dos consumismos desenfreados.

Por outro lado, Donaire (1995) cita que têm aumentado significativamente o número e a influência de grupos na sociedade, grupos esses de interesse pluralista que se formam em defesa de vários aspectos como, por exemplo: combate à poluição e a existência de cartéis; proteção do consumidor, às mulheres e minorias contra discriminação, etc. Esses grupos têm aprimorado o uso de sua influência junto ao poder público e aos políticos, para que a legislação possa atender e privilegiar tais questões.

Complementando, o autor cita que com o alargamento dos mercados internacionais: união dos países europeus, mercado comum entre EUA, Canadá e México, integração latino-americana e outros que evidenciam o surgimento de um mercado mundial, todas as empresas, mesmo aquelas que atuam no mercado doméstico, acabam sendo afetadas, quer pela competição existente com as multinacionais domiciliadas no país, quer pela importação de bens dos países que possuem vantagens comparativas.

Conseqüentemente, segundo Donaire (1995), a lucratividade e a rentabilidade das empresas são fortemente influenciados pela sua capacidade de antecipar e reagir frente às mudanças sociais e políticas que ocorrem em seu ambiente de negócios. Ignorar essas tendências tem custado a muitas companhias grande quantidade de dinheiro e embaraços em sua imagem institucional.

A empresa que consegue fazer a vinculação entre o investimento social e o seu negócio reforça a sua imagem empresarial, e com a imagem fortalecida ‘potencializa a sua marca’ ganhando, assim, maior visibilidade junto aos clientes, adquirindo o *status* de ‘empresa-cidadã’ (MELO NETO; FROES, 1999).

No Brasil, vários são os problemas de natureza ambiental gerados por empresas, e para que esses problemas sejam resolvidos, estas precisam interferir nos seus objetivos econômicos, pois não têm outra escolha senão a de prover recursos para atender a essas reivindicações da sociedade (DONAIRE, 1995).

Seguindo este raciocínio, Souza (2001) cita que há cada vez mais a necessidade de demonstrar à sociedade que não se progride sem a pureza do ar, a preservação das florestas e a dignidade da população.

2.1.1 Histórico da responsabilidade social

Para Karkotli e Aragão (2004), foi durante os anos 1950 e 1960 que começaram a brotar dúvidas em relação a responsabilidade social vigente, ou seja, aquela orientada pelos princípios da caridade e da custódia. Desde então, o significado da expressão responsabilidade social da empresa vem sendo debatido.

De acordo com Duarte e Dias (1986), em 1953 surgiu nos Estados Unidos o primeiro livro que analisava o tema responsabilidade social com extensão e profundidade, denominado *Social Responsibilities of Businessman*, escrito por Howard Bowen. Esta obra alcançou grande repercussão nos meios acadêmicos e empresariais, e foi traduzida para vários idiomas, inclusive o português.

Os autores afirmam que na mesma década, o tema difundiu-se pelos meios empresariais e acadêmicos norte-americanos, e que em algumas universidades foi tratado em seminários e cursos regulares, tornando-se objeto de encontros, simpósios e cursos de atualização para executivos.

No entanto, conforme os citados autores, a popularização do tema começou no início dos anos 60, através de uma série de programas de televisão levados ao ar pela *Pacific*

Northwest, sob a direção de Joseph McGuirre, resultando desta série, o livro *Business and Society*, lançado em 1963.

Segundo Ashley (2005), começou-se a discutir no meio empresarial e acadêmico a importância da responsabilidade social corporativa pela ação de seus dirigentes e administradores, inicialmente, nos Estados Unidos e, posteriormente, no final da década de 1960, na Europa, por autores como Bowen, Mason, Chamberlain, Andress e Galbraith.

Duarte e Dias (1986) argumentam que os acontecimentos e transformações sociais da década de 1960 colocaram em evidência os problemas de ordem sócio-econômicas, preparando o campo para aceitação da idéia de responsabilidade social, na medida em que mostravam os abusos do poder econômico. Isso provocou uma nova postura da sociedade frente às questões sociais e a atuação das empresas.

Os autores afirmam que os movimentos sociais contribuíram para dar maior visibilidade a idéia de responsabilidade social. Por um lado, os movimentos feministas e de defesa das minorias étnicas, revelando para a opinião pública a atuação discriminatória das empresas em relação às políticas de emprego, salário e carreiras e, por outro, o movimento ecologista, ao desenvolver atividades de conscientização social em relação aos abusos praticados contra o meio ambiente. Esses movimentos conseguiram difundir essas preocupações entre os governantes, comunidades e empresas, levando-os a uma consciência da degradação progressiva da qualidade de vida e aumentando as indagações acerca do crescimento econômico e as críticas à atuação das empresas frente a esses contextos.

Assim, segundo Duarte e Dias (1986), embora os setores conservadores da sociedade se opusessem, a idéia de responsabilidade social da empresa ganhou terreno. Com isso, aumentaram significativamente os artigos sobre o tema em jornais e revistas especializadas, bem como em obras para estudos universitários e atualização dos administradores de empresas.

Na década de 1960, surgiram no Brasil, segundo Torres (2001), os primeiros movimentos da mudança da mentalidade empresarial, com a publicação da ‘Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas’, em 1965, dando início à utilização explícita da expressão ‘responsabilidade social’ associada diretamente às empresas e da própria relevância do tema relacionado à ação social das empresas no país.

Na Europa Ocidental, segundo Duarte e Dias (1986), as idéias de responsabilidade social da empresa chegaram no final da década de 60 por notícias veiculadas em jornais e em artigos de revistas especializadas, trazendo a novidade que vinha sendo trabalhada nos Estados Unidos.

Para os autores, no final da década de 1960, ocorreram na França as primeiras experiências relacionadas com a avaliação do desempenho da empresa na área social sob a responsabilidade das *Sociétés Coopératives Ouvrières de Production* (1968), que fizeram um trabalho pioneiro ao elaborarem um primeiro modelo de balanço sócio-econômico.

Duarte e Dias (1986, p. 44) relatam que “com o apoio da *American Academy of Collegiate Schools of Business*, o assunto deixa de ser uma simples curiosidade acadêmica para

tornar-se tema comum nos currículos universitários de administração, a partir da década de 1970”.

Nessa dimensão, segundo os autores, surgem associações de profissionais interessados em desenvolver esse novo campo de estudo, entre elas a *American Accounting Association* (AAA); o *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA); a *National Association of Accountants* (NAA); e o *California Certified Public Accountants* (CCPA). Também aparecem publicações periódicas específicas; o assunto passa a ter espaço em revistas especializadas e em grandes magazines, como *Fortune e Business Week*; e organizações passam a prestar consultorias para empresas nesta área. Enfim, desenvolvem-se métodos e técnicas específicas de avaliação de desempenho das empresas, crescem sensivelmente as pesquisas, dissertações e teses na área.

Voltando a falar do Brasil, Torres (2001) afirma que após a criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) começou a ser discutida e difundida a idéia de responsabilidade social, mas somente na segunda metade dos anos 1970 que o tema difundiu-se amplamente, sendo, que as primeiras manifestações estavam concentradas no Estado de São Paulo. O autor cita que um dos princípios dessa associação baseava-se na aceitação, por seus membros, de que as empresas, além de produzirem bens e serviços, deviam possuir uma função social que se realiza em nome dos trabalhadores e do bem-estar da comunidade em geral.

O autor menciona que o primeiro tipo de relatório que aborda aspectos sociais e recursos humanos, que se tornou obrigatório para todas as empresas que atuam no Brasil e foi criado por meio do Decreto-lei n/ 76.900/75, durante a ditadura militar, foi a Relação Anual

de Informações Sociais (RAIS). Este relatório dá conta das informações sociais relacionadas aos trabalhadores nas empresas, refere-se a uma série de informações laborais específicas e consolida números que se encontram também em outros documentos da empresa.

O mesmo autor coloca que no ano de 1977, aconteceu no Brasil o 2º Encontro Nacional de Dirigentes de Empresas promovido pela ADCE, tendo a responsabilidade social como tema central. A responsabilidade das empresas e dos empresários diante das questões sociais também foi o tema do ‘Plano de Trabalho 77/78’ da União Internacional Cristã de Dirigentes de Empresas (UNIAPAC), que chegou a identificar o balanço social e a gestão social da empresa, com ênfase num viés mais participativo, como instrumentos que deveriam ser utilizados pelas empresas no cumprimento efetivo sua de responsabilidade social.

Na década de 1980, o interesse pelo tema continuou estimulando novos estudos tanto no campo teórico como no campo prático, numa tentativa de aperfeiçoar e criar novas técnicas e modelos de avaliação do desempenho da empresa no campo social. Frente ao agravamento dos problemas de ordem social, percebe-se que o tema continua em foco e bastante valorizado (DUARTE; DIAS, 1986).

Torres (2001) destaca o papel estratégico das Organizações Não-Governamentais (ONG’s) e das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) como atores no processo de construção e reprodução da chamada responsabilidade social corporativa a partir da metade dos anos 1980, no Brasil.

Duarte e Dias (1986, p. 46 - 47), afirmam ainda que “as idéias de Responsabilidade Social da Empresa e as práticas relativas ao Balanço Social chegam a vários países do

chamado capitalismo periférico”. No entanto, embora tenham sido realizados alguns seminários e debates sobre o assunto,

o interesse inicial é prejudicado pela conjuntura vivida por esses países, lançados numa recessão sem precedentes e subjugados aos interesses dos grandes trustes internacionais que, para garantirem seus ganhos, não hesitam em agravar a situação destes países, como ocorre no Brasil.

A questão da responsabilidade social da empresa, segundo Duarte e Dias (1986), iniciou-se timidamente e aos poucos foi evoluindo até constituir-se em um corpo de estudos amplo e estruturado, passando a ser indicada na constituição dos currículos de cursos universitários nos Estados Unidos, Alemanha, França, entre outros países. Isso levou a constituição de uma vasta literatura que atesta a atualidade, a importância e a seriedade dos estudos realizados por renomados pesquisadores dos países acima citados.

No ano de 1984, foi publicado conforme Torres (2001) o primeiro relatório de cunho social de uma empresa brasileira, o relatório de atividades sociais da Nitrofértil, empresa estatal. Este documento tinha o objetivo de dar publicidade às ações sociais realizadas e ao processo participativo desenvolvido na empresa durante aquele período.

O mesmo autor menciona que, a partir do ano de 1993 no Brasil, as empresas de diversos setores passaram a realizar ano a ano efetivas ações sociais e ambientais, ao mesmo tempo em que começaram a divulgar de maneira mais ostensiva, até nos meios de comunicação, um perfil mais social e humano dessas corporações. Dessa forma, foi nos anos de 1990 que a realização anual de relatórios sociais e ambientais entrou num amplo processo de aceitação e disseminação no meio empresarial.

Embora no estrangeiro já se tenha produzido uma vasta literatura sobre o assunto, no Brasil a mesma vem crescendo lentamente. Em princípio, iniciando-se pela tradução de duas

obras de vulto: as produções de Howard Bowen; de Raymond Baumhart e uma pequena coletânea de trabalhos originais de Ernesto Lima Gonçalves (DUARTE; DIAS, 1986) e nos últimos anos, segundo Lima *et al.* (2005), a academia e as instituições de ensino superior vêm incorporando o tema da responsabilidade social empresarial no currículo dos cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, bem como em áreas temáticas específicas de encontros, *workshops*, seminários, congressos e no maior evento acadêmico da área de Administração, o Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnAnpad). Esse encontro tem classificado a responsabilidade social empresarial como uma nova área de conhecimento – a Gestão Social e Ambiental – e seleciona anualmente os melhores trabalhos dentro dela.

2.1.2 Conceito de responsabilidade social

Não se poderia iniciar a conceituação deste tema sem trazer o que Bowen (1957, p. 14-15) entendia já naquela época por “responsabilidades sociais dos homens de negócios”, que, segundo ele, se refere “às obrigações dos homens de negócios de adotar orientações, tomar decisões e seguir linhas de ação, que sejam compatíveis com os fins e valores de nossa sociedade”.

Contrária a esta posição pode-se citar a posição de Friedman (1970), que afirma que os líderes basicamente não têm nenhuma responsabilidade a não ser maximizar os lucros para os acionistas, os quais por sua vez poderiam usar seus dividendos da melhor forma que encontrassem, e os governos e comunidades poderiam utilizar os impostos que uma empresa pagava sobre tais lucros para qualquer meta que tivessem. Para ele, a única responsabilidade

social da empresa é a de gerar lucros e riqueza para seus acionistas, tendo, portanto, como responsabilidade o desempenho econômico, considerando que uma empresa que não apresenta lucro é socialmente irresponsável. Ele baseia-se no direito de propriedade, o qual preconiza que os administradores não têm outro direito que não seja o de aumentar o valor do acionista.

Gonçalves (1984, p. 232) defende idéia oposta a Friedman, na mesma linha de pensamento de Bowen quando assinala que “aos poucos cristaliza-se a idéia de que a otimização do lucro não pode permanecer o objetivo único da atividade empresarial; salienta-se que a empresa existe para o cumprimento de objetivos de natureza econômica e de natureza social”. O autor conceitua as empresas como entidades marcadas por uma tríplice realidade: econômica, humana e social, e com responsabilidades nessas três áreas, ressaltando que a realidade econômica é fruto de mecanismos que são fundamentos da economia e que garantem a viabilidade financeira da empresa.

Observando o pensamento de Bowen (1957), Friedman (1970), e Gonçalves (1984), percebe-se as divergências que existem sobre qual deveria ser a posição das empresas na sociedade. Porém, as organizações foram percebendo que não se podem restringir unicamente ao campo econômico, pois se relacionam e interagem com vários segmentos que podem interferir na condução dos seus negócios.

De acordo com Donaire (1995), não há consenso de quais seriam as verdadeiras responsabilidades sociais de uma empresa. Muitos conceitos, que eram comuns nas décadas de 1960 e 1970 foram reformulados nos últimos anos e deram origem a novas

regulamentações e leis emanadas do poder público. Este estado de coisas tem tornado o atual ambiente dos negócios imprevisível e mutável.

Segundo Duarte e Dias (1986), o termo responsabilidade social ainda hoje é um conceito controvertido e de difícil precisão. Esse problema conceitual é compreensível, segundo os autores, por tratar-se de um campo complexo e muito recente de estudos.

No modelo tradicional de administração de empresas, o termo responsabilidade encerra a idéia de prestação de contas dos bens recebidos, na perspectiva do que hoje é denominado de *accountability*. Essa concepção firmou-se na área econômica, onde a empresa é vista como entidade instituída pelos acionistas para a obtenção de lucros. Nessa dimensão, “a única responsabilidade da empresa, como entidade, e de seus administradores e operários, como contratados, seria obter o maior lucro possível para os donos de empresa” (DUARTE; DIAS, 1986, p. 51). Isso leva a uma concepção de que a responsabilidade social está ligada às questões legais.

No entanto, o mundo evolui rapidamente, as condições humanas e sociais modificam-se significativamente. Assim, o modelo tradicional de empresa já não satisfaz na sociedade contemporânea, pois

desde muito se sabe que a empresa não se resume no capital e que este, sozinho, é improdutivo. Sem os recursos da terra (que, por direito natural, é de toda a humanidade, não só dos capitalistas) e sem a inteligência e o trabalho dos homens, o capital não produz riquezas, não satisfaz às necessidades humanas, não gera progresso, não melhora a qualidade de vida (DUARTE; DIAS, 1986, p. 52).

Assim, Duarte e Dias (1986) apresentam os elementos que além dos acionistas compõem a realidade da empresa, e a relação que estas mantêm com os mesmos no contexto atual (Quadro 2).

PARCEIROS	CONTRIBUIÇÕES	DEMANDAS BÁSICAS
Acionistas	<ul style="list-style-type: none"> • Capital 	<ul style="list-style-type: none"> • Lucros e dividendos • Preservação do Patrimônio
Empregados	<ul style="list-style-type: none"> • Mão-de-obra • Criatividade • Idéias 	<ul style="list-style-type: none"> • Salários justos • Segurança no emprego • Realização pessoal • Condições de trabalho
Fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> • Mercadorias 	<ul style="list-style-type: none"> • Respeito aos contratos • Negociação leal
Clientes	<ul style="list-style-type: none"> • Dinheiro 	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança e boa qualidade dos produtos • Preço acessível • Propaganda honesta
Concorrentes	<ul style="list-style-type: none"> • Competição; referencial de mercado 	<ul style="list-style-type: none"> • Lealdade na concorrência
Governo	<ul style="list-style-type: none"> • Suporte institucional, jurídico e político. 	<ul style="list-style-type: none"> • Obediência às leis • Pagamento de tributos
Grupos e Movimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Aportes sócio-culturais diversos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção ambiental • Respeito aos direitos de minorias • Respeito aos acordos salariais etc.
Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Infra-estrutura. 	<ul style="list-style-type: none"> • Respeito ao interesse comunitário • Contribuição à melhoria da qualidade de vida na comunidade • Conservação dos recursos naturais etc.

Quadro 2 - Relacionamento da Empresa com seus parceiros

Fonte: DUARTE, Gleuso Damasceno; DIAS, José Maria A. M.. Responsabilidade Social: A Empresa Hoje. São Paulo: LTC, 1986, p. 53.

O quadro revela a relação que se estabelece entre parceiros, contribuição de cada um e as demandas básicas. Nas demandas básicas aparecem variáveis que podem e devem ser respondidas na medida em que a empresa inclui a responsabilidade social como um elemento a ser considerado em sua atuação.

O relacionamento dos vários parceiros, segundo Karkotli e Aragão (2004), em termos das contribuições sociais, proporcionam o funcionamento da empresa e as

contrapartidas que dela demandam no contexto dos dias atuais. A empresa, assim entendida, não é uma entidade independente e o capital por si só não produz riquezas.

Duarte e Dias (1986, p. 54) chamam a atenção para o fato de que a empresa é uma realidade humana que envolve o homem inteiro, pessoa, sócio e cidadão, portanto, uma realidade complexa onde se podem distinguir quatro dimensões consideradas por eles como essenciais, que são:

- uma dimensão pessoal: a empresa não se compõe de coisas ou animais, mas de seres humanos, pessoas que querem e devem ser vistas como tais;
- uma dimensão social: o homem só existe em sociedade, sendo impossível a absoluta separação entre sua realidade pessoal e sua realidade social;
- uma dimensão política: a impossibilidade de isolamento entre o interesse público e o particular exige a permanente participação de um poder maior na difícil tarefa de conciliar um e outro;
- uma dimensão econômica: a função específica que legitima sua existência e atuação no seio da sociedade é de natureza econômica.

Para os autores, o fato de reconhecer-se a empresa como composta por seres humanos integrados na sociedade, requer que se reconheça a existência de objetivos pessoais e objetivos da coletividade, que vão além dos objetivos da empresa e que não podem ser desconsiderados. Nessa perspectiva, ao reconhecer-se que a empresa está inserida numa realidade pluridimensional, percebe-se que a sua responsabilidade transcende ao modelo tradicional.

Nesse contexto de ampliação das responsabilidades da empresa, segundo Duarte e Dias (1986), os estudiosos da área ainda enfrentam dificuldades com a terminologia. Pois, enquanto para *American Accounting Association* (AAA) (*apud* DUARTE; DIAS, 1986, p. 56) “existe responsabilidade social quando a empresa reconhece que é responsável não apenas perante seus acionistas, mas perante toda a sociedade” para MacGuire (*apud* DUARTE; DIAS, 1986, p. 56) “a idéia de responsabilidade social supõe que a corporação tenha, não

apenas obrigações legais e econômicas, mas também certas responsabilidades para com a sociedade, as quais se estendem além daquelas obrigações” e, para Carrol (*apud* DUARTE; DIAS, 1986, p. 56), “a responsabilidade da empresa abrange expectativas econômicas, legais, éticas e discricionárias, impostas às organizações pela sociedade, num dado momento de tempo”.

Já na concepção de Tinoco e Kraemer (2004, p. 102), a grande responsabilidade social das organizações

consiste em gerar renda e emprego, distribuídos de forma mais eqüitativa do que vem ocorrendo, a todos os envolvidos em sua geração, propiciando aos que estão afastados de seus postos de trabalho e do mercado perspectivas de ingresso neste, particularmente no Brasil, que atravessa grave crise de crescimento, de desenvolvimento e, por conseguinte, de geração de emprego e de exclusão social.

Para Certo e Peter (1993, p. 21), a responsabilidade social “é a obrigação administrativa de tomar atitudes que protejam e promovam os interesses da organização juntamente com o bem-estar da sociedade como um todo”. Os autores explicam que quando a empresa reconhece a existência de tais obrigações, sofre um impacto sobre o processo de administração estratégica.

De acordo com Srour (1998, p. 294-295), a responsabilidade social é uma tentativa de compatibilizar os interesses e exigências das organizações e dos *stakeholders*, remetendo a uma cidadania organizacional no que concerne ao âmbito interno da empresa e no âmbito externo à implementação de direitos sociais.

A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e consegue incorporá-los no

planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários (ETHOS, 2005c).

Na mesma direção aparecem as idéias de Karkotli e Aragão (2004, p. 14), ao afirmarem que uma empresa ao atuar de forma socialmente responsável deve “...conduzir suas ações levando em conta aspectos e necessidades de um maior número de agentes, participantes do seu entorno; dentre trabalhadores, fornecedores, consumidores, investidores, governos, comunidade e meio ambiente”, e, para isso, necessita utilizar-se de “...estratégias que levem em conta a melhoria da qualidade de vida, a valorização do potencial humano, o equilíbrio ecológico e a equidade social” .

Para estes autores, todas as organizações que objetivam a responsabilidade social precisam construir com seus colaboradores uma política de ética social. Isso as tornará mais confiáveis e mais justas para com os trabalhadores, para com a sociedade e para com a natureza.

Embora considerando que as noções sobre o termo responsabilidade social da empresa sejam ainda vagas e imprecisas, Duarte e Dias (1986, p. 56), apontam três pontos de consenso entre as conceituações anteriormente expostas, que podem ser assim resumidas:

- 1º) a ampliação do alcance da responsabilidade da empresa, que não mais se limita ao círculo dos acionistas;
- 2º) a mudança na natureza das responsabilidades, que ultrapassam o âmbito da prescrição legal, envolvendo também obrigações morais ditadas pela ética;
- 3º) a adequação às demandas sociais, num dado contexto sócio-econômico.

Corroborando com as idéias destes autores que afirmam que o termo responsabilidade social seja ainda vago e impreciso, Melo Neto e Froes (2001) afirmam que a maior dificuldade para definir responsabilidade social está na amplitude do tema e, na

extensão do seu espectro o tema responsabilidade social é amplo, assim como é o seu conceito. Da amplitude do tema surge a complexidade do conceito. Isto porque tema e conceito compreendem um espectro amplo: conduta ética, ações comunitárias, tratamento dos funcionários e dinamismo das relações que a empresa mantém com os seus diversos públicos.

Nessa linha de pensamento, Lima *et al.* (2005) citam que muitos têm sido os motivos apontados para a necessidade de se pensar e refletir sobre o tema, mas ainda não se chegou a um consenso sobre o que exatamente seria tal responsabilidade, como deveria ser implementada no âmbito das organizações ou como mensurá-la e incluí-la nos cálculos gerais de cada organização.

Assim, “as práticas de responsabilidade [...] empresarial expressam a convicção de que a empresa tem suas funções interativas na sociedade, influenciando de maneira pró-ativa e com sentido de equidade a comunidade que está no seu entorno” (KARKOTLI; ARAGÃO, 2004, p. 36).

O principal motivo para uma empresa ser socialmente responsável, segundo Lima *et al.* (2005), é que isso proporciona a ela consciência de si mesma e de suas interações na sociedade, sabendo-se que em um mundo em que a realidade de mercado muda com velocidade cada vez maior, a empresa precisa saber exatamente qual é sua missão, e buscar um sentido ético para sua existência, voltando tanto às relações de mercado quanto às relações além do mercado.

2.1.3 Responsabilidade social em outras dimensões

De acordo com Melo Neto e Froes (1999), para uma empresa ser considerada socialmente responsável não é suficiente apoiar o desenvolvimento da comunidade e preservar o meio ambiente, é necessário que ela invista no bem-estar dos seus funcionários e dependentes, além de promover comunicações transparentes, dar retorno aos acionistas, assegurar sinergia com seus parceiros e garantir a satisfação dos seus clientes e/ou consumidores.

Para os autores, o desempenho da empresa depende muitas vezes da utilização e/ou consumo de recursos naturais, sejam eles renováveis ou não, que não são de sua propriedade, e sim, da sociedade. Nesse sentido, os autores, retomando idéias de um empresário, afirmam que a empresa ao usufruir desses recursos em benefício próprio está contraindo uma dívida social para com a humanidade, pois tais recursos constituem “patrimônio da humanidade”, e “como reparação a esta usurpação empresarial, fonte geradora do lucro da empresa, esta, em troca, deve contribuir para a solução dos problemas sociais” (MELO NETO; FROES, 1999, p. 82).

Dessa forma, pode-se entender que a responsabilidade da empresa está diretamente relacionada aos seguintes fatores (MELO NETO; FROES, 1999, p.82):

- ao consumo pela empresa dos recursos naturais de propriedade da humanidade;
- ao consumo pela empresa dos capitais financeiros e tecnológicos e pelo uso da capacidade de trabalho que pertence a pessoas físicas integrantes daquela sociedade;
- ao apoio que recebe da organização do Estado, fruto da mobilização da sociedade.

Diante disso, os autores afirmam que “a empresa deve financiar projetos sociais porque é certo, justo e necessário assim proceder”. Acreditam que fazendo essas ações, isso

seria um mecanismo de compensação pelas ‘perdas da sociedade’ em relação a concessão de recursos para serem utilizados pela empresa (p.82).

Para os autores, no exercício da responsabilidade social a empresa atua em duas dimensões: foco no público-interno, ou seja, funcionários e dependentes, configurando a responsabilidade social interna, e foco no público externo, ou seja, na comunidade e sociedade, cumprindo com sua responsabilidade social externa.

Para entendimento dos conceitos de responsabilidade social interna e externa, faz-se necessário explicitar outro conceito que surge neste novo contexto social: o conceito de cidadania empresarial que, para Melo Neto e Froes (1999, p. 98),

surgiu em decorrência do movimento de consciência social que vem sendo internalizado por diversas empresas. Objetiva conferir uma nova imagem empresarial para aquelas empresas que se convertem em tradicionais investidoras em projetos sociais.

Então, segundo os autores, a responsabilidade social interna “focaliza o público-interno da empresa, seus empregados e seus dependentes. O seu objetivo é motivá-los para um desempenho ótimo, criar um ambiente agradável de trabalho e contribuir para o seu bem-estar”, enfatizando a educação, salários, assistência social, médica e odontológica. Dessa forma, a empresa ganhará a dedicação, empenho e lealdade dos colaboradores e, em consequência, obterá ganhos de produtividade. A responsabilidade social externa “tem como foco a comunidade mais próxima da empresa ou o local onde ela está situada”, desenvolvendo ações sociais voltadas, principalmente, para as áreas de educação, saúde, assistência social e ecologia, com ganhos de imagem, publicitários e para os acionistas (p. 83).

É possível visualizar algumas ações da gestão da empresa que se caracterizam como cumprimento de sua responsabilidade social interna e externa. Como interna, pode-se citar: os

programas de contratação, seleção, treinamento, manutenção de pessoal e participação nos resultados, realizados pelas empresas em benefício de seus empregados e atendimento aos dependentes. Já como ações de responsabilidade social externa pode-se observar as ações sociais que beneficiam a comunidade. Estas podem ser realizadas através de doações de produtos, equipamentos e materiais em geral, transferência de recursos em regime de parceria para órgãos públicos e ONG's, aplicações de recursos em atividades de preservação do meio ambiente, entre outros (MELO NETO; FROES, 1999).

O quadro 3, apresenta as áreas de atuação, os instrumentos e o tipo de retorno das ações de responsabilidade social interna e externa.

	Responsabilidade Social Interna	Responsabilidade Social Externa
Foco	Público Interno (empregados e seus dependentes)	Comunidade
Áreas de atuação	Educação Salários e benefícios Assistência médica, social e odontológica	Educação Saúde Assistência Social Ecologia
Instrumentos	Programas de RH Planos de Previdência Complementar	Doações Programas de voluntariado Parcerias Programas e projetos sociais
Tipo de Retorno	Retorno de produtividade Retorno para os acionistas	Retorno social propriamente dito Retorno da imagem Retorno publicitário Retorno para os acionistas

Quadro 3 - Responsabilidade Social Interna e Externa

Fonte: MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999, p. 87.

A empresa pode lucrar com suas ações sociais internas e externas, segundo Melo Neto e Froes (2001), pois as ações sociais internas das empresas dão bons resultados pelo aumento de produtividade, redução dos gastos com saúde dos funcionários, desenvolvimento do potencial e talento dos funcionários, multiplicando as inovações. E a empresa lucra socialmente com a maior credibilidade e confiança dos seus clientes, o que se reflete no

aumento das vendas de seus produtos e serviços; com seu esforço de imagem; e com a maior capacitação profissional da mão-de-obra local.

Melo Neto e Froes (1999) apresentam, ainda, os principais vetores da responsabilidade social de uma empresa. São eles:

V1 - apoio ao desenvolvimento da comunidade onde atua;

V2 - preservação do meio ambiente;

V3 – investimento no bem-estar dos funcionários e seus dependentes, num ambiente de trabalho agradável;

V4 – comunicações transparentes;

V5 – retorno aos acionistas;

V6 – sinergia com parceiros;

V7 – satisfação dos clientes e/ou consumidores.

Melo Neto e Froes (2001) apresentam os estágios que uma empresa passa no exercício da responsabilidade social corporativa, que são: o primeiro estágio – gestão social interna, o segundo estágio – gestão social externa e o último, o terceiro estágio – gestão social cidadã, conforme pode-se observar na figura 1.

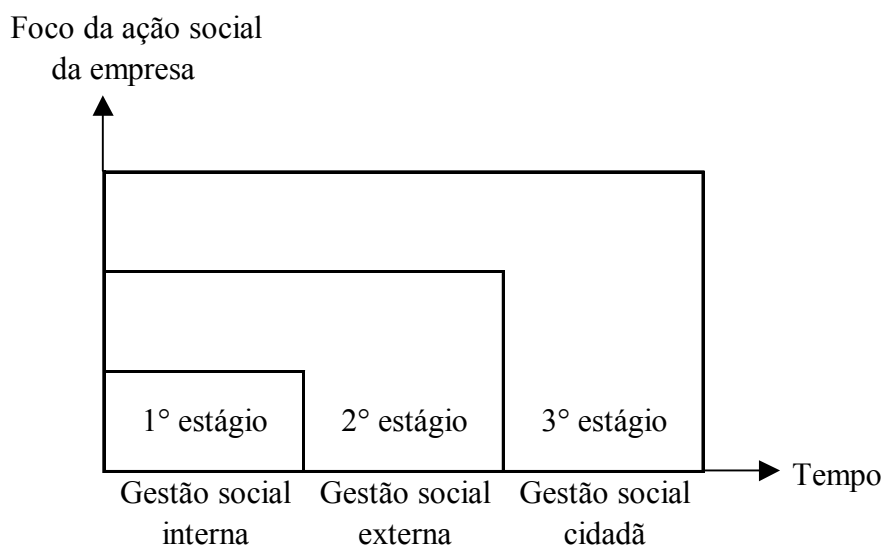


Figura 1 - Estágios da responsabilidade social corporativa

Fonte: MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. Responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001, p. 81.

No primeiro estágio – exercício da gestão social interna - o foco é restrito às questões sociais internas, que representam, benefícios, trabalho, qualidade de vida no trabalho e tem como alvo das ações os funcionários e seus familiares.

Explicando o segundo estágio – exercício da gestão social externa - os autores afirmam que o foco amplia-se e as ações sociais voltam-se para a sociedade e para a comunidade. Ganham maior amplitude em termos de foco, pois incorporam ações de preservação do meio ambiente e ações com impacto sócio-econômico, cultural e político no âmbito da sociedade e da comunidade local.

O terceiro estágio – exercício da gestão social cidadã - tem o foco e escopo mais amplos. A empresa desenvolve ações sociais que extrapolam o âmbito da comunidade local (a comunidade ao redor da empresa) e se estendem à sociedade como um todo. Mesmo aquelas populações e grupos sociais que não são diretamente alvo das ações sociais da organização

são beneficiados pelos resultados do desempenho social empresarial (MELO NETO; FROES, 2001).

Os autores acima apresentam os dois focos distintos da responsabilidade social, ou seja, os projetos sociais e as ações comunitárias. Os projetos sociais “são empreendimentos voltados para a busca de soluções de problemas sociais que afligem populações e grupos sociais numerosos ou em situações de alto risco” (p. 29). Tais problemas, se negligenciados ou enfrentados sem a determinação exigida pelas circunstâncias, agravam-se com o tempo.

Já as ações comunitárias “correspondem à participação da empresa em programas e campanhas sociais realizados pelo governo, entidades filantrópicas e comunitárias”. Tal participação ocorre por meio de doações de apoio e trabalho voluntário de seus empregados (MELO NETO; FROES, 2001. p. 29).

A empresa socialmente responsável torna-se cidadã, segundo os autores, porque dissemina novos valores que restauram a solidariedade social, a coesão social e o compromisso social com a equidade, a dignidade, a liberdade, a democracia e a melhoria da qualidade de vida de todos que vivem na sociedade.

Para Chaves e Ashley (2005), o título de empresa cidadã, outorgado pela sociedade, pode trazer uma série de benefícios para a empresa, tais como:

- fortalecimento de sua imagem;
- capacidade de atrair e reter talentos;
- maior comprometimento e lealdade dos empregados, que passam a se identificar melhor com a empresa;

- maior aceitação pelos clientes, pois a cada dia estes se tornam mais exigentes;
- maior facilidade de acesso a financiamentos, pois é real a tendência dos fundos de investimentos financiarem, preferencialmente, empresas socialmente responsáveis;
- contribuição para sua legitimidade perante o Estado e a sociedade.

No entanto, é preciso que não se confunda uma empresa que assume a questão da responsabilidade social com iniciativas de caráter filantrópico, assistencialista ou propagandista, pois “a responsabilidade social empresarial verdadeiramente extrapola esse sentido tópico, pois não é nem assistencialista, nem utilitarista no que se refere ao retorno proporcionado pela imagem da corporação, diante de uma sociedade mais consciente, vigilante e seletiva” (KARKOTLI; ARAGÃO, 2004, p. 38).

De acordo com Melo Neto e Froes (2001), a responsabilidade social é um estágio mais avançado no exercício da cidadania corporativa. Explicam que tudo começou com a prática das ações filantrópicas, onde empresários decidiram retribuir à sociedade parte dos ganhos que obtiveram em suas empresas.

Explicam, ainda, que a responsabilidade é diferente, tem a ver com a consciência social e o dever cívico, ela não é individual, reflete a ação de uma empresa em prol da cidadania. A empresa que a pratica demonstra uma atitude de respeito e estímulo à cidadania corporativa e, em conseqüência, existe uma relação direta entre o exercício da responsabilidade social e o exercício da cidadania empresarial. Já a filantropia baseia-se no ‘assistencialismo’, no auxílio aos pobres, aos desvalidos, desfavorecidos, miseráveis e excluídos.

A filantropia é basicamente uma ação social externa da empresa, que tem como beneficiária principal a comunidade em suas diversas formas (conselhos comunitários, organizações não-governamentais, associações comunitárias, etc.) e organizações. A responsabilidade social é focada na cadeia de negócios da empresa e engloba preocupações com um público maior (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente), cuja demanda e necessidade a empresa deve buscar entender e incorporar aos negócios. Assim, trata diretamente dos negócios da empresa e de como ela os conduz (ETHOS, 2005c).

Ainda, corroborando com essa idéia, Melo Neto e Froes (2001) citam que a responsabilidade social “busca estimular o desenvolvimento do cidadão e fomentar a cidadania individual e coletiva. Sua ética social é centrada no dever cívico”, enquanto para eles a filantropia “tem no dever moral sua ética absoluta”. Explicam, também, que as ações de responsabilidade social são extensivas a todos os que participam da vida em sociedade – indivíduos, governo, empresas, grupos sociais, movimentos sociais, igreja, partidos políticos e outras instituições.

Karkotli e Aragão (2004) apresentam o quadro abaixo com o intuito de esclarecer o que significa cada item, então pode-se ver as definições sobre as atividades desenvolvidas pelas organizações identificadas por filantropia, ação social, responsabilidade social corporativa, marketing social e marketing institucional.

<i>Filantropia</i> : Tem como base os princípios da caridade e da custódia e amor à humanidade.
<i>Ação social</i> : É ação de curto prazo com objetivo de satisfazer as necessidades em prol da sociedade ou de uma comunidade específica.
<i>Responsabilidade social corporativa</i> : É o comportamento ético e responsável na busca de qualidade nas relações que a organização estabelece com todos os seus stakeholders, associado direta e indiretamente ao negócio da empresa, incorporado à orientação estratégica da empresa, e refletido em desafios éticos para as dimensões econômica, ambiental e social.
<i>Marketing social</i> : Significa entender e atender a sociedade, proporcionando a satisfação e o bem-estar da mesma dentro de um comportamento ético e social responsável, visando às transformações sociais.
<i>Marketing ideológico / institucional</i> : É utilizado para indicar e associar as iniciativas pelas quais uma empresa procura manter, fortalecer e solidificar a imagem e a identidade da marca perante ao seu público-alvo.

Quadro 4 – Definições da área social referidas à responsabilidade social

Fonte: KARKOTLI, Gilson; ARAGÃO, Sueli Duarte. Responsabilidade Social: Uma contribuição à gestão transformadora das organizações. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 48.

Os autores citados, afirmam que pode se perceber ganhos tangíveis nas organizações a partir da postura socialmente responsável, nas perspectivas da conduta ética, do gerenciamento com qualidade total e ambiental, podem ser conferidas através da melhoria da imagem institucional.

Nesse sentido, é preciso que se diga que numa sociedade informada e crítica como a atual, uma postura socialmente responsável constitui a melhor base para uma sólida imagem e para a aceitação social da empresa. Mas este e outros benefícios que possam advir não são os determinantes de sua atuação quando ela age em função de sua responsabilidade social, de acordo com Duarte e Dias (1986).

Outro aspecto importante é perceber que

devido à crescente e assustadora degradação ambiental, as empresas sentem-se obrigadas a incorporar aos objetivos de obtenção de lucros a responsabilidade social, visto que a continuidade, como um todo, e a referida responsabilidade social abrangem o bem-estar da população em sua integridade e o equilíbrio do planeta (TINOCO; KRAEMER, 2004, p.29).

Segundo os autores, a doutrina de responsabilidade social vê a empresa como elemento integrante da sociedade, sujeito de direitos e deveres, com certa liberdade de ação e uma responsabilidade correspondente ao alcance desta liberdade. A motivação da empresa socialmente responsável, ao engajar-se em atividades de interesse social, é um compromisso com a sociedade e com aqueles que são atingidos por suas decisões.

2.1.4 Indicadores de responsabilidade social da empresa

Segundo Karkotli e Aragão (2004), as organizações decididas a assumir sua responsabilidade social defrontam-se, principalmente, com o problema de como determinar e avaliar o seu desempenho social, seja para efeitos de diagnóstico, seja para acompanhamento das atividades ou para avaliação de resultados.

Nessa perspectiva, para os mesmos autores, os indicadores de responsabilidade social são instrumentos que a organização pode utilizar para direcionar as suas estratégias e avaliar a eficácia das metas e iniciativas planejadas para a parceria e transformação do seu entorno. Da mesma maneira com que se acompanham e avaliam as estratégias e práticas empresariais para a competitividade e lucratividade, também será necessário, através dos indicadores, identificar necessidades e apontar deficiências das iniciativas de responsabilidade social.

Para tanto, Duarte e Dias (1986) ressaltam que é importante dar atenção aos indicadores sociais, pois na área da responsabilidade social da empresa os indicadores sociais podem ser úteis como parâmetros exteriores à mesma, servindo de referenciais objetivos para a avaliação e o acompanhamento do seu desempenho na área social.

Apresentam-se a seguir os indicadores de responsabilidade social empresarial de maior evidência, e que podem auxiliar os administradores no diagnóstico, implementação, acompanhamento e avaliação das práticas que a organização deseja adotar, para que não se transformem em ações filantrópicas isoladas. Os indicadores são: os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social, os Indicadores de Hopkins e os Indicadores do Balanço Social Modelo Ibase. Este último será analisado separadamente em um outro tópico.

a) Indicadores Ethos de Responsabilidade Social

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social foi fundado em 1998 por iniciativa de um grupo de empresários, para auxiliar as empresas a compreender e incorporar o conceito de responsabilidade social no cotidiano de sua gestão, como prática caracterizada pela permanente preocupação com a qualidade das relações para com seus diferentes públicos ou *stakeholders*: os colaboradores, os fornecedores, os consumidores, o meio ambiente, o governo e as comunidades onde estão inseridas (KARKOTLI; ARAGÃO, 2004).

De acordo com Chaves e Ashley (2005), os indicadores Ethos de Responsabilidade Social vêm sendo amplamente divulgados para o empresariado brasileiro e, ocasionalmente, adotados como instrumento de coleta em pesquisa de graduação e até pós-graduação. Segundo eles, a principal finalidade dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social empresarial é

fornecer às empresas um instrumento de acompanhamento e monitoramento das suas práticas de responsabilidade social, tratando-se de uma ferramenta de uso essencialmente interno, de um instrumento de auto-avaliação.

Segundo os autores citados, nos indicadores Ethos a responsabilidade social empresarial é medida por meio de temas, variáveis e indicadores. Os temas dos Indicadores Ethos, que equivalem às diversas dimensões do conceito de responsabilidade social empresarial, são subdivididos em variáveis. Tanto os temas quanto as variáveis recebem uma redação de caráter normativo para definir o que seria ser socialmente responsável em cada um desses aspectos.

Corroborando com esta idéia estão Karkotli e Aragão (2004), ao afirmarem que o Instituto Ethos desenvolveu um conjunto de indicadores, que quando adotados e avaliados, permitem que a empresa identifique sua performance em relação às práticas socialmente responsáveis. Os indicadores são apresentados em forma de um questionário de avaliação de empresa, dividido em sete grandes temas que são avaliados por meio de dois grupos de controle: o grupo de *benchmark*/referência e a empresa focalizada.

O grupo de *benchmark* é composto pelas empresas que obtiveram as dez melhores notas gerais no questionário, e por esta razão consideradas um grupo de referência utilizado para comparações entre os resultados do questionário (ETHOS, 2005b).

Segundo o Instituto (2005a), trata-se de uma ferramenta de uso essencialmente interno que permite a avaliação da gestão no que diz respeito à incorporação de práticas de responsabilidade social, além do planejamento de estratégias e do monitoramento do

desempenho geral da empresa. Os indicadores abrangem os temas Valores, Transparência e Governança, Público Interno, Meio Ambiente, Fornecedores, Consumidores e Clientes, Comunidade e Governo e Sociedade, ver quadro 5.

Temas	Indicadores
Valores, transparência e governança	Compromissos éticos
	Enraizamento na cultura organizacional
	Governança corporativa
	Diálogo com stakeholders
	Relações com a concorrência
	Balanço social
Público interno	Relações com sindicatos
	Gestão participativa
	Compromisso com o futuro das crianças
	Valorização da diversidade
	Relação com trabalhadores terceirizados
	Política de remuneração, benefícios e carreira
	Cuidado com saúde, segurança e condições de trabalho
	Compromisso com o desenvolvimento profissional e a empregabilidade
	Comportamento frente a demissões
Preparação para aposentadoria	
Meio ambiente	Comprometimento da empresa com a melhoria da qualidade ambiental
	Educação e conscientização ambiental
	Gerenciamento do impacto no meio ambiente e do ciclo de vida de produtos e serviços
	Sustentabilidade da economia florestal
	Minimização de entradas e saídas de materiais
Fornecedores	Crterios de seleção e avaliação de fornecedores
	Trabalho infantil na cadeia produtiva
	Trabalho forçado (ou análogo ao escravo) na cadeia produtiva
	Apoio ao desenvolvimento de fornecedores
Consumidores e clientes	Política de comunicação comercial
	Excelência do atendimento
	Conhecimentos e gerenciamento dos danos potenciais dos produtos e serviços
Comunidade	Gerenciamento do impacto da empresa na comunidade de entorno
	Relações com organizações locais
	Financiamento da ação social
	Envolvimento da empresa com a ação social
Governo e Sociedade	Contribuições para campanhas políticas
	Construção da cidadania pelas empresas
	Práticas anticorrupção e propina
	Liderança e influência social
	Participação em projetos sociais governamentais

Quadro 5 – Os sete grandes temas com seus respectivos indicadores

Fonte: Elaborado a partir de pesquisas realizadas nos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2005 (ETHOS, 2005a).

A partir do lançamento dos Indicadores Ethos de RSE em 2000, várias empresas têm aplicado o questionário e enviado as respostas voluntariamente ao Instituto. Essas respostas são tabuladas e transformadas em relatórios personalizados que são devolvidos às empresas. O desempenho das empresas é quantificado de acordo com as respostas preenchidas no questionário. Para cada um dos 37 indicadores, as empresas recebem uma nota composta pela resposta do indicador de profundidade e pelas informações adicionais. As notas são calculadas com base em um sistema de pontuação em que os sete temas possuem um número equivalente de pontos (ETHOS, 2005a).

b) Indicadores de Hopkins

De acordo com Queiroz (2005), em 1997, Michael Hopkins propôs indicadores para avaliar os perfis de responsabilidade social das empresas, baseado no modelo de Desempenho Social das Empresas (*Corporate Social Performance*), proposto por Donna Wood. Foi dado o nome a estes indicadores de ‘Indicadores de Hopkins’, pela influência do sobrenome de Michael.

Segundo o autor, foram definidos nove elementos de um modelo analítico, com a intenção de permitir a visualização das dimensões e relacionamentos de uma empresa socialmente responsável. De cada elemento foi extraído e classificado certo número de indicadores de responsabilidade social, os quais têm a característica de serem genéricos para todas as empresas.

Para cada um dos indicadores, Hopkins sugere uma forma de medição, cujo propósito é fornecer uma base para efetuar a auditoria social da empresa e contribuir para a

constituição de um sistema geral de *ranking* que permita comparar as empresas entre si no que diz respeito ao seu grau de responsabilidade social. Outra intenção é a de permitir a análise individual das empresas, assim como de organizações não lucrativas e de ONG's (QUEIROZ, 2005).

Hopkins buscou garantir que os indicadores fossem simples e que tivessem uma aplicabilidade universal. Ao construí-los, teve em mente algumas questões, conforme Queiroz, (2000):

a) Em que medida o indicador é útil para outros pesquisadores na tarefa de definir uma empresa socialmente responsável através de pesquisa empírica? De que forma os indicadores propostos se relacionam com o modelo de Desempenho Social das Empresas?

b) Qual deve ser a base para a inclusão de um indicador? Como isso pode ser validado?

c) De que forma o indicador poderia ganhar aceitação e influência?

Apresenta-se no quadro a seguir o modelo completo de elementos, indicadores e medidas dos indicadores de Hopkins:

ESBOÇO DE INDICADORES E MEDIDAS			
Elemento do modelo de empresa socialmente responsável	Indicador	Medida: classificação numérica recomendada ou outra medida quantitativa	
Nível I - Princípios de responsabilidade social			
Legitimidade	- Código de ética - Código de ética	Publicado? Distribuído para os empregados?	0 ou 1 0 ou 1
Responsabilidade pública	- Litígios envolvendo violação das lei da empresa - Penalidades em consequência de atividades ilegais - Contribuição para inovações - Criação de empregos	Montante, Dimensão? Montante? Gastos com P&D Número líquido de empregos criados	Número e dimensão dos processos Dimensão da penalidade
Arbitrio dos executivos	- Código de ética - Executivos condenados por atividades ilegais	Gestores e funcionários treinados? Número, montante?	Número de treinados (% do total) Número
Nível II - Processos de capacidade de resposta social			
Percepção do ambiente	- Mecanismo para examinar as questões sociais relevantes para a empresa	Existe?	0 ou 1
Gerenciamento dos stakeholders	- Corpo analítico para as questões sociais como parte integrante da elaboração de políticas - Existe auditoria social? - Existe um relatório de prestação de contas sobre ética?	Existe?	0 ou 1 0 ou 1 0 ou 1
Administração de questões	- Políticas elaboradas tendo como base de análise as questões sociais	Regulamentos e políticas da empresa	0 ou 1

(continua)

(continuação)

ESBOÇO DE INDICADORES E MEDIDAS			
Nível III - Resultados/ações de responsabilidade social			
Elemento do modelo de empresa socialmente responsável	Stakeholders grupos (assumidos)	Indicador	Medida
Efeitos nos stakeholders internos	Proprietários, acionistas	<ul style="list-style-type: none"> - Lucratividade/valor - Irresponsabilidade corporativa ou atividades ilegais - Bem-estar da comunidade - Filantropia corporativa - Código de ética 	<ul style="list-style-type: none"> - Valor das ações, retorno sobre o investimento etc. - Multas, número de <i>recalls</i> de produtos, emissão de poluentes, medida em relação a algum padrão industrial - Valor das doações, programas com % dos ganhos - Valor das doações antes do IR, com % dos ganhos - Publicado, distribuído, treinado 0 ou 1
		<ul style="list-style-type: none"> - Código de ética 	<ul style="list-style-type: none"> - Treinado no código de ética e o aplicam de formas demonstráveis e mensuráveis
	Funcionários	<ul style="list-style-type: none"> - Relações sindicato/ empresa - Questões de segurança - Pagamento, subsídios e benefícios - Demissões - Funcionários proprietários - Políticas para mulheres e minorias 	<ul style="list-style-type: none"> - Evidência de controvérsia, boas relações - Litígios, penalidades - <i>Ranking</i> em relação a empresas similares (medido em % gasta com benefícios, programas etc.) - Porcentagem, frequência, indivíduos escolhidos - Valor (%) - Existência, posição no <i>ranking</i> com relação a empresas similares, litígios e penalidades

(continua)

(continuação)

Elemento do modelo de empresa socialmente responsável	Stakeholders grupos (assumidos)	Indicador	Medida
Efeitos <i>stakeholders</i> externos	Clientes, consumidores	<ul style="list-style-type: none"> - Código de ética - <i>Recalls</i> de produtos - Litígios - Controvérsia pública sobre produtos ou serviços - Propaganda enganosa 	<ul style="list-style-type: none"> - Evidência de aplicação a produtos ou serviços - Número absoluto, gravidade dos litígios ou penalidades, porcentagem da produção total - Quantidade de processos por fraude, fixação de preços e formação de trustes - Gravidade, frequência - Litígios, penalidades
	Meio ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - Poluição - Lixo tóxico - Reciclagem e uso de produtos reciclados - Uso de etiqueta ecológica nos produtos? 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Performance</i> com relação a índices, litígios, multas - <i>Performance</i> com relação a índices, litígios, multas - Porcentagens - Sim/não?
	Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> - Doações corporativas para programas comunitários - Envolvimento direto em programas comunitários - Controvérsias ou litígios com a comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Montante, porcentagem - Número, resultados, custos, benefícios - Número, gravidade, resultados
	Fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> - Código de ética da empresa - Código de ética dos fornecedores - Litígios/penalidades - Controvérsias públicas 	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicado a todos os fornecedores - Aplicado - Número, montante, resultados - Montante, resultados

(continua)

(continuação)

Elemento do modelo de empresa socialmente responsável	Stakeholders grupos (assumidos)	Indicador	Medida
Efeitos institucionais externos	Organização como uma instituição social	<ul style="list-style-type: none"> - Código de ética - Litígios genéricos - Processos por ações classistas - Melhorias nas políticas públicas e na legislação em decorrência de pressões da empresa 	<ul style="list-style-type: none"> - Publicado e aplicado - Montantes, número e resultados - Montantes, tipo, número, resultados - Sim/não

Quadro 6 – Elementos, indicadores e medidas sugeridas

Fonte: HOPKINS *apud* QUEIROZ, Adele. Aplicação de modelos de responsabilidade social à realidade brasileira. IN: ASHLEY, Patricia Almeida (coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

2.2 Gestão Ambiental

2.2.1 O meio ambiente

Para elucidar esse tema, é importante começar pelo conceito de meio ambiente exposto por Teixeira (2000, p. 1):

O meio ambiente é um conjunto de sistemas que se integram e interagem, formando o mundo que nos cerca. Compreende todo o entorno físico em que vivemos e inclui o ar, a água, a terra, a flora, a fauna e os recursos não renováveis, como os combustíveis fósseis e os minerais.

O meio ambiente é entendido como o lugar que cumpre as condições de *habitat* de seres vivos; considerado lar da humanidade presente e futura e que, da mesma forma que a economia, está sujeito a uma racionalidade e certas leis que requerem certo nível de

conhecimento científico, no entendimento de que ao falar de economia não se pode, por razões lógicas de sobrevivência, deixar de falar de ecologia (MERINO, 2000).

O art. 225 da Constituição Federal de 1988 prescreve que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade da vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Nesse artigo, destacam-se os seguintes parágrafos e incisos:

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

...

IV – exigir, na forma da lei, para instalação da obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

V – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para preservação do meio ambiente.

...

§ 3º - as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Tinoco e Kraemer (2004, p. 35) afirmam que “o impacto do homem sobre o meio ambiente tem sido comparado por alguns cientistas às grandes catástrofes do passado geológico da terra”. É que o ser humano deveria reconhecer que agredir o meio ambiente põe em perigo a sobrevivência de sua própria espécie, e que é a vida que está em jogo. Os autores seguem argumentando que a degradação excessiva do meio ambiente e a redução exagerada de recursos naturais têm chamado a atenção em todo o mundo, e com isso a gestão ambiental vem atraindo cada vez mais atenção e interesse, globalizando-se.

2.2.2 As empresas e o meio ambiente

De acordo com Moura (2000, p. 28), a atividade econômica vem se beneficiando de uma maior atenção ao meio ambiente por parte dos governos e das pessoas em geral. “Novos produtos ‘ambientalmente corretos’ surgem a cada dia para disputar o mercado, equipamentos ligados ao controle de poluição ou para combater seus efeitos têm tido aumento espantoso de vendas, criando-se novas oportunidades de negócios e de empregos”. Ainda, segundo ele, “os países mais desenvolvidos, para atender à demanda por uma melhor qualidade de vida, criaram normas mais rigorosas no tocante ao controle da poluição, fato que estimulou a indústria a desenvolver novos equipamentos e sistemas”.

O autor afirma que as empresas estão preocupadas com sua imagem e, principalmente, com sua credibilidade junto aos consumidores, pois sabem que num futuro cada vez mais próximo o respeito para com os problemas ambientais será fator determinante no desenvolvimento dos seus negócios.

A correta relação das empresas com o meio ambiente, segundo o autor, tem como consequência a melhoria na sua imagem pública, o que permite a manutenção dos atuais nichos de mercado cada vez mais exigentes com relação à questão ambiental, bem como a identificação de novas oportunidades em mercados progressivamente fechados às empresas poluidoras.

Segundo Ott e Dalmagro (2002), diante da crescente globalização dos mercados, a boa imagem da organização passou a ser fator estratégico de competitividade, portanto, é

fundamental que as empresas agreguem aos seus sistemas de gerenciamento a gestão do meio ambiente.

Barbieri (2000) destaca que nas plantas industriais estão sendo instalados modernos equipamentos de controle. Equipes começam a ser treinadas, permanentemente, para seguir processos e normas de segurança em todas as fases da operação, da utilização de matérias-primas ao transporte e entrega dos produtos. Novos processos e tecnologias permitem uma produção mais limpa, praticamente sem resíduos. Pesados investimentos vêm sendo feitos em projetos de educação e preservação ambiental.

Para o autor, as empresas que até bem pouco tempo estavam voltadas única e exclusivamente para a sua lucratividade descobriram que, doravante, além de preocupar-se com a eficiência e a eficácia dos seus sistemas de produção, precisam, a partir dessa nova consciência mundial, preocupar-se com a questão ambiental.

Assim, “o retorno do investimento, antes entendido simplesmente como lucro e enriquecimento de seus acionistas, de ora em diante passa, fundamentalmente, pela contribuição e criação de um mundo sustentável” (DONAIRE, 1995, p. 66).

Winter (*apud* CALLENBACH, 1993, p. 35) enumera seis razões pelas quais todo administrador ou empresário responsável deve implementar os princípios da administração com consciência ecológica em sua companhia:

1. Sobrevivência humana: se nas empresas não se têm consciência ecológica, não se pode ter uma economia com consciência, o que faz com que a sobrevivência humana esteja ameaçada.

2. Consenso público: se nas empresas não há consciência ecológica, não haverá consenso entre povo e comunidade de negócios e, portanto, a economia de mercado estará politicamente ameaçada.

3. Oportunidades de mercado: se não houver administração com consciência ecológica, poderá ocorrer perda de oportunidades nos mercados em rápido crescimento.

4. Redução de riscos: se não houver administração com consciência ecológica, as empresas estão sujeitas à responsabilização por danos ambientais que, em geral, envolvem expressivas somas de dinheiro; além de responsabilização pessoal de diretores, executivos e outros integrantes de seus quadros.

5. Redução de custos: se não houver administração com consciência ecológica, perdem-se inúmeras oportunidades para reduzir custos.

6. Integridade pessoal: se não houver administração com consciência ecológica, administradores e empregados poderão ter a sensação de falta de integridade pessoal, o que os incapacita a identificar-se totalmente com seu trabalho.

Nesse mesmo raciocínio Almeida, Mello e Cavalcanti (2000, p. 8), afirmam que a inserção da responsabilidade ambiental à estrutura organizacional da empresa é fenômeno relativamente recente. Assume distintas formas e funções no organograma da empresa: “desde uma simples divisão de controle da poluição na linha de produção, até a coordenação geral de uma *holding*: comitês, departamentos em nível de *staff*, associados ou não ao planejamento estratégico, departamento de meio ambiente vinculado ao marketing”, entre outras opções.

Quando se propõe que os custos de poluição sejam considerados nos preços dos produtos, há de se imaginar que maiores preços resultem em vendas menores e menos lucros. Entretanto, deve-se também raciocinar que, ao não se contemplar esses custos na apuração do lucro do período, os acionistas ou sócios da empresa estariam sendo beneficiados com a distribuição do lucro, enquanto os custos da despoluição ou recuperação estariam sendo socializados (FERREIRA, 2003).

Sendo assim, Ferreira (2003) afirma que uma decisão ambiental, em seus diversos níveis, envolve variáveis complexas e alternativas de ação nem sempre de fácil aceitação. Infelizmente, os executivos das empresas dificilmente escolhem a alternativa que menos danifique o meio ambiente. Embora esse seja um objetivo a ser alcançado, num mundo que se depara com questões tão primordiais como a fome, a falta de educação, e de saúde, enfim, condições de sobrevivência do homem que a humanidade ainda não conseguiu resolver, decidir em favor de ações que preservem o meio ambiente torna-se mais difícil.

Segundo Maimon (1996), esta evolução levou algumas empresas a integrar a responsabilidade ambiental na sua gestão administrativa, atingindo as mais altas esferas de decisão. A função ambiental deixa de ser uma função exclusiva da produção para tornar-se uma função da administração. Interfere no planejamento estratégico, no desenvolvimento das atividades de rotina, na discussão dos cenários alternativos e, conseqüentemente, na análise de sua evolução, gerando políticas, metas e planos de ação.

2.2.3 Evolução da questão ambiental

Sabe-se que o ser humano sempre se utilizou dos recursos naturais para satisfazer suas necessidades, e que o mesmo gerou sem grandes preocupações muitos resíduos. A consciência sobre esses fatos vem apresentando mudança devido ao reconhecimento de que os recursos naturais são finitos e pelos grandes acidentes ambientais ocorridos ao longo de várias décadas, que na maioria dos casos acabaram ocasionando mortes e muitos danos aos próprios seres humanos, à fauna e à flora.

Segundo Moura (2002), no período compreendido entre 4 e 13 de dezembro de 1952, em um evento ocorrido na Inglaterra, foi evidenciado que a degradação ambiental já estava passando a causar graves problemas à saúde da população. Grande parte das indústrias, principalmente, as de geração de energia elétrica e as residências, que usavam carvão para produção de energia, em sua queima emitiam grande quantidade de enxofre e material particulado na atmosfera, gerando um fenômeno denominado ‘*smog*’ (contração das palavras ‘*smoke*’ (fumaça) e ‘*fog*’ (névoa)). Neste período, cerca de 8.000 pessoas faleceram como consequência direta do ‘*smog*’. De acordo com o estudo do Ministério da Saúde britânico, as principais causas dessas mortes foram bronquite, enfisema pulmonar, gripe, pneumonia e ataques cardíacos.

2.2.3.1 Eventos desenvolvidos na área

De acordo com Moura (2002) e Tinoco e Kramer (2004), no ano de 1972, ocorreu em Estocolmo na Suécia, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que

contou com a participação de 113 países, 250 organizações não governamentais e de vários organismos da Organização das Nações Unidas (ONU). Para os autores, essa foi a mais importante Conferência sobre o tema, e dividiu o ambientalismo em ‘antes’ e ‘depois’ de Estocolmo. A principal constatação da Conferência foi a diferença encontrada entre as posições dos países ricos e países pobres. Os países pobres não aceitavam a posição dos países ricos de que deveriam ser realizados controles internacionais rígidos para reduzir a poluição que atingia níveis alarmantes, por entenderem que isso seria um freio ao seu desenvolvimento. Essa, também, foi a posição inicial do Brasil, que no decorrer da Conferência mudou um pouco. Naquele ano, também, foi concebido na Holanda o 1º selo ecológico.

Na época da Conferência de Estocolmo foi criado o *United Nations Environmental Program* (UNEP) – Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas, sediado em Nairóbi. No Brasil esse programa é conhecido como ‘Pnuma’. “Sob influência desse programa, para maior tranquilidade dos países em desenvolvimento, os conceitos de crescimento zero postulados pelos países ricos começam a ser substituídos pelas metas de desenvolvimento sustentável” (TINOCO; KRAEMER, 2004, p. 48).

Em 1975, segundo Ferreira (2003), foi realizado um Seminário Internacional de Educação em Belgrado, no qual participaram vários países e cujos resultados foram apresentados na chamada ‘Carta de Belgrado’. O conteúdo desta pode ser assim resumido: qualidade de vida ligada à felicidade humana; preservação e melhoria das potencialidades humanas; e desenvolvimento do bem-estar social e individual. Todos esses itens são subordinados à harmonia com o meio ambiente, biofísico e antrópico.

A autora afirma que esta carta propunha que qualquer ação de preservação ambiental deveria, primeiramente, passar por uma educação ambiental e seria preciso conscientizar os cidadãos de todo o mundo sobre o problema; disponibilizar acesso a conhecimento específico sobre o meio ambiente; promover atitudes para a preservação; desenvolver habilidades específicas para ações ambientais; criar uma capacidade de avaliação das ações e programas implantados; e promover a participação de todos na solução dos problemas. Então, o grande desafio da educação ambiental foi dividido em quatro tópicos: conscientização; sensibilização; responsabilidade social e desenvolvimento sustentável. Tudo isso para manter o grande desafio da humanidade que é o de continuar a viver.

Segundo Moura (2002), outro indicativo da globalização das preocupações ambientais foi a emissão do Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987, chamado de ‘Nosso Futuro Comum’, também conhecido como ‘Relatório Brundtland’, assim denominado em função do nome da Coordenadora da Comissão, a Sra. Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega. Foi este relatório que contribuiu para disseminar o conceito de desenvolvimento sustentável.

Em 1987, segundo o autor, ocorreu a Convenção de Basileia, que estabeleceu um acordo internacional com regras para o movimento de resíduos entre fronteiras. Este acordo proibia o envio de resíduos perigosos para países que não possuíssem capacidade técnica para tratá-los.

Também, segundo Tinoco e Kraemer (2004), nesse ano foi firmado o Protocolo de Montreal que estabelecia prazos para a substituição de gases como o CFCs (clorofluorcarbono), halons e HCFCs (hidroclorofluorcarbonos), por outros que não destroem

a camada de ozônio. A grande importância do Protocolo está no fato de ser considerado o primeiro grande impulsionador de uma globalização ambiental em prol do combate à degradação, uma vez que levou a esforços conjuntos e mudanças de atitude de cientistas, empresas e grupos ambientais de diversos países.

Em 1991, segundo os mesmos autores, foi publicada a Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável pela Câmara Internacional de Comércio (ICC). Foi lançado também, neste período, o documento ‘Mudando o Rumo: Uma Perspectiva Empresarial Global sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente’ pelo *Business Council on Sustainable Development* (BCSD).

Nessa perspectiva, Moura (2002), Ferreira (2003) e Tinoco e Kraemer (2004), citam que o evento mais importante ocorrido na década de 1990 foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecido também como Cúpula da Terra, Rio 92 ou Eco 92, realizada no Rio de Janeiro, em 03/06/1992. Este evento teve a participação de 170 países, com a presença de importantes chefes de Governo, 10.000 jornalistas e uma população visitante avaliada em 500 mil pessoas. Os principais documentos produzidos foram a Agenda 21, a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento e Convenções sobre o Clima e sobre a Biodiversidade, com o fórum de Organizações Não Governamentais (ONG’s), assinando um conjunto de tratados paralelos.

Segundo Moura (2002), a Agenda 21 estabeleceu um programa de ação para implementar as decisões da Conferência, sobretudo, com ações de governos. Este documento propõe o uso mais racional de matérias primas e de energia para a produção de bens e

serviços, a realização de pesquisas sobre novas formas de energia, além de motivar a visão de desenvolvimento sustentável para prevenir as necessidades das gerações do século 21.

Ferreira (2003, p. 13) afirma que a Agenda 21 é dividida em quatro seções: a primeira, que são os aspectos sociais, “... que versam sobre as relações entre meio ambiente e pobreza, saúde, comércio, dívida externa, consumo e população...”; a segunda seção, conservação e administração de recursos, “... que se detêm nas maneiras de gerenciar recursos físicos (como terra, mares, energia e lixo) para garantir o desenvolvimento sustentável...”; a terceira seção, o fortalecimento dos grupos sociais, “... através de formas variadas de apoio a grupos sociais organizados e minoritários que colaboram para a sustentabilidade...”; e a quarta seção, meios de implantação, “... através de programas de financiamento e do papel das atividades governamentais e não governamentais”.

A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento “... apresenta 27 princípios que orientam, sobretudo, as ações de governos para procedimentos recomendáveis na preservação do meio ambiente” (MOURA, 2002, p. 11).

O autor citado menciona que em março de 1997, foi realizado também no Rio de Janeiro um encontro não-oficial que foi denominado ‘Rio plus 5’ (Rio + 5), com o objetivo de avaliar o efetivo andamento das decisões da Agenda 21. Esse evento foi organizado pela ONG ‘Amigos da Terra’ e coordenado pelo canadense Maurice Strong (que havia coordenado a Rio 92), e teve a participação de mais ou menos 500 pessoas de quase todos os países, tendo chegado a conclusão que muito pouco havia sido feito nesse período.

Em 1997 ocorreu na cidade japonesa de Kyoto, a Convenção de Mudança Climática das Nações Unidas. Na ocasião foi aprovado o Protocolo de Kyoto. Esta convenção teve por objetivo “... discutir a estabilização da concentração de gases que contribuem para o efeito estufa na atmosfera, visando a um nível que possa evitar uma interferência perigosa com o sistema climático”, e, também, de “... assegurar que a produção alimentar não seja ameaçada e possibilitar que o desenvolvimento econômico se dê de forma sustentável” (TINOCO; KRAEMER, 2004, p. 56-57).

De acordo com os autores, o Protocolo estabeleceu como meta reduzir as emissões de gases poluentes dos países industrializados em 5,2% até 2012, sobre os níveis existentes em 1990. Para se tornar obrigatório, o Protocolo deve ser aprovado pelo Parlamento dos países que respondem por, pelo menos, 55% das emissões de gases que provocam o efeito estufa.

A partir do protocolo de Kyoto, surgiram os créditos de carbono que são segundo Khalili (2003, p. 1) “certificados que autorizam o direito de poluir”. Os créditos funcionam da seguinte forma: as agências de proteção ambiental reguladoras emitem certificados autorizando emissões de toneladas de dióxido de enxofre, monóxido de carbono e outros gases poluentes. Então, selecionam-se as indústrias que mais poluem em determinado País e a partir de então, são estabelecidas metas para a redução de suas emissões. As empresas recebem bônus negociáveis na proporção de suas responsabilidades. Cada bônus, cotado em dólares, equivale a uma tonelada de poluentes, onde quem não cumpre as metas de redução progressiva estabelecidas por lei, tem que comprar certificados das empresas mais bem sucedidas.

Ainda os autores citam que em 2002 aconteceu em Johannesburgo, África do Sul, um encontro da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, ou Cúpula da Terra 2 (Rio +10), do qual resultaram dois documentos, a Declaração Política e o Plano de Implementação.

A Declaração Política, segundo Tinoco e Kraemer (2004), teve como título ‘O Compromisso de Johannesburgo por um Desenvolvimento Sustentável’. Esta declaração está estruturada em seis grandes temas: ‘desde nossas origens até o futuro’; ‘desde os Princípios do Rio até o compromisso de Johannesburgo por um Desenvolvimento Sustentável’; ‘os grandes problemas que devemos resolver’; ‘o compromisso de Johannesburgo por um Desenvolvimento Sustentável’; ‘o multilateralismo é o futuro’; e ‘como lográ-lo’. Já o Plano de Implementação da Agenda 21 tem por objetivos: ‘a erradicação da pobreza, mudança dos padrões insustentáveis de produção e consumo, produção de recursos naturais.

2.2.3.2 Impactos ambientais e ações realizadas para minimizá-los

Na década de 60, Moura (2002) cita que começou um processo de descontaminação do rio Tâmis na Inglaterra, e também grandes esforços para a melhoria do ar em Londres, buscando soluções tecnológicas para evitar a repetição dos eventos ocorridos em 1952, citado na seção anterior.

Para o autor, nos anos 70, com a crise energética ocorrida devido ao aumento do preço do petróleo pelos árabes, houve um esforço no sentido de economizar e usar racionalmente esse produto, idéia que se estendeu para outros recursos naturais e que proporcionou a busca por outras alternativas de fontes energéticas renováveis. Nesse sentido,

ocorreu uma conscientização das comunidades com relação à reciclagem de materiais e com a valorização energética dos resíduos.

Outro aspecto citado pelo autor, é que também nesta década foi colocado em evidência o problema da destruição progressiva da camada de ozônio por gases que quebram a molécula de ozônio. É importante ter-se presente que o ozônio “... é um gás altamente venenoso e causador de problemas em baixas altitudes, na alta atmosfera forma um escudo protetor à terra, bloqueando parte dos raios ultravioleta do sol, que são causadores de câncer de pele” (MOURA, 2002, p. 9).

Para o autor (2002, p. 5-6), foi na década de 1970, que surgiu o conceito de ‘desenvolvimento sustentável’, que “... admite a utilização dos recursos naturais de que temos necessidade hoje, para permitir uma boa qualidade de vida, porém sem comprometermos a utilização desses mesmos recursos pelas gerações futuras”. Este tema será tratado com mais ênfase na seqüência do trabalho.

Nessa mesma década, nos Estados Unidos passou a ser exigida como pré-requisito à aprovação de empreendimentos potencialmente poluidores, a realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIA), mecanismo preventivo que colaborou para impedir a aprovação de construções desse tipo (MOURA, 2002).

A década de 1980 foi marcada pelo surgimento, em vários países, de leis regulamentando a atividade industrial no tocante à poluição. Nesse período, foi impulsionado o formalismo da realização de Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impactos sobre

o Meio Ambiente (EIA – RIMA), com audiências públicas e aprovações dos licenciamentos ambientais em diferentes níveis de organizações do governo (MOURA, 2002).

No final desta década, Tinoco e Kraemer (2004) afirmam que estava começando a ser difundida, principalmente, nos Estados Unidos, a ferramenta de Avaliação de Risco (*Risk Assessment*). Esta Avaliação de Riscos Ambientais e a Avaliação de Riscos de Saúde e Segurança foram de grande importância para o desenvolvimento da Avaliação de Desempenho Ambiental (ADA).

Nesse período, os gastos com relação a proteção ambiental começaram a ser vistos pelas empresas não como custos e sim como investimentos no futuro, e também como elementos capazes de lhes dar vantagem competitiva.

Por outro lado, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por grandes acidentes com impacto sobre o meio ambiente. No Japão, no início dos anos 1970, ocorreu uma contaminação ambiental com sérias repercussões, na Baía de Minamata, ocasionada pelos despejos de indústrias químicas contendo metais pesados, entre eles, o mercúrio, que foram absorvidos por ostras e pequenos peixes, e através de um processo de bio-acumulação, contaminaram peixes maiores e, posteriormente, entraram na cadeia alimentar contaminando outros animais e seres humanos, provocando tonteiras, paralisias, cegueiras, deformações físicas e mortes de familiares de pescadores. No período, em função do fato, foram reconhecidas oficialmente 50 mortes e um total de 2.200 pessoas como vítimas de envenenamento (MOURA, 2002).

Em 1976, em Seveno, Itália (região densamente povoada), ocorreu uma explosão em uma indústria química durante uma síntese de triclorofenol, com a liberação de cerca de 100 kg desse material. Segundo Moura (2002, p. 7) a “... empresa tentou minimizar o acidente e as autoridades locais demoraram a agir. Somente no quinto dia, começando a ocorrer mortes de animais, internações de 19 crianças com queimaduras cáusticas e lesões ...”, iniciou-se um trabalho mais sério. Tinoco e Kraemer (2004) citam que as mulheres grávidas geraram, meses mais tarde, crianças com deformações físicas diversas.

De acordo com Moura (2002), em 1984, ocorreu o acidente em Bhopal, na Índia, onde houve um vazamento de gás metil isocianato, produto que era intermediário na fabricação de inseticidas, ocasionando aproximadamente 2.500 mortes. A empresa no dia seguinte ao acidente viu suas ações caírem pela metade, levando-a a perder terreno para a concorrência e a ter grandes prejuízos financeiros e de imagem.

Tinoco e Kraemer (2004) apontam que no Brasil uma grande tragédia ocorreu em 1984, em Cubatão (SP), quando duas fortes explosões e o incêndio, provocados por um vazamento de gasolina nos dutos da Petrobrás, queimaram mais de 1.000 casas no bairro de Vila Socó e mataram mais de 150 pessoas. Cubatão já foi uma das regiões mais poluídas do mundo, pois as substâncias tóxicas lançadas pelas chaminés de indústrias e de uma refinaria de petróleo formavam nuvens, que levadas pelos ventos, precipitavam-se em forma de chuva ácida sobre as encostas da Serra do Mar, matando assim a vegetação ali existente. Neste período, muitas pessoas ficaram intoxicadas, houve registro de inúmeras mortes e nascimento de crianças com sérias deficiências físicas e mentais. Com esse acontecimento, o governo obrigou as indústrias a instalar filtros antipoluentes nas chaminés e a tratar seus resíduos tóxicos.

Os mesmos autores afirmam que, em 1985, foi descoberto o buraco na camada de ozônio na Antártida. Em reunião na cidade de Villach, Áustria, foi concluído que há um crescimento de dióxido de carbono e outros gases de estufa na atmosfera, e prevê-se o aquecimento global.

Moura (2002) cita, também, como um dos maiores acidentes ambientais ocorridos na história, o acidente de Tchernobyl, em 29/04/1986, na então União Soviética, hoje Ucrânia. O referido acidente ocorreu no momento em que os técnicos da usina nuclear desligaram os sistemas de segurança, para realizar um teste. Por um problema de aumento repentino de demanda pela rede elétrica, e como a potência estava muito baixa em consequência de instabilidade do reator, houve um aumento descontrolado de potência e com a perda de controle por parte da equipe técnica, a temperatura subiu descontroladamente, resultando na explosão do reator quatro, rompendo-se o teto do edifício que o abrigava. Em consequência, aconteceu um incêndio e vazamento de material radioativo que acabou contaminando toda a região da Ucrânia, Belarus e o norte da Europa. Em função do problema tiveram que ser evacuadas a maioria das pessoas num raio de 30 km da usina, totalizando mais de 100.000 pessoas, 31 pessoas morreram naquele período e muitas outras acabaram morrendo ao longo do tempo.

Em março de 1989 houve um acidente com o navio petroleiro Exxon Valdez no Alasca, que se chocou com blocos de gelo, ocasionando um grande vazamento de óleo. Segundo Moura (2002), o combate ao mesmo se deu de forma ineficiente ocasionando a contaminação de extensas áreas, contaminando peixes e os frutos do mar, ali existentes. Isto fez com que a empresa tivesse grandes prejuízos e desgaste da imagem comercial. Em relação a este desastre, Tinoco e Kraemer (2004, p. 39) afirmam que “até hoje o mar deixa uma marca

oleosa nas rochas. As orcas têm dificuldade para se reproduzir e os leões-marinhos morrem mais jovens”.

Na década de 1990, segundo Moura (2002), houve um grande avanço em relação à consciência ambiental, a maioria dos países aceita pagar um preço pela qualidade de vida e para manter limpo o meio ambiente. Tinoco e Kraemer (2004) assinalam que muitos países, principalmente, os desenvolvidos, começaram a ser cobrados para criarem ferramentas que identifiquem e avaliem seus impactos ambientais.

Segundo os autores (2004), no início da década de 1990, o Banco Mundial também deu sua parcela de contribuição e envolvimento à ADA, financiando um estudo de estratégias de avaliação de impactos ambientais associado à relação custo-benefício.

2.2.3.3 Organismos e movimentos favoráveis à questão ambiental

No ano de 1962 foi publicado o livro intitulado *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), de autoria de Rachel Carson, uma bióloga que trabalhava para o governo americano, obtendo grande repercussão por chamar a atenção para a questão ambiental. No livro a autora apresentou como seria uma primavera sem o canto dos pássaros, que teriam sido exterminados pelo uso do DDT (dicloro difenil tricloroetano), o que fez com que fosse proibido o DDT, e também fosse criada a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (*Environmental Protection Agency* – EPA). Este órgão teve uma atuação marcante nos Estados Unidos devido à prevenção de poluição, recuperação de áreas degradadas, entre outras atividades (MOURA, 2002).

Tinoco e Kraemer (2004) citam que em 1968 foi fundado o Clube de Roma, liderado pelo industrial italiano Peccei e pelo cientista escocês Alexander King, formado por 36 cientistas e economistas. Suas comissões estudaram o impacto global das interações dinâmicas entre a produção industrial, a população, o dano no meio ambiente, o consumo de alimentos e o uso de recursos naturais. E, segundo Moura (2002), o Clube de Roma divulgou um relatório denominado ‘Os Limites para o Crescimento’ (*Limits to Grow*), elaborado por Dennis Meadows e outros, onde foram feitas projeções por meio de simulações matemáticas para o crescimento populacional, poluição e esgotamento dos recursos naturais da terra que, posteriormente, revelaram-se alarmistas e incorretas, mas serviram como alerta e motivação para mudança de comportamento.

Em 1969 surge a *National Environmental Policy Act* (Nepa), primeira agência nacional de proteção ao meio ambiente nos Estados Unidos que promoveu a utilização de processos sistêmicos de avaliação de impactos ambientais, que resultaram no surgimento de muitos modelos de sistemas e que serviram de base para a Avaliação de Desempenho Ambiental - ADA, (TINOCO; KRAEMER, 2004).

No final da década de 60 surgiram nos Estados Unidos movimentos de proteção ao consumidor, liderados por Ralph Nader, que se preocupou com os efeitos da poluição entre outras reivindicações junto às empresas, tais como promoção de minorias e de mulheres, qualidade dos produtos e segurança (MOURA, 2002).

Para o mesmo autor, a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) instigou a criação de uma série de leis e regulamentos, como a Lei do Ar Puro (*Clean Air Act*); a Lei da Água Pura; a Lei de Recuperação e Conservação; a Lei Abrangente Ambiental

de Responsabilidade, Limpeza e Responsabilização; a Lei da Água Potável Segura; a Lei de Controle de Substâncias Tóxicas; a Lei de Mineração e Recuperação do Solo; e a Lei do Direito da Comunidade à Informação.

Segundo Tinoco e Kraemer (2004), na década de 1970, surgiu no Canadá o Greenpeace², com um programa agressivo para acabar com a destruição ambiental através de protestos civis e interferência pacífica.

Por outro lado, Moura (2002, p. 6) menciona que em 1978 surgiu na Alemanha o ‘selo ecológico’ denominado ‘Anjo Azul’ (*Blauer Engel*), que rotulava os produtos ‘ambientalmente corretos’, ou seja, “... aqueles que não envolvessem o descarte indevido à natureza de resíduos gerados em seu processo produtivo, ou em sua utilização, ou em seu descarte final, conforme o caso”. De certa forma, este selo tornou-se um mecanismo de comunicação com o consumidor, conscientizando o mesmo da importância desses fatores de desempenho ambiental, dando preferência de compra àqueles produtos em detrimento de outros, eventualmente mais baratos, porém, poluidores.

2.2.4 Desenvolvimento sustentável

De acordo com Tinoco e Kraemer (2004), o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu na década de 1970. Mas somente em 1987 foi disseminado o conceito de desenvolvimento sustentável, com a contribuição da Conferência das Nações Unidas para o

² É uma ONG fundada em 1971, que visa em termos gerais a proteção da natureza.

Meio Ambiente e o Desenvolvimento. O termo desenvolvimento sustentável foi melhor explorado e formalizado neste evento pela ex-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland e, conforme Fernandes (2000, p. 3), pode ser definido como

aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades, como também é uma forma de otimizar o uso racional dos recursos naturais e a garantia de conservação e do bem estar para as gerações futuras.

O autor assinala que tal conceito não implica na busca de um estado de permanente harmonia, mas sim num contínuo processo de mudança, em que a orientação dos investimentos, o desenvolvimento de novas tecnologias e a exploração dos recursos, esteja de acordo com as necessidades atuais e futuras da sociedade.

Segundo o autor, o conceito de desenvolvimento sustentável faz parte do ‘Relatório de Brundtland’, cujo documento propõe diversas ações e diretrizes a serem empreendidas para que se efetivem as mudanças necessárias, objetivando a redução das ameaças à sobrevivência e para dar um rumo viável ao desenvolvimento, que deve combinar eficiência e eficácia econômica com justiça social e prudência ecológica. Para tanto, deve haver um esforço conjunto de todos os países em torno do bem-estar geral no futuro.

É importante ressaltar que em 1998, reuniram-se na Holanda representantes de diversos países, por iniciativa do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável – WBCSD - (*World Business Council for Sustainable Development*), para analisar a atuação das empresas no campo social. Durante os debates realizados surgiu um novo conceito de responsabilidade social das empresas: Responsabilidade Social Corporativa, ou seja: “é o comprometimento permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando, simultaneamente, a qualidade

de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo” (ALMEIDA *apud* MELO NETO; FROES, 1999, p.88).

Dentre as dimensões do desenvolvimento sustentável, a responsabilidade social, segundo os representantes do Conselho, é a mais delicada de todas, porque compreende os seguintes aspectos, citados por Melo Neto e Froes (1999, p. 88):

- os direitos humanos;
- os direitos dos empregados;
- os direitos dos consumidores;
- o envolvimento comunitário;
- a relação com fornecedores;
- o monitoramento e a avaliação de desempenho; e
- os direitos dos grupos de interesse.

Melo Neto e Froes (1999, p.88) consideram que “como parte integrante do conceito de desenvolvimento sustentável, a responsabilidade social está inserida na dimensão social, que juntamente com as dimensões econômica e ambiental constituem os três pilares daquele conceito...” (figura 2).

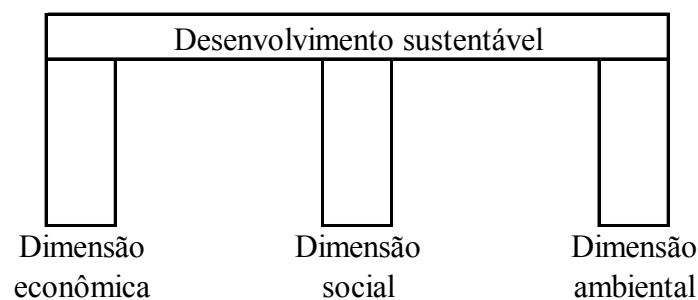


Figura 2 - Os três pilares do desenvolvimento sustentável

Fonte: MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999, p.88.

Os autores procuram enfatizar através da figura que as três dimensões devem revestir-se da mesma importância para que seja possível alcançar, de fato, o desenvolvimento sustentável.

Afirmam que a importância da preservação vem ganhando espaço entre os capitalistas, quer seja pelas possibilidades de novos investimentos em mercados ‘verdes’ (atividades que visam atender ao consumidor exigente com produtos mais saudáveis), quer pela necessidade de reduzir os custos de limpeza dos ambientes poluídos em função das suas atividades.

Para Ferreira (2003), o grande desafio do desenvolvimento sustentável envolve diversos obstáculos a serem superados. As questões desdobram-se; por exemplo, preservar o ambiente, muitas vezes, significa não produzir determinados produtos, ou incorrer em custos extremamente altos para produzi-los sem afetar o ambiente, tornando-os com isso caros, sem condições de serem adquiridos pelo consumidor final. Um produto cujo preço não seja competitivo corre o risco de levar uma empresa à falência, e isso geraria desemprego e todas as conseqüências sociais inerentes a essa situação.

2.2.5 Legislação ambiental

Segundo Rebollo (2000), o ambientalismo ainda está exposto a essa carência de proteção. Percebe-se a falta de um instrumento de regulação direta como uma Lei, que obrigue as empresas a terem determinado tipo de conduta, o que traria benefícios ao ambientalismo como, por exemplo, publicações de seus relatórios da gestão ambiental, acompanhamento e auditorias sobre a atuação da empresa frente às questões ambientais.

Segundo o autor, no Brasil essas questões evoluem lentamente, pois somente em 1981 foi aprovada a Lei nº 6.938, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Em seu artigo 3º define conceitos importantes, tais como:

- a) meio ambiente: é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;
- b) degradação da qualidade ambiental: significa a alteração adversa das características do meio ambiente;
- c) poluição: é a degradação da qualidade ambiental, resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota (conjunto da flora e fauna de uma região); d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energias em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;
- d) poluidor: é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.

No art. 4º fixa os objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente. Entre outros, ressaltam-se os mais significativos:

- a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;
- a difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, a divulgação de dados e informações ambientais e a formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;
- a imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

No entanto, foi somente em 24/03/2005 que a Lei da Política Nacional da Biosegurança nº 11.105 foi aprovada. Com o desenvolvimento e aplicação lenta da Legislação, as questões relativas a proteção ambiental ficam prejudicadas pois, segundo Moura (2000), como medidas econômicas coercitivas, em relação as infrações à legislação ambiental, existem as multas, advertências, apreensões de animais, instrumentos e petrechos, suspensão de venda e fabricação de produtos, embargos de obras e atividades, suspensão parcial ou total das atividades, restrições de direitos e reparação de danos causados que podem, ao serem aplicadas, restringir os danos ambientais. Nessa direção, o autor acrescenta

que os dois instrumentos que, provavelmente, têm maior força para promover a preservação da poluição são: a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente), também chamada de Lei de Crimes Ambientais e o Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999 (que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente).

2.2.6 Conceito de gestão ambiental

A gestão ambiental é a forma pela qual a organização se mobiliza, interna e externamente, para a conquista da qualidade ambiental desejada. Ela consiste em um conjunto de medidas que visam ter controle sobre o impacto ambiental de uma atividade (TINOCO; KRAEMER, 2004).

Nessa perspectiva, Valle (2000, p. 1) afirma que a gestão ambiental “consiste de um conjunto de medidas e procedimentos bem definidos e adequadamente aplicados que visam a reduzir e controlar os impactos introduzidos por um empreendimento sobre o meio ambiente”.

Para Ferreira (2003), gerenciar o meio ambiente requer conhecimento específico. Afirma, também, que quando se consegue entender esse processo de gestão, mais facilmente se pode desenvolver-se um sistema de informação adequado para registrar, medir e relatar suas ações.

Segundo Tinoco e Kraemer (2004), a gestão ambiental tem-se configurado como uma das mais importantes atividades relacionadas em qualquer empreendimento. Muitas organizações empresariais estão cada vez mais preocupadas em atingir e demonstrar um desempenho mais satisfatório em relação ao meio ambiente.

Gestão ambiental para Andrade, Tachizawa e Carvalho (2004), é um

processo contínuo e adaptativo, por meio do qual uma organização define (e redefine) seus objetivos e metas relativos à proteção do ambiente e à saúde e segurança de seus empregados, clientes e comunidade, assim como seleciona as estratégias e os meios para atingir tais objetivos em determinados período de tempo, por meio da constante interação com o meio ambiente externo.

Na visão de Tinoco e Kraemer (2004, p. 109), gestão ambiental “é o sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental”. Acrescentam, ainda, que, “é o que a empresa faz para minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no ambiente por suas atividades”.

Nesse mesmo raciocínio, Ferreira (2003, p. 33) afirma que o processo de gestão ambiental leva em consideração todas aquelas variáveis de um processo de gestão, tais como o “estabelecimento de políticas, planejamento, um plano de ação, alocação de recursos, determinação de responsabilidades, decisão, coordenação, controle, entre outros, visando principalmente ao desenvolvimento sustentável”.

Nessa perspectiva, para a autora, a gestão ambiental deve ter seus limites de responsabilidade e autoridade definidos, seguindo os princípios e valores sociais da entidade toda. Deve ter como premissa que sua missão é implementar programas e ações voltados para

a preservação ambiental, compatíveis com a capacidade econômico-financeira e com a continuidade da empresa.

Segundo Ferreira (2003), os danos causados ao meio ambiente pelas atividades da empresa são a ocorrência básica para que a gestão ambiental seja acionada. O *output* da produção pode ser o *input* da gestão ambiental. Na análise tradicional mostra o processo produtivo composto de três fases: consumo de recursos, processamento e geração de novos recursos, na forma de bens e serviços. A análise ambiental mostra a existência de uma quarta fase, que é consequência das anteriores.

Quando a empresa produz produtos ou serviços, mesmo sem intenção, estará ‘produzindo’, quase sempre, danos ao meio ambiente, cujos custos poderão ser cobrados a qualquer momento, seja por terceiros, como o governo, através de multas ou impostos, seja por outras empresas, instituições ou pessoas que se sentiram prejudicadas (Ferreira, 2003).

O *input* para a gestão ambiental são os custos do impacto ambiental como uma saída do processo produtivo, mesmo que não intencional. Normalmente, os bens e os serviços produzidos geram receita para a empresa, receita essa prevista para cobrir somente os custos normais de produção e não os relativos ao meio ambiente. Esses custos, portanto, estariam ‘a descoberto’ (FERREIRA, 2003). Essa visão sobre o processo é apresentada na Figura 3.

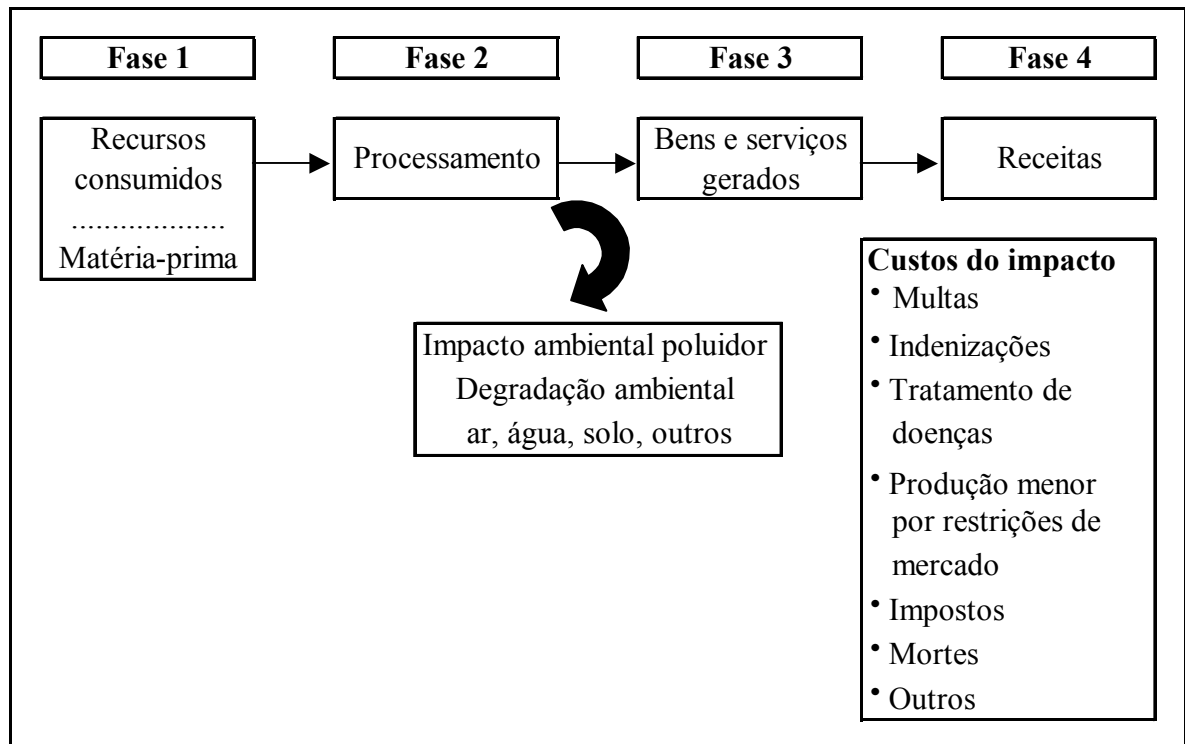


Figura 3 - Processo produtivo sob o ponto de vista da gestão ambiental

Fonte: FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza. Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2003, p. 38.

De acordo com a autora, espera-se que a gestão ambiental possa, senão, eliminar esses custos, pelo menos trazê-los a níveis suportáveis pela entidade, permitindo um equilíbrio entre as receitas geradas e os bens e os serviços produzidos.

Para a autora, o objetivo maior da gestão ambiental deve ser o de propiciar benefícios à empresa que superem, anulem ou diminuam os custos das degradações, causados pelas demais atividades da empresa e, principalmente, pela área produtiva. O responsável por gerir o meio ambiente não é o responsável por degradá-lo.

Pode-se afirmar que a gestão ambiental traz benefícios à organização, pois Tinoco e Kraemer (2004) afirmam que a introdução de práticas ambientais pode, por outro lado,

implicar a redução de custos, por meio da melhoria da eficiência dos processos, redução de consumos (matéria-prima, água, energia), minimização do tratamento de resíduos e efluentes e diminuição de prêmios de seguros, multas, etc.

Os instrumentos de gestão ambiental objetivam melhorar a qualidade ambiental e o processo decisório. São aplicados a todas as fases dos negócios e podem ser: preventivos, corretivos, de remediação e proativos, dependendo da fase em que são implementados. De acordo com Fernandes (2000), os principais instrumentos de gestão ambiental são: Estudo do Impacto Ambiental (EIA); Avaliação do Impacto Ambiental (AIA); auditoria ambiental; capital natural.

Nessa perspectiva, segundo Tinoco e Kraemer (2004), os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) identificam e caracterizam os impactos ambientais ou efeitos ambientais, benefícios e efeitos adversos, ocorrentes e passíveis de ocorrer na região que receberá o empreendimento. Esses estudos surgiram como instrumento de controle prévio dos impactos ambientais a serem produzidos nos empreendimentos potencialmente causadores de significativa degradação ambiental. São instrumentos de caráter técnico exigido pelas autoridades governamentais para a autorização de instalação e o funcionamento de atividades econômicas, que possam produzir algum tipo de problema ambiental.

A Avaliação do Impacto Ambiental (AIA), de acordo com os autores citados, é considerada uma técnica de identificação de riscos e um instrumento de prevenção de danos ambientais. Seu objetivo é determinar os efeitos potenciais sobre o meio ambiente, sobre a sociedade e sobre a saúde, do desenvolvimento proposto.

Seguindo o raciocínio de que um dos principais instrumentos de gestão ambiental é a auditoria ambiental, Tinoco e Kraemer (2004) citam que ela constitui ferramenta essencial para avaliar a eficácia de todas as ações de controle, aferindo a qualidade final do processo de controle ambiental integrado ao processo industrial, não se limitando à verificação dos itens relacionados ao meio ambiente nas demonstrações contábeis.

Ainda, explicando os principais instrumentos de gestão ambiental, os autores afirmam que o capital natural é composto por todos os ativos naturais originados pela natureza e que são patrimônio de toda a sociedade. Sua valoração é difícil em termos econômicos, porém seu uso adequado tem a capacidade de potencializar o crescimento econômico do país. As políticas em relação ao capital natural são a sustentabilidade do desenvolvimento nacional, incorporando com especial atenção a proteção do meio ambiente e a criação de mecanismos que incentivem o uso racional dos recursos naturais, tais como os que permitem verdadeira valoração dos recursos naturais.

2.2.7 Sistema de gestão ambiental

Diante destas novas exigências, Ott e Dalmagro (2002) afirmam que as empresas se comprometem e estabelecem metas ambientais de produção, adotando procedimentos para a reciclagem de materiais, redução da emissão de efluentes e garantias do ciclo de vida dos produtos. Segundo eles, há uma conscientização de que a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental pode aliar a melhoria nos processos industriais à preservação do meio ambiente.

Fernandes (2000) entende que um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) eficaz pode auxiliar a empresa no gerenciamento, medição e melhoria dos aspectos ambientais de suas operações, levando-a a uma conformidade mais eficiente com os requisitos ambientais obrigatórios e voluntários, podendo, ainda, auxiliá-la na adoção de novas posturas que produzam mudanças culturais e comportamentais, à medida que as práticas gerenciais ambientais forem sendo incorporadas nas operações gerais do negócio.

O Sistema de Gerenciamento Ambiental “é a parte do sistema de gestão da empresa que abrange a estrutura organizacional, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos necessários para determinar e implementar a Política Ambiental da organização” (RIBÓ, 2000, p. 12).

A implementação e operação de um sistema de gestão ambiental consiste, na realidade, na aplicação de conceitos e técnicas de administração particularizados para os assuntos de meio ambiente. Existem, dessa forma, várias técnicas possíveis e que levam a resultados semelhantes (MOURA, 2002).

A implantação do SGA “se dá em cinco etapas sucessivas e contínuas: política ambiental da organização; planejamento; implementação e operação; monitoramento e ações corretivas; e revisões no gerenciamento”, segundo Maimon (1996, p. 72). Para ele, todas essas etapas buscam a melhoria contínua, ou seja, um ciclo dinâmico no qual está se reavaliando permanentemente o sistema de gestão e procurando a melhor relação possível com o meio ambiente.

Os benefícios advindos do Sistema de Gerenciamento Ambiental são, segundo Ribó (2000, p.17):

- a) conhecimento exato da situação;
- b) segurança no cumprimento da legislação;
- c) controle e tratamento das emissões para o meio ambiente;
- d) mecanismos e programa de melhoria contínua da atuação ambiental;
- e) mínimo Impacto Ambiental de produtos e processos:
 - produção mais limpa;
 - economia e redução do consumo de água e energia;
 - minimização da geração de resíduos;
- f) imagem e prestígio frente a clientes, empregados, administrações, sociedade em geral;
- g) economia e rentabilidade econômica.

Para Maimon (1996, p. 72), as vantagens do SGA para a empresa são: “organizacionais, redutoras de custos de operação, minimizadoras de acidentes, e obviamente competitivas”. Para a sociedade significa uma “melhoria da qualidade de vida decorrente da diminuição dos impactos ambientais adversos ou desfavoráveis e uma redução do custo de controle e fiscalização”, uma vez que a adesão das empresas é voluntária.

2.2.8 Normatização ambiental

Segundo Moura (2002), a maioria dos países tem seu próprio organismo gerador de normas técnicas, havendo uma tendência de que as empresas de um determinado país adotem suas próprias normas, embora elas sejam livres para adotar as normas que quiserem, verificando o interesse dos clientes. No Brasil, existe a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), fundada em 1940, uma entidade sem fins lucrativos, mantida por um grande grupo de empresas associados e pelos recursos obtidos com a venda das normas produzidas.

Já internacionalmente, a organização principal de normalização é a *International Organization for Standardization* (ISO), fundada em 1947 e com sede em Genebra, Suíça, da qual participam 110 organismos nacionais. Para um país fazer parte da ISO é necessário que tenha um único organismo normalizador. No caso, o Brasil somente possui a ABNT, sendo um dos sócios fundadores, e com assento no Conselho Superior da ISO (MOURA, 2002).

Segundo Moura (2002), na fase de preparação das normas da série ISO 9.000, o Brasil e vários outros países, como os Estados Unidos e o Japão, aparentemente não deram grande importância. Mas, com a grande repercussão mundial dessas normas, que afetou em larga escala o relacionamento comercial das empresas, sobretudo no comércio internacional, no Brasil, hoje há uma grande quantidade de empresas certificadas na ISO 9.000.

Para o autor, as normas ambientais também terão grande repercussão sobre as decisões estratégicas nas empresas, tais como investimentos em equipamentos não poluentes, modificações em processos produtivos, decisões para se obter certificação, custos decorrentes, e precisarão ser consideradas visando à própria sobrevivência do produto, em um mercado muito mais exigente em termos de desempenho ambiental. Sendo assim, decidiu-se que seria importante que o país, nesse caso representado pela ABNT, participasse nas decisões sobre o conteúdo das normas da série ISO 14.000 (normas ambientais).

De acordo com o autor, as empresas, principalmente, aquelas que têm interesses em exportação, estão sendo quase que obrigadas a se adequarem às normas da série ISO 9.000 (referentes a sistemas de qualidade), por uma exigência do mercado. Da mesma forma que ocorreu com a ISO 9.000, as empresas estão demonstrando um interesse em melhorar seu desempenho ambiental, e obterem a certificação da norma ISO 14.001.

Quando forem aplicadas, as novas normas da série ISO 14.000 que, apesar de resultarem em benefícios visíveis, poderão servir de respaldo às ações de boicote, ou seja, não tendo certificação não se aceitariam certos produtos em alguns países. Por outro lado, a existência dessas e de outras normas internacionais com um critério claro das exigências ambientais, poderá servir como defesa de interesses nacionais. Essas normas serão utilizadas para qualificar processos e serviços, dando um caráter mais objetivo, imparcial e quantificável às questões, retirando ou minimizando o lado emocional. Por outro lado, as empresas que não se adaptarem a essas novas regras poderão ter sérias dificuldades com relação à sua sobrevivência nesse ambiente altamente competitivo. E sobreviver, é a necessidade número um da empresa, antes de todas as outras (lucro, satisfação dos acionistas, dos empregados, etc.) (MOURA, 2002).

Um marco na normalização ambiental foi a norma britânica BS 7750, publicada em 1992. A partir dela diversas outras normas foram elaboradas em outros países. No âmbito da *International Standardization Organization* - ISO foi criado um grupo de assessoria para estudar as questões decorrentes da proliferação de normas ambientais e seus impactos sobre o comércio internacional. Esse grupo recomendou a criação de um comitê específico para a elaboração de normas sobre gestão ambiental. Essas normas, que fazem parte da família ISO 14000, começaram a ser elaboradas em 1993, através do Comitê Técnico 207 (TC 207), presidido pelo órgão de normalização do Canadá. Quando estiver completa, essa nova série de normas deverá abordar a gestão ambiental através de normas sobre sistemas de gestão ambiental, avaliação do desempenho ambiental, auditoria ambiental, avaliação do ciclo de vida do produto, rotulagem ambiental e aspectos ambientais em normas de produtos. As três primeiras são voltadas à organização, enquanto as demais à avaliar produtos e processos. O

quadro 7 apresenta um painel do desenvolvimento dos trabalhos da ISO 14.000 (LEONARDO, 2001, p. 11).

Sistema de gestão ambiental	ISO 14001	Regulamenta as especificações para o uso do SGA
	ISO 14004	Trata das diretrizes gerais s/princípio, sistemas e técnicas de apoio
Auditoria ambiental	ISO 14010	Trata dos princípios gerais e diretrizes de auditoria ambiental
	ISO 14011	Trata dos procedimentos de auditoria
	ISO 14012	Estabelece os critérios de qualificação para de auditores ambientais
Rotulagem ambiental	ISO 14020	Princípios básicos da rotulagem ambiental
	ISO 14021	Autodeclarações
	ISO 14022	Simbologia para rótulos
	ISO 14024	Trata dos princípios, práticas e procedimentos em programas multicriterioso
Desempenho ambiental	ISO 14030	Trata dos termos de avaliação do desempenho ambiental
Ciclo de vida do produto	ISO 14040	Normas sobre o ciclo de vida dos produtos
Órgãos de normalização	ISO 14060	Guia para os órgãos de normalização, no sentido de incluir aspectos ambientais e normas de produtos, tendo como premissa que qualquer produto sempre gera algum tipo de impacto sobre o meio ambiente.

Quadro 7 - Desdobramento das normas ISO 14000

Fonte: LEONARDO, Vera Sirlene. A Contabilidade e o Meio Ambiente: uma visão das indústrias químicas certificadas pela ISO 14000. Florianópolis: UFSC. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, 2001, p. 11-12.

Para alcançar a certificação ambiental, uma organização deve cumprir três exigências básicas expressas na norma ISO 14001, que é a norma certificadora da série ISO 14000 (VALLE, 2000, p. 99):

- ter implantado um Sistema de Gestão Ambiental;
- cumprir a legislação ambiental aplicável ao local da instalação;
- assumir um compromisso com a melhoria contínua de seu desempenho ambiental.

Sobre a ISO 14000 é preciso lembrar que o fato de uma empresa ter recebido essa certificação não significa que ela não polui. Existem inúmeros casos de grandes impactos ambientais causados por empresas já certificadas. Poder-se-ia dizer que ao possuí-lo, a empresa demonstra estar preocupada em cuidar do meio ambiente (FERREIRA, 2003).

2.3 Balanço Social

O mundo globalizado exige hoje um “novo perfil tecnológico-econômico-social”, segundo Kroetz (2000, p. 44), que “requer que a contabilidade evolua no sentido de prestar informações atualizadas, observando os reflexos das mudanças patrimoniais no ambiente social e ecológico, informações essas não somente de ordem financeira patrimonial”. No entanto, segundo Duarte e Dias (1986), as empresas decididas a assumir suas responsabilidades sociais defrontam-se com um grande problema para avaliar seu desempenho nessa área, pois os instrumentos tradicionais da gestão empresarial não apresentam tal preocupação uma vez que na concepção tradicional da empresa isso era inconcebível.

Assim, quando a concepção tradicional da empresa começa a ser questionada, inicia-se a abertura do caminho para ampliação de suas responsabilidades. Para Duarte e Dias (1986, p. 88),

admitida a inovação, surge o problema de como avaliar a situação da empresa na área social, seja para efeitos de diagnóstico, seja para acompanhamento de atividades, seja, ainda, para a avaliação dos resultados. A necessidade de dispor de informações sistematizadas sobre desempenho social faz surgir a demanda de um instrumento adequado para isso. E, assim, da preocupação com a responsabilidade social da empresa nasce a idéia de uma contabilidade de seu impacto na sociedade.

Nessa perspectiva encontra-se o Balanço Social, uma demonstração que permite identificar e demonstrar os impactos recebidos e causados pela entidade em relação aos ambientes social e ecológico, procurando não só identificar a qualidade das relações organizacionais com seus empregados, com a comunidade e com o meio ambiente, como também quantificá-las nos casos possíveis, (KROETZ, 2000).

2.3.1 Histórico do balanço social

Segundo Tinoco (2001), a elaboração do Balanço Social constitui-se numa prática recente que tem início na década de 1960 nos Estados Unidos da América e na Europa.

Para que se possa situar o Balanço Social na história, é preciso voltar até o período da guerra no Vietnã pois, de acordo com Tinoco e Kraemer (2004, p. 88), “a guerra no Vietnã, em que os Estados Unidos da América se envolveram nas décadas de 1960 e 1970, gerou profunda insatisfação popular, fazendo com que a sociedade se manifestasse e repudiasse tal disputa”.

Nesse período, a população em repúdio à guerra, deu início a um movimento de boicote à aquisição de produtos e ações de algumas empresas ligadas ao conflito (IBASE, 2003).

Este fato, agravado pelas mazelas, sofrimentos e mortes, levaram os cidadãos a exigirem das empresas uma nova postura moral e ética. Com isso, as empresas se

preocuparam em divulgar as relações sociais mantidas, dentro e fora das mesmas (TINOCO; KRAEMER, 2004).

É a partir dessa pressão exercida pela população que começaram a surgir as primeiras informações sociais, que passaram a ser publicadas juntamente com as demonstrações contábeis, fato esse confirmado por Tinoco (2001, p. 25) ao afirmar: “assim, no decorrer dos anos 60, os programas políticos, em particular as mensagens sobre estado da União, continham um número crescente de dados sociais”.

Nesse período, mais precisamente em 1968, com os movimentos da guerra no Vietnã; movimento estudantil na França e na Alemanha, tendo em vista a importância dos problemas sociais; as iniciativas sociais aumentaram e na “... França, organismos patronais e associações profissionais publicaram diferentes modelos de *tableau de bord social*” (TINOCO, 2001, p. 26).

Nessa mesma linha de pensamento, Danziger (*apud* TINOCO, 2001, p.26) explicita

que as empresas, a partir de 1970, na França, tendo em vista atender à necessidade de informação social, passam a publicar uma bateria de indicadores sociais, concernentes à gestão do pessoal, ao clima social que, para assimilação com os indicadores financeiros, são publicados num quadro de *bord social*.

Na Europa e nos Estados Unidos da América, a partir da década de 60, os trabalhadores exigiram que as organizações fornecessem informações relativas ao desempenho econômico e social, ampliando assim as informações que as mesmas já forneciam, incorporando nessas as questões sociais, especialmente as relativas ao emprego, tendo em vista as discussões sobre responsabilidade social. Com isso, deram origem à

implantação do Balanço Social, na França, a partir de 1977, evidenciando basicamente os recursos humanos (TINOCO, 2001; TREVISAN, 2002; TORRES, 2003).

Historiando a experiência do Balanço Social em diversos países, pode-se observar, de acordo com Tinoco (2001), que nos Estados Unidos, pelo estágio avançado do capitalismo, pela primeira vez a noção de responsabilidade social foi aberta ao debate, difundindo-se em outros países da Europa, tais como: Alemanha, Inglaterra, Holanda, Bélgica, França, Espanha e Portugal, dos quais, França e Portugal possuem legislação que obrigue as empresas a elaborá-lo. Em geral, são os movimentos sociais que exercem pressão sobre as empresas para que divulguem informações sócio-econômicas em seus relatórios contábeis anuais.

Hoje em dia, nos Estados Unidos a preocupação dos empresários ao publicarem as informações sócio-econômicas está ligada (TINOCO, 2001, p. 126):

- a) ao comportamento a respeito da poluição;
- b) a participação em obras culturais;
- c) a contribuição da empresa aos transportes coletivos na cidade e a outros benefícios à coletividade.

É interessante observar que essa abordagem, segundo o autor, é uma abordagem ambiental, pois os itens considerados são tidos como inerentes a responsabilidade da empresa e englobam em uma mesma apreciação o homem na empresa e a empresa na cidade.

Na Alemanha, segundo Tinoco (2001), professores universitários, banqueiros e institutos de pesquisa têm divulgado e aconselhado as empresas à elaborarem seus relatórios sócio-econômicos. Isso tem levado empresários alemães a tomarem posições avançadas em relação a esses relatórios, os quais têm apresentado entre seus componentes como identificação social a ecologia e as condições de trabalho.

Embora na Alemanha não existam ainda textos legais, muitas empresas têm por iniciativa própria elaborado os balanços sociais, encontrando-se nos documentos qualificados como 'Contabilidade Social'. Entre essas empresas encontram-se, segundo Tinoco (2001): Basf, Höchst, Fieroth, Deutsche Shell, B. P., Steag e a subsidiária germânica da Mobil Oil Corporation (Mobil Oil H. G.).

Segundo Gonçalves (1980b), o Balanço Social da empresa Steag foi o trabalho pioneiro do grupo, publicado em 1973, o qual pretendia relacionar as despesas e os benefícios sociais específicos, buscando quantificar os benefícios sociais para confrontá-los com as despesas.

A Holanda foi o primeiro país do mundo a publicar os Relatórios Sociais, na forma de jornal interno, isto é, no corpo do relatório anual destinado aos acionistas das empresas ou em forma de relatório separado, porém publicado junto ao relatório anual (TINOCO, 2001).

Nesses relatórios, para o autor, as condições de trabalho e as estatísticas sobre empregos ocupavam uma posição de destaque, bem como considerações econômicas destinadas a informar os assalariados. Assim, o desenvolvimento da empresa, seus resultados e seus projetos tornavam-se mais transparentes.

De acordo com Danziger (*apud* TINOCO, 2001), na Bélgica foi aprovado em 1973 um decreto real centrado na perenidade da empresa, distinguindo informações de base e informação ocasional. Nas informações de base aparecem as informações sobre posição do mercado, cálculo de preços de revenda, orçamento e os desvios entre o planejado e o executado; nas informações ocasionais aparecem os eventos importantes para as empresas. O

documento denso em informações permite reportar os pontos fortes e os pontos fracos de um negócio, determinar sua capacidade de prolongar-se e de se desenvolver, e é apresentado ao comitê da empresa.

Na Bélgica, o texto que regulamenta o Balanço Social, segundo Tinoco (2001), congrega informações econômicas e sociais, incitando os trabalhadores a tornarem posição nos dois campos, isto é, no campo social e no financeiro.

Sintetizando as idéias de Marqués (*apud* TINOCO, 2001, p. 128), pode-se destacar que na Grã-Bretanha as numerosas pressões exercidas pelos movimentos sociais contra os dirigentes de empresas levaram “... entidades representativas como a Ordem dos Peritos Contábeis, *Social Science Research Council*, *British Institute of Management* (BIM), *Department of Trade* e a *Confederation of British Industries* (CBI)”, a reconhecerem certas formas de responsabilidade social. O autor relata, ainda, que movimentos de professores, pesquisadores e grupos independentes influenciaram as entidades a divulgarem informações sócio-econômicas mais amplas que as contidas nos relatórios contábeis, embora não houvesse a obrigatoriedade legal de elaborarem o Balanço Social.

Assim, segundo Tinoco (2001), documento publicado em 1975 pelo ‘*Accounting Standards Steering Committee*’ (ASSC) denominado ‘*The Corporate Report*’, ilustra o desejo de reunir informação econômica e social em um relatório que possa informar investidores e assalariados, dando-lhes informações significativas, compreensíveis, completas, objetivas e comparáveis, em relação a elementos financeiros e elementos estritamente sociais.

O autor citado menciona, também, que na Espanha não existe a obrigatoriedade legal de elaborar e publicar o Balanço Social, porém, algumas empresas o assumem por julgarem que precisam ser o mais transparente possível, divulgando informações que digam respeito a acionistas, investidores e estado, além de trabalhadores, comunidade local, sindicatos, formadores de opinião, etc. A Empresa Nacional de Celulose da Espanha foi uma das que se destacaram pela preocupação em divulgarem informações sócio-econômicas mais amplas, ao ponto de fazer uma pesquisa de opinião sobre o assunto.

O Banco Bilbao Viscaya e Argantária (BBVA) é outra das empresas que vem desde 1978 publicando o Balanço Social como um documento transparente que cobre praticamente todas as suas atividades. O Balanço Social é tão importante para o BBVA, que no relatório de junho de 1982 o seu presidente assim se manifesta:

Um Balanço Social é uma demonstração da responsabilidade empresarial, e a afirmação líquida de que esta não se entende como algo absolutamente desligado da dimensão ética. A responsabilidade é nome concreto da liberdade; (...) Porém, a responsabilidade de qualquer empresa tem sempre âmbito amplo: a sociedade (*apud* Tinoco, 2001, p. 130).

O marco histórico dos balanços sociais ocorreu na França no ano de 1972, quando a empresa Singer elaborou o primeiro balanço social (TREVISAN, 2002; TORRES, 2003).

A França foi o primeiro país da Europa a regulamentar a publicação do Balanço Social, por meio da Lei nº 77.769, de 12 de julho de 1977. Esta Lei também é conhecida como “*Rapport Sudreau*”, e tem por objetivo informar ao pessoal o clima social na empresa, além da evolução do efetivo. Somente em 1979 ela foi posta em prática, obrigando as empresas que possuíam 750 ou mais funcionários a publicar o Balanço Social, anualmente, e estas informações deveriam ser relativas aos dois últimos anos (TINOCO, 2001). A exigência se estendeu depois de 1982 às empresas com mais de 300 empregados (GONÇALVES, 1980b).

Nesse contexto histórico-social, “a Lei francesa possui inegáveis méritos. Ela reconhece pela primeira vez de forma institucional a importância dos trabalhadores no seio da empresa como usuários da informação contábil e social”. Entretanto, o autor considera-a bastante paternalista na medida que segrega os fatos econômicos dos fatos sociais “como se percorressem caminhos diferentes e excludentes” (TINOCO, 2001, p. 131).

De acordo com o disposto na Lei, (“Le Bilan Social”, *Revue française de gestion* 12/07/1977, *apud* MELO NETO; FROES, 1999, p. 123),

o balanço social recapitula num documento único os principais dados quantitativos permitindo apreciar a situação da empresa no domínio social, comportando informações sobre o emprego, as remunerações e encargos, as condições de higiene e segurança, as outras condições de trabalho, a formação, as relações profissionais e suas famílias, na medida em que estas condições dependem da empresa.

Segundo o autor, é na França, também, que com o advento do Plano Contábil de 1982, as organizações são obrigadas desde 1983 a elaborar a Demonstração do Valor Adicionado, porém, em separado do Balanço Social. Esse Plano coloca “em evidência o uso e divulgação do valor adicionado gerado por uma empresa e o valor adicionado global, que envolve o da empresa e das que se relacionam com esta; o excedente bruto das contas de exploração e o detalhamento do resultado operacional das organizações” (TINOCO, 2001, p. 131).

Já em Portugal, o autor afirma que, após a derrubada da ditadura salazarista que produziu muitas seqüelas humanas, políticas, sociais e econômicas, houve uma grande abertura para os campos político, social e comunitário, bem como para a divulgação de informações contábeis, econômicas e sociais. Em 1977 foi promulgado o ‘Plano Oficial de Contabilidade’ introduzindo modificações como maior abertura e detalhamento na conta Demonstração de Resultados do Exercício’ divulgando os gastos com salários, remunerações

e outros encargos. Isso permitiu extrair dessa peça contábil o valor adicionado gerado pela organização.

De acordo com Tinoco (2001, p. 132), “a primeira experiência do Balanço Social em Portugal data de 1977, com o ‘estudo sobre as 100 maiores empresas’ realizado pela Semap, filial portuguesa do Grupo Metra Internacional”, porém já no início dos anos 80 cerca de 20 empresas influenciadas pela legislação francesa elaboraram o Balanço Social.

Assim, após vários estudos e tentativas, Portugal tornou o Balanço Social obrigatório através da Lei nº 141/85, de 14/11/85, que trouxe a obrigatoriedade de apresentação do Balanço Social para todas as empresas públicas e para as empresas privadas a partir do exercício de 1986. Outra característica importante citada por Kroetz (2000) em relação a Lei portuguesa, é a de que as informações atendem basicamente à área de recursos humanos e a apresentação dá-se sob a forma de formulário a ser preenchido pelas empresas que se enquadram nas condições exigidas pela legislação.

Freire e Rebouças (2001) afirmam que a lei portuguesa do balanço social surgiu numa época em que as indústrias necessitavam de investimentos tecnológicos. E que os anos 80 marcaram ainda a vida econômica de Portugal com sua adesão à União Européia, possibilitando uma evolução tanto financeira quanto social do país e uma diminuição da taxa de desemprego.

Atualmente, segundo Tinoco (2001), o Balanço Social é elaborado a partir do Decreto Lei nº 9/92, de 22 de janeiro de 1992, que exige que cada empresa com pelo menos 100 funcionários, o apresente a cada ano civil.

Na América Latina, o Balanço Social aparece mesclando a experiência americana / européia, buscando uma forma “de humanizar a empresa e de criar propostas participativas no sentido de desenvolver focos de democracia possíveis, numa época em que a quase totalidade dos países latino-americanos vivia sob regimes fechados e autoritários” (KROETZ, 2000, p.57).

2.3.2 Balanço social no Brasil

No Brasil, os primeiros contatos com a temática sobre a responsabilidade do dirigente da empresa em relação às questões sociais ocorreu, segundo Tinoco (2001), em 1961, tendo como agente operacional a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ACDE).

No entanto, para Kroetz (2000), os primeiros indícios do Balanço Social surgiram na década de 1970, com o professor e pesquisador Dr. Alberto Almada Rodrigues que publicou um artigo intitulado “Da Sociologia da Contabilidade à Auditoria Sócio-Econômica”. No referido artigo ele apresenta discussões acerca da Contabilidade Social, Balanço Social e Auditoria Sócio-Econômica, relatando experiências européias sobre o tema e bibliografias disponíveis na época.

Tinoco (2001) relata que em 1977 a ADCE organizou o segundo Encontro Nacional de Dirigentes de Empresas, cujo tema central versou sobre o Balanço Social da Empresa. Menciona que a partir de 1979 a ADCE passou a organizar congressos anuais tendo o tema Balanço Social como objeto de reflexão em todos eles.

Kroetz (2000, p. 58) menciona que algumas entidades, além da sociedade acadêmica, já realizavam estudos, seminários e divulgavam a conceituação de responsabilidade social e ecológica desde o ano de 1976. Entre essas entidades encontrava-se a ADCE que vinha “...acompanhando com interesse o tema Balanço Social, observando o que é feito em outros países e analisando a forma ideal para aplicá-lo aqui”.

Para Ricca (2005), é com base nesses estudos e integrando o conhecimento disponível dos outros países, visitando experiências européias e latino-americanas, que uma proposta de Balanço Social foi publicada em 1978. Eles apresentavam três componentes básicos:

1. uma filosofia de ação transformadora da sociedade, através de um novo papel da empresa, dando ênfase à sua responsabilidade social;
2. uma metodologia de ação que tinha como base a participação dos atores internos e externos da empresa na definição das linhas gerais do processo e da sua operacionalização;
3. um ‘modelo’ de balanço, simples na sua elaboração, mas que transformasse em indicadores qualitativos e quantitativos as ações humanas e sociais e definisse metas mensuradas e dimensionadas que tornassem possível uma avaliação periódica dessas ações (RICCA, 2005, p. 2).

Em abril de 1980, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES) promoveu um Seminário Internacional sobre o Balanço Social, o qual contou com a participação de especialistas da Alemanha, Espanha, Chile, Argentina, Uruguai, Colômbia e Estados Unidos, que apresentaram os seus respectivos ‘modelos’ de Balanço Social. O modelo do Brasil foi considerado adequado, tanto nos aspectos conceituais, quanto na aplicação prática. No final do seminário, foi lançado o livro ‘Balanço Social da Empresa na América Latina’, que teve como organizador o Professor Ernesto Lima Gonçalves. A Fundação FIDES passou a desenvolver, por mais de 10 anos, um trabalho intenso e minucioso de divulgação e incentivo à aplicação do Balanço Social (TINOCO; KRAEMER, 2004; RICCA, 2005).

No Brasil, segundo Tinoco e Kraemer (2004), o primeiro trabalho acadêmico sobre Balanço Social foi elaborado por João Eduardo Prudêncio Tinoco, em uma dissertação de mestrado em Contabilidade, apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia e Administração na Universidade de São Paulo, cujo título foi “Balanço Social – Uma abordagem Sócio-Econômica da Contabilidade”, em 1984.

Foi publicado, no ano de 1984, segundo Torres (2001), de forma completamente voluntária, o primeiro relatório de cunho social de uma empresa brasileira: o relatório de atividades sociais da Nitrofertil, empresa estatal que se situava no Estado da Bahia. Esse documento dava publicidade às ações sociais realizadas e ao processo participativo desenvolvido na empresa durante aquele período, tendo recebido o nome de balanço social da Nitrofertil.

Conforme Kroetz (2000), Herbert de Souza (Betinho) pode ter sido o grande promotor do Balanço Social no Brasil, pois lutou de forma incansável para conseguir implantar um Balanço Social adequado à realidade do país, apoiando-se sempre no Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), do qual foi fundador.

Na mesma linha de raciocínio, Melo Neto e Froes (1999, p. 123) também citam o sociólogo Betinho como o grande propulsor do Balanço Social, ao afirmar que “no Brasil, a idéia de Balanço Social surgiu no início da década de 80 e teve no sociólogo Betinho o seu grande defensor. Através do IBASE, entidade a qual presidia, Betinho iniciou uma verdadeira cruzada em prol do balanço social”.

Betinho era da opinião que

o Balanço Social atende a todos. Para os dirigentes, oferece os elementos essenciais para as decisões sobre programas e responsabilidades sociais que a empresa venha a desenvolver. Os empregados têm a garantia de que as expectativas cheguem até os padrões de uma maneira sistematizada e quantificada. Os fornecedores e investidores passam a conhecer a maneira como a empresa encara responsabilidades em relação ao quadro humano, o que representa um indicador de como a empresa é administrada. (...) vários são os itens de verificação das atividades sociais: educação, saúde, atenção à mulher, preservação do meio ambiente, contribuições para a melhoria de vida e de trabalho dos funcionários, desenvolvimento de projetos comunitários, erradicação da pobreza, geração de renda e criação de postos de trabalho (TINOCO, 2001, p. 135).

Por ser respeitado nos ‘meios empresariais’, pelo sucesso da sua Campanha contra a Miséria e a Fome e a favor da Vida e, por ser admirado nos meios acadêmico e governista, Betinho conseguiu o apoio de inúmeras empresas e entidades de classe. Como consequência do seu esforço pela ‘causa do balanço social’, no início da década de 1990 surgiram os primeiros ‘investimentos sociais de peso’ no meio empresarial. As primeiras iniciativas quanto ao balanço social datam da segunda metade dos anos 90 (MELO NETO; FROES, 1999).

Segundo Torres (2001), o Banco do Estado de São Paulo – Banespa produziu um relatório completo, denominado Balanço Social do Banespa, divulgando as ações sociais realizadas. O Banespa realizou seu balanço social em 1992, porém ele foi publicado somente nos primeiros meses de 1993.

Goulart (*apud* MELO NETO; FROES, 1999, p. 124) menciona que em 1997, por iniciativa da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi apresentada em audiência pública uma “proposta de inclusão do balanço social nas demonstrações financeiras das empresas”, no entanto, por falta de consenso, a iniciativa não foi adiante.

Foi a partir de 1997 que diversas organizações começaram a trabalhar de maneira ostensiva com o tema e passaram a realizar seminários, pesquisas, palestras e cursos, sobre o balanço social (TORRES, 2001).

De acordo com Melo Neto e Froes (1999, p. 124), o balanço social possui duas correntes: a corrente de origem francesa, que se preocupa com o ambiente social interno da empresa, envolvendo o relacionamento entre empresa - empregados e sindicatos, e privilegiava o bem-estar dos empregados e dependentes, “a sua participação na gestão da empresa e a sua satisfação no trabalho”. A segunda corrente é a de origem norte-americana, e defende uma abordagem mais abrangente. Essa abordagem se caracteriza pela preocupação com o foco interno e externo. No foco interno leva em conta o “bem-estar dos empregados, capacitação, participação, saúde, assistência social, segurança no trabalho”, enquanto que no foco externo se preocupa com o apoio da empresa ao desenvolvimento da comunidade onde atua, citando: “a geração de emprego e renda, a preservação do meio ambiente, o investimento em tecnologia, (...) o apoio ao desenvolvimento tecnológico”.

Embora não seja obrigatória a sua publicação no Brasil, a cada ano cresce o número de empresas que publicam seus balanços sociais. Nessa evolução histórica percebe-se que

mais recentemente, a sociedade, sujeito e objeto das atividades humanas, vem propugnando por maior abertura quanto à revelação de informações econômicas, financeiras, sociais e ambientais, que justifiquem a razão de ser das entidades, como sujeitos públicos, inserindo-se, portanto, no contexto dos usuários do Balanço Social. As entidades consomem recursos naturais, renováveis ou não, direta ou indiretamente, que constituem parte integrante do patrimônio da humanidade, utilizam recursos humanos, físicos e tecnológicos, que pertencem a pessoas e, portanto, à sociedade. As organizações vivem em função da sociedade, devendo, em troca, revelar informações de como usam eficiente e eficazmente esses recursos (TINOCO, 2001, p.28).

Desde 1999, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES) mantém o Fórum Permanente do Balanço Social, que visa congrega ONG's, empresas e

profissionais para o aperfeiçoamento permanente deste importante instrumento de transformação social (FIDES b).

2.3.3 Conceito de balanço social

Sucupira (2001, p. 124) conceitua o Balanço Social como “...um documento publicado anualmente, reunindo um conjunto de informações sobre atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas a seus empregados e à comunidade na qual está inserida”.

Ribeiro e Lisboa (1999, p. 72) afirmam, que na concepção mais ampla o balanço social “envolve a demonstração da interação da empresa com os elementos que a cercam ou que contribuem para a sua existência, incluindo o meio ambiente natural, a comunidade e economia local e recursos humanos”.

O balanço social tem se constituído numa resposta a demanda de informações de caráter social, e tem um duplo objetivo (TINOCO, 2001, p. 30):

No plano legal, fornece um quadro de indicadores a um grupo social, que após ter sido apenas um simples fator de produção, encontra-se promovido como parceiro dos dirigentes da empresa.

No plano de funcionamento da empresa, serve de instrumento de pilotagem no mesmo título que os relatórios financeiros. Os trabalhadores encontram-se assim associados à elaboração e à execução de uma política que os liga ao principal dirigente.

É imprescindível que se diga que “o Balanço Social tem sua origem na contabilidade das empresas. Normalmente, é por meio da contabilidade que as entidades divulgam a seus

diferenciados usuários seu desempenho econômico, financeiro, social e de responsabilidade corporativa e pública” (TINOCO, 2001, p.14).

Mesmo antes de ser uma demonstração endereçada à sociedade, o Balanço Social é uma ferramenta gerencial que reúne dados qualitativos e quantitativos sobre políticas administrativas e sobre as relações da entidade com o ambiente. Esses dados podem ser comparados e analisados, servindo como instrumento de controle que auxilia na tomada de decisões e na adoção de estratégias que influenciam o desempenho da empresa (KROETZ, 2000).

Na realidade, segundo Kroetz (2000), o Balanço Social é uma ferramenta usada para a demonstração dos gastos da entidade na promoção humana, social e ecológica, e é dirigido aos gestores, aos empregados e à comunidade com a qual a empresa interage, num espaço de tempo que pode envolver passado/presente/futuro.

Na visão de Tinoco e Kraemer (2004), o fato desse demonstrativo ter diversos usuários, implica em maior responsabilidade da entidade em comunicar de forma precisa e rigorosa os dados de sua atividade no aludido âmbito, para que a comunidade e os núcleos que com ela se relacionam possam avaliá-la, compreendê-la e, se necessário, criticá-la.

A função principal do Balanço Social da empresa, para Torres (2003, p. 1), é tornar pública a responsabilidade social da empresa. Para ele isto “faz parte do processo de por as cartas na mesa e mostrar com transparência para o público em geral, para os atentos consumidores e para os acionistas e investidores o que a empresa está fazendo na área social”.

Nessa linha de pensamento é interessante ter presente as idéias de Kroetz (2000), de que o Balanço Social poderá demonstrar para a sociedade a preocupação e a responsabilidade social e ecológica da entidade, a qual deve buscar continuamente o aprimoramento de seu relacionamento com o meio ambiente interno e externo, mesmo que continue a praticar impactos negativos. O intuito deve ser o de sanar gradualmente tais impactos, com o apoio do quadro funcional e da sociedade envolvida, não escondendo tais ações, e sim procurando debatê-las e melhorá-las.

Assim, o autor menciona que o Balanço Social deve demonstrar, claramente, as políticas praticadas e seus reflexos no patrimônio das empresas, com o objetivo de evidenciar sua participação no processo de evolução social. O autor afirma que sem essa prática uma empresa jamais poderá apresentar pleno êxito em programas de qualidade, pois a mesma exige quebra de preconceitos, transparência administrativa e uma constante e ininterrupta ligação da entidade com seus funcionários, acionistas, fornecedores e com a sociedade em geral.

Segundo Gonçalves (1980a, p. 39), é importante que durante a elaboração do Balanço Social se obedeça a dois requisitos intrínsecos: o primeiro, a “utilização de indicadores que reflitam o desempenho da empresa no campo humano e social, ao lado dos que reflitam o grau de satisfação dos empregados em relação aos programas desenvolvidos”; e em segundo lugar, o caráter participativo que deve presidir o desenvolvimento do processo, desde a escolha dos indicadores a serem utilizados, a definição das metas a serem atingidas em relação a cada indicador, a padronização com que cada um pesa na vida da empresa e, o grau de satisfação dos empregados com os programas e a própria atividade da empresa.

Para Kroetz (2000, p. 79), considerando que o objetivo geral do Balanço Social é suprir as necessidades de apresentação de informações de caráter social e ecológico, faz-se necessário cumprir os doze objetivos específicos, a seguir:

- a) revelar, conjuntamente com as demais demonstrações contábeis, a solidez da estratégia de sobrevivência e crescimento da entidade;
- b) evidenciar, com indicadores, as contribuições à qualidade de vida da população;
- c) abranger o universo das interações sociais entre: clientes, fornecedores, associações, governo, acionistas, investidores, universidade e outros;
- d) apresentar os investimentos no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias;
- e) formar um banco de dados confiável para a análise e tomada de decisão dos mais diversos usuários;
- f) ampliar o grau de confiança da sociedade na entidade;
- g) contribuir para a implementação e manufatura de processos de qualidade, sendo a própria demonstração do Balanço Social um parâmetro para tal;
- h) medir os impactos das informações apresentadas no Balanço Social perante a comunidade dos negócios; no amanhã da entidade; na marca/goodwill, na imagem do negócio;
- i) verificar a participação do quadro funcional no processo de gestão (fase da gestão participativa);
- j) servir de instrumento para negociações laborais entre a direção da entidade e sindicatos ou representantes dos funcionários;
- k) melhorar o sistema de controle interno, permitindo qualificar o ambiente organizacional, numa perspectiva de confirmar a regularidade da gestão identificada com o gerenciamento social e ecologicamente correto;
- l) clarificar os objetivos e as políticas administrativas, julgando a administração não apenas em função do resultado econômico, mas também dos resultados sociais.

Na visão do autor, a obtenção dos resultados esperados com a elaboração do Balanço Social exige grande responsabilidade de todos os envolvidos nesse processo. Essa responsabilidade constitui-se em um desafio para a contabilidade e profissionais contábeis, pois, na medida em que ele explicita a responsabilidade social e corporativa da empresa contempla, também, uma série de informações de caráter qualitativo. As informações que mais se destacam são: a) as informações relativas às questões ecológicas, responsáveis por evidenciar os esforços realizados pelas empresas para não afetar a fauna, a flora e a vida humana, isto é, para não afetar as relações da entidade com o meio ambiente; b) as informações relativas ao treinamento e à formação continuada dos trabalhadores; c) as concernentes as condições de higiene e segurança no emprego; d) as relações profissionais; e) as contribuições das entidades para a comunidade tais como: adoção e educação de carentes, investimentos em atletas, etc.

Por outro lado, o marketing, oferecido pelo Balanço Social, segundo Kroetz (2000, p. 61), é um aspecto relevante que pode induzir empresários a publicá-lo, entendendo-o como um novo instrumento de publicidade. No entanto, esse é apenas um dos aspectos que ressalta a importância do Balanço Social, e não deve ser entendido como sua finalidade, pois, “seu objetivo é compreender a atuação social da entidade, objetivando uma melhora contínua e não simplesmente transformá-lo em mais um serviço de divulgação”. É necessário entender que o Balanço Social não é uma obrigação, mas um instrumento de apoio à gestão, capaz de mostrar a face interna e externa da organização, e isso permite a avaliação, análise e os ajustamentos que se fizerem necessários na mesma.

Segundo Subiabre (1980), o Balanço Social consiste basicamente em reunir e sistematizar a informação de área social num documento público, onde se possa quantificar dados, mediante o seu elemento básico que são os indicadores sociais.

2.3.4 Indicadores de responsabilidade social do balanço social

Segundo Tinoco (2001), o Balanço Social utiliza o maior número de indicadores disponíveis nos departamentos funcionais das organizações, reunindo estes indicadores e dando-lhes um tratamento adequado em termos de ‘*disclosure*’ para os agentes sociais.

Para Kroetz (2000), o fato de não haver uma regulamentação para a demonstração do Balanço Social, faz com que as entidades divulguem os dados que julgam relevantes e da forma que melhor lhes convém. Nesse sentido, os Balanços Sociais publicados resultam de atitudes espontâneas, com exceção dos países onde é obrigatório.

O autor apresenta um conjunto de informações encontradas em Balanços Sociais divulgados a partir dos anos 1970, e categorizados pelo espaço de tempo (passado/presente/futuro). O conjunto de informações foi assim dividido por Kroetz (2000, p. 88): o primeiro representa as influências favoráveis no espaço temporal passado/presente:

- relação da entidade com empregados (política salarial, normas de recrutamento, investimentos em treinamento, programas de saúde, programas de educação, etc.);
- características do quadro funcional (faixa etária, escolaridade, tempo de exercício da atividade na entidade, índices de satisfação, etc.);
- investimentos em segurança – interna e externa (programas de treinamento, aquisição de equipamentos de segurança, etc.);
- investimentos em higiene (programas de limpeza, aquisição de equipamentos, índices de condições de trabalho, etc.);
- contribuição a governos (valor de impostos, taxas e contribuições);
- doações e investimentos em programas sociais (contribuições à comunidade externa: investimento em cultura, pesquisas, educação, etc.);
- investimentos no meio ambiente (medidas de prevenção, aquisição de equipamentos despoluidores, etc.);

O segundo representa as influências desfavoráveis no espaço temporal passado/presente (KROETZ, 2000, p. 88):

- relação com empregados (índices de doenças causadas pela atividade, programas de demissões, etc.);
- prejuízos à comunidade (influência nos níveis de desemprego, atividades/ produtos que causam danos à saúde da população, etc.);
- prejuízos ao meio ambiente (danos ambientais causados pelas atividades/produtos);

Já o terceiro representa as influências futuras (planejamento estratégico) favoráveis e desfavoráveis (KROETZ, 2000, p. 88):

- relação com empregados (programas de educação e saúde, políticas salariais, novos programas de treinamento, políticas de demissão de pessoal, etc.);
- desenvolvimento de novas tecnologias (investimento em pesquisa, novos produtos, etc.);
- novos programas e investimentos em segurança;
- novos programas e investimentos em higiene;
- novos programas de investimento na sociedade (cultura, esporte, educação, saúde, etc.);
- novos programas de investimento no meio ambiente (medidas preventivas, programas de recuperação ambiental, possíveis danos a serem causados, etc.).

Tinoco (2001, p. 45) afirma que “o Balanço Social procura utilizar ao máximo os indicadores, esparsos pela empresa”. Para ele, a série de indicadores que podem ser extraídos do Balanço Social tanto em termos quantitativos quanto qualitativos é grande. Pode-se obter como indicadores de caráter econômico

- valor adicionado por trabalhador;
- relação entre salários pagos ao trabalhador em relação ao valor adicionado;
- contribuição do valor adicionado da empresa para o Produto Interno Bruto;
- produtividade social da empresa;
- carga tributária da empresa em relação a seu valor adicionado, etc.

os indicadores de caráter social podem ser, por exemplo:

- evolução do emprego na empresa;
- promoção dos trabalhadores na escala salarial da empresa;
- relação entre a remuneração do pessoal a nível de gerência e os operários;
- participação e evolução do pessoal por sexo e instrução;
- classificação do pessoal por faixa etária;
- classificação do pessoal por antigüidade na empresa;
- nível de absentismo;
- benefícios sociais concedidos (médico, odontológico, moradia, educação);
- política de higiene e segurança no trabalho;
- política de proteção ao meio ambiente, etc.

Dentro dos indicadores de caráter social, a apresentação dos salários pode ser feita como exposto por Tinoco (2001, p, 55), ou seja:

- pessoas ocupadas por instrução, segundo classes salariais;
- pessoas ocupadas por sexo, segundo classes salariais;
- pessoas ocupadas por sexo e instrução, segundo classes de salariais;
- pessoas ocupadas por categoria profissional, segundo classes salariais.

Por outro lado, Kroetz (2000, p. 55) entende que “o Balanço Social poderá divulgar indicadores consubstanciados no planejamento estratégico, que revelam as tendências do futuro da entidade, agregando parte do relatório da administração a seu corpo de informações, numa visão pró-ativa”. Considera importante outras análises como “acompanhamento dos salários, encargos sociais e outros benefícios em relação aos outros segmentos formadores do valor adicionado, bem como dos custos com o pessoal em relação à receita bruta das empresa, ao longo dos últimos três anos”.

Desde 1997, Betinho e o IBASE vêm chamando à atenção de empresários e de toda a sociedade para a importância e a necessidade da realização do Balanço Social das empresas em um modelo único e simples. Esse modelo (anexo 1) foi desenvolvido no IBASE em parceria com diversos representantes de empresas públicas e privadas, a partir de inúmeras reuniões e debates com setores da própria sociedade (TORRES, 2003).

Corroborando com Torres, o IBASE (2003) justifica que por entender que a simplicidade é a garantia do envolvimento do maior número de corporações, em parceria com diversos representantes de empresas públicas e privadas, a partir de inúmeras reuniões e debates com vários setores da sociedade, desenvolveu um modelo que tem a vantagem de estimular todas as empresas a divulgar em seu Balanço Social, independente do tamanho e setor.

Se a forma de apresentação das informações não seguir um padrão mínimo, torna-se difícil uma avaliação adequada da função social da empresa ao longo dos anos. A predominância de dados que possam ser expressos em valores financeiros ou de forma quantitativa é fundamental para enriquecer este tipo de demonstrativo. É claro que nem sempre correlacionar fatores financeiros com fatos sociais é uma tarefa fácil, porém, os indicadores desenvolvidos no modelo IBASE ajudam às análises comparativas da própria empresa ao longo do tempo ou entre outras do mesmo setor. No modelo sugerido, a sociedade e o mercado são os grandes auditores do processo e dos resultados alcançados (IBASE, 2003).

O modelo de Balanço Social do Instituto é composto basicamente de informações financeiras, como a receita líquida, resultado operacional e folha de pagamento bruta; indicadores sociais internos, que são os benefícios e facilidades concedidos aos funcionários;

indicadores sociais externos, que são os investimentos realizados na comunidade, como doações por exemplo; indicadores ambientais, que são os investimentos em meio ambiente; e os indicadores do corpo funcional, que evidenciam a quantidade e perfil dos colaboradores (ZANELLA, DAVID, 2002).

Segundo Regio (2005), o modelo de Balanço social do IBASE é hoje o mais utilizado pelas empresas, pelo fato do mesmo ser simples e objetivo.

Segundo Trevisan (2002) e Torres (2003), o IBASE criou também o ‘Selo Balanço Social IBASE/Betinho’, que passou a ser concedido às empresas que elaboram seus balanços sociais anualmente, no modelo sugerido pelo instituto.

O Selo demonstra que a empresa já deu o primeiro passo para tornar-se uma verdadeira empresa-cidadã, comprometida com a qualidade de vida dos funcionários, da comunidade e do meio ambiente, apresentando publicamente seus investimentos internos e externos através da divulgação anual do seu balanço social (IBASE, 2004).

2.3.5 Legislação sobre balanço social

Desde 1999 tramita no Congresso Nacional um Projeto de Lei de autoria do Deputado Paulo Rocha, que torna obrigatória a apresentação anual do Balanço Social por todas as empresas com mais de 100 (cem) funcionários, conforme critérios elaborados com base no modelo francês de Balanço Social. Trata-se da reedição do Projeto de Lei N° 3.116/97, encaminhado originalmente pelas Deputadas Marta Suplicy, Sandra Starling e

Maria da Conceição Tavares, cuja tramitação havia sido suspensa sem cumprir todas as etapas necessárias para a sua aprovação (KROETZ, 2000; RIBEIRO; LISBOA, 1999).

Também, no ano de 1997, segundo Kroetz (2000), o Poder Legislativo do município de Porto Alegre apreciou o projeto de criação do Balanço Social para as empresas estabelecidas no município. O projeto foi aprovado, e em 5 de janeiro de 1998, o Prefeito Municipal sancionou a Lei nº 8.118, publicada no Diário Oficial de Porto Alegre, no dia 9 de janeiro de 1998. Em sua redação, o Art. 3º da Lei nº 8.118 estabelece que o Balanço Social deverá ser apresentado por toda e qualquer empresa com sede em Porto Alegre, que tiver mais de 20 (vinte) empregados, até o último dia útil do mês de fevereiro do ano seguinte. O Balanço Social deverá ser composto por 11 (onze) indicadores, que são: folha de pagamento bruta, alimentação, previdência privada, saúde, educação, outros benefícios, impostos, contribuições para a sociedade, investimentos em meio ambiente, número de empregados no final do período e número de admissões durante o período. “A empresa que apresentar o Balanço Social receberá da Câmara Municipal de Porto Alegre o Selo da Cidadania” (Art. 4º da Lei nº 8.118).

Segundo o mesmo autor, em 18 de janeiro de 2000, foi aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul a Lei nº 11.440/00, que também objetiva incentivar a publicação do Balanço Social pelas entidades estabelecidas no Estado. A Lei cria o Certificado Responsabilidade Social – RS, conferido as entidades que apresentarem o Balanço Social e, ainda, “dentre as empresas certificadas, a Assembléia Legislativa elegerá os projetos mais destacados, os quais agraciará com o Troféu Responsabilidade Social – Destaque RS” (Art. 4º da Lei nº 11.440).

O autor cita, ainda, que outros municípios do país também aprovaram legislação sobre o assunto, como o município de São Paulo – SP, que através da resolução nº 5/98 criou o Dia e Selo da Empresa Cidadã para as empresas que apresentarem o Balanço Social; o município de Santo André – SP, a Lei nº 7.672, de 18 de junho de 1998, criou o Selo Empresa-Cidadã, para as empresas que apresentarem o seu Balanço Social; o município de João Pessoa – Paraíba, aprovou o projeto nº 4/98, que cria o Selo Herbert de Souza para as empresas que apresentarem o Balanço Social; o município de Uberlândia – Minas Gerais, também criou o Selo Empresa-Cidadã para as empresas que apresentarem o Balanço Social, através do Decreto Legislativo nº 118, de 11 de novembro de 1999, da Câmara Municipal de Uberlândia.

2.4 Estudos Realizados sobre os Temas Social e Ambiental

Diversas pesquisas já foram realizadas sobre os temas, tendo sido possível acessar as seguintes:

a) Dissertação de João Eduardo Prudêncio Tinoco

A dissertação “Balanço Social: uma abordagem sócio-econômica da contabilidade”, desenvolvida por João Eduardo Prudêncio Tinoco e defendida em 1984 na FEA/USP-SP, tem inegáveis méritos, pois foi o primeiro trabalho acadêmico sobre o tema balanço social. Segundo Tinoco (1984, p.10), o propósito era

... contribuir para o debate entre aqueles que se preocupam com a verdadeira missão da contabilidade, que é o de ser utilitária. Mas mais do que isso é trazer para o seio da contabilidade no Brasil, as questões de natureza social, comunitária, ambiental que é mister dessa ciência reportar.

O autor traz para a contabilidade novas abordagens, como: a abordagem ética, da teoria do comportamento, macroeconômica, sociológica, da teoria da comunicação. Segundo ele, “cada uma destas abordagens representa resposta aos anseios dos usuários da informação, financeira, econômica e social” (p. 105).

Complementado sua idéia, o autor afirma que os relatórios contábeis exigidos pela Lei 6.404/76, ou seja, o balanço patrimonial, a demonstração de lucros e prejuízos acumulados, a demonstração do resultado do exercício e a demonstração das origens e aplicações de recursos, trazem informações substanciais “...tanto qualitativa quanto quantitativa, especialmente para os acionistas, investidores, credores, clientes e o fisco”. Os “...trabalhadores não encontram nessas peças informações relativas a salários, ao seu efetivo, sua movimentação, e outras condições relativas ao trabalho, enquanto agente criador de produção” e também não encontram publicado nessas demonstrações “...o valor que adicionam para a entidade e para a economia do país” (p.108). Segundo ele, é a isto que se propõe o balanço social.

O autor também sugere que seja acrescentada aos demais relatórios contábeis exigidos pela Lei 6.404/76, a Demonstração do Valor Adicionado.

b) Dissertação da Maisa de Souza Ribeiro

A dissertação intitulada “Contabilidade e Meio Ambiente”, de autoria de Maisa de Souza Ribeiro, defendida em 1992 na FEA/USP-SP, objetivou “propor a evidenciação segregada dos eventos econômico-financeiros de natureza ambiental como instrumento de

contribuição da Contabilidade no processo de preservação e proteção ambiental”. Em sua pesquisa, a autora concluiu que a melhor forma de apresentar as demonstrações relativas as questões ambientais é através da inclusão das mesmas nas atuais demonstrações, mantendo o padrão já utilizado. No entanto, faz-se necessário apresentar contas e notas explicativas específicas “... já que se trata de aspectos inseridos no contexto operacional das empresas e, (...) para atender a necessidade imediata da contabilidade; estar melhor informando seus usuários sobre o real valor patrimonial das empresas...” (RIBEIRO, 1992, p. 129).

A autora defende a idéia de que os custos e despesas destinados à preservação ambiental deveriam ser destacados em grupo específico da Demonstração de Resultados do Exercício, e afirma que “...os custos e despesas destinadas à preservação ambiental ocorrem em conexão com o processo produtivo e/ou em decorrência deste...” e, também, que “...deveriam compor-se dos custos dos insumos e da mão-de-obra necessários à proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, bem como da amortização dos gastos capitalizados, além das taxas de preservação ou multas impostas pelas legislações ambientais” (p. 78).

c) Tese da Maisa de Souza Ribeiro

A tese defendida por Maisa de Souza Ribeiro em 1998 na FEA/USP-SP, intitulada “Custeio das Atividades de Natureza Ambiental”, apresenta uma sugestão para o tratamento dos gastos de natureza ambiental, demonstrando que a Contabilidade por Atividades seria a forma de custeio mais adequada para identificar e mensurar os custos de natureza ambiental.

A autora assinala que “... a maioria destes custos se enquadra na classificação de Custos Indiretos de Fabricação, ou o consumo dos recursos ocorre concomitantemente ao processo produtivo...” (p. 170), explicando, assim, que a metodologia do custeio por absorção, que rateia os custos indiretos de fabricação aos produtos, de acordo com o consumo de custos diretos, torna a apuração dos custos ambientais muito distante da realidade. A autora defende que no sistema de custeio por atividades, os gastos de natureza ambiental “...podem ser identificados diretamente na sua fonte de origem e com maior grau de precisão” (p. 170).

Entende que durante a “utilização do custeio por atividades, os custos ambientais serão definidos a partir da identificação e mensuração dos recursos consumidos pelas atividades de controle, preservação e recuperação ambiental”(p. 176).

Complementa, mencionando que a contabilidade por atividades “permite a elaboração de informações de extrema importância para a gestão ambiental e econômica da empresa, como os gastos ambientais, separados em investimentos, custos, despesas e perdas”. Isso possibilita, também, “o acompanhamento e a análise de todas as atividades relacionadas com o gerenciamento e, conseqüentemente, com a utilidade e importância financeira e técnica do processo”. Desta forma “propicia, ademais, a visualização dos benefícios decorrentes dos gastos incorridos, de forma geral em cada atividade, processo, função, produto e ciclo de vida destes” (RIBEIRO, 1998, p. 219).

d) Tese de Aracéli Cristina de Souza Ferreira

Aracéli Cristina de Souza Ferreira, em sua Tese “Uma contribuição para a gestão econômica do meio ambiente – um enfoque de sistema de informações”, defendida na FEA/USP-SP em 1998, cujo objetivo era “... apresentar uma contribuição para que as informações necessárias para uma gestão eficaz e eficiente sejam oferecidas ao gestor”, estabelecendo “... modelos conceituais para mensuração e informação dos eventos econômicos relacionados com a gestão ambiental” (resumo).

O modelo que a autora criou está estruturado de forma que possa atender as necessidades de informação dos responsáveis pelas atividades de prevenção, recuperação e reciclagem, e “cada uma dessas atividades é tratada como um centro de resultado, reconhecendo-se que os serviços que elas prestam têm preço e constituem suas receitas” (1998, p. 127). O modelo apresenta, ainda, “uma tipologia de eventos econômicos ambientais que permite mensurar cada um dos impactos provocados pela entidade, considerando as externalidades relativas a cada um deles em particular, e identificando seus responsáveis” (1998, p. 127).

e) Dissertação de Álvaro Luiz Boschi

A dissertação defendida por Álvaro Luiz Boschi, intitulada “Balanço Social: A contribuição da contabilidade na evidenciação das ações sociais das empresas do Rio Grande do Sul”, no programa de mestrado em Ciências Contábeis de UNISINOS, em 2003, teve por

objetivo determinar a participação da área de contabilidade na elaboração dos balanços sociais das empresas que faziam parte da amostra de sua pesquisa.

O autor identificou que em “... 78% das empresas consultadas a área de contabilidade contribui na elaboração do balanço social através do fornecimento de dados quantitativos acerca dos recursos empregados em ações sociais pelas empresas”, concluindo que mesmo a contabilidade não sendo diretamente a área responsável pela construção dos relatórios, a sua contribuição é significativa (p.176).

O autor verificou, também, que na maioria das empresas é a área de comunicação que elabora os relatórios sociais, como se depreende de sua afirmativa: “... 44% das empresas indicaram que suas áreas de comunicação se encarregam de elaborar referido relatório” (p.173).

No Rio Grande do Sul, também foi possível verificar que não há muitas informações sobre a área ambiental nos balanços sociais pesquisados, entendendo o autor que a não divulgação destas informações está ligada ao fato de que “... se trata ainda de tema polêmico pois algumas organizações não sabem como lidar com seus problemas ambientais...” assim como organizações que não possuem atividade industrial podem “..entender que não estão comprometendo o meio ambiente e dessa forma não realizam ações nesse campo social” (p.163).

f) Dissertação de Hildefôncio Lisboa Neto

A dissertação apresentada por Hildefôncio Lisboa Neto ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2003, intitulada “Organização das Informações do Balanço Social em Instituição Financeira como Instrumento de Gestão de sua Responsabilidade Social” teve como objetivo “desenvolver uma proposta de organização das informações do balanço social em instituição financeira, de modo a servir de instrumento de gestão de sua responsabilidade social” (p. 20).

Com relação ao primeiro objetivo específico da dissertação, que consistiu em pesquisar conceitos de responsabilidade social aplicáveis a instituições financeiras e o principal instrumento de sua evidenciação, o autor pode verificar “... que a incorporação dos aspectos sociais nas decisões e ações estratégicas das empresas, e empreendimentos econômicos globalizados ou não, é uma opção cada vez mais reivindicada pelos agentes sociais” (p. 132).

Em relação ao segundo objetivo específico da pesquisa, que implicou em verificar a organização das informações de responsabilidade social em uma instituição financeira, o autor observou “... que a responsabilidade social faz parte da história e da cultura do Banco do Brasil”, e ainda cita como exemplo “o permanente apoio à agricultura, com linhas de crédito que elevam o PIB nacional, geram empregos e fortalecem as economias regionais. Essa experiência se multiplica por áreas como micro e pequenas empresas, comércio exterior, esporte, cultura e capacitação profissional” (p. 132).

No que concerne ao último objetivo específico: identificar as melhores práticas de organizar as informações de responsabilidade social em instituições financeiras, o autor verificou “que não existe na bibliografia consultada um modelo de organização das informações do Balanço Social para instituições financeiras, que prime pelas ações voltadas ao seu capital intelectual (funcionários)” (p. 134).

Finalizando, o autor justifica que a proposta de inserir indicadores considerados relevantes e de fácil entendimento ao público, no intuito de elaborar um modelo mais simples em relação aos demais, voltados mais à parte interna da organização, é uma forma de estimular as instituições financeiras a uma reflexão sobre as ações no campo social.

g) Dissertação de Adriana Mueller

A dissertação apresentada por Adriana Mueller, ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina em 2003, intitulada “A Utilização dos Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa e sua Relação com os *Stakeholders*”, objetivou “identificar e descrever os indicadores de responsabilidade social adotados pela empresa Amanco Brasil S/A para avaliar sua ação social em relação aos seus *stakeholders*” (p. 32).

A autora menciona em seu estudo que “as empresas estão se preocupando com o exercício da responsabilidade social, visando investir na área social como forma de reduzir as desigualdades sociais, mas sobretudo, com o objetivo de projetar, para seus *stakeholders*, uma imagem positiva de si mesma” (p. 189).

A autora, referindo-se a empresa Amanco Brasil S/A, identificou que

suas ações de responsabilidade social são incentivadas pelos acionistas do Grupo Nueva, do qual a empresa pesquisada faz parte e, estando o principal processo da empresa organizado para a produção de Tubosistemas, justifica-se assim a sua preocupação com o desenvolvimento sustentável, compreendido como conjunção de três fatores: responsabilidade social, ecoeficiência e responsabilidade econômica (p. 191).

Uma outra constatação da autora refere-se ao fato de que a empresa já foi premiada por suas ações de responsabilidade social, vindo a ser mencionada em importantes revistas como o Guia Exame ‘As Melhores Empresas Para Você Trabalhar’ e o ‘Guia da Boa Cidadania Corporativa’. Segundo a mesma, este “reconhecimento decorre provavelmente dos atrativos que a empresa proporciona a seus colaboradores, bem como dos resultados que alcança com as ações sociais que desenvolve junto aos diferentes *stakeholders*” (p. 191).

Para a autora, faz-se necessário salientar que as ações da empresa em questão estão voltadas principalmente para a comunidade, considerando o público-alvo dos projetos apoiados pela Amanco Brasil S/A. Contudo, convém ressaltar que a autora percebeu um certo desequilíbrio entre as ações internas e externas, uma vez que a empresa, embora involuntariamente, descuidou-se da parte interna (empregados e dependentes).

h) Tese de Irineu Afonso Frey

A tese intitulada “Sistema de Gerenciamento da Responsabilidade Social Empresarial por Meio de Indicadores”, apresentada por Irineu Afonso Frey ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2005, objetivou “... desenvolver um Sistema de Gerenciamento da Responsabilidade Social Empresarial, por meio de indicadores”.

No modelo proposto, o autor utiliza conceitos do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, do *Balanced Scorecard* e do *Performance Prism*. Distribuiu os indicadores sociais nas quatro perspectivas do *Balanced Scorecard*, que são a financeira, a dos clientes, dos processos internos e a do aprendizado e crescimento.

Observou, também, que “no meio empresarial o tema responsabilidade social empresarial, além de ser um tema relativamente novo, é confundido com filantropia pelos empresários e pela comunidade como um todo” (p. 150).

Na linha de pensamento em que o autor propõe a ligação da responsabilidade social empresarial com o planejamento estratégico da empresa, pode-se citar outra conclusão que o mesmo chegou, que “a inclusão da variável responsabilidade social empresarial no contexto estratégico implica a necessidade de planejamento a longo prazo da responsabilidade social”, o que para o autor “tem sido um fator complicador para a prática efetiva da responsabilidade social das empresas” (p. 151).

3 MÉTODO DE PESQUISA

3.1 Classificação da Pesquisa

Para que se possa responder a um determinado problema é necessário que se saiba o que é pesquisa. Para Gil (1999, p. 42), pode-se definir pesquisa “como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O Objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Como exposto por Gil (1996, p. 47), a classificação das pesquisas “é muito útil para o estabelecimento de seu marco teórico, (...) para possibilitar uma aproximação conceitual”. Assim, as pesquisas são classificadas quanto à natureza, quanto à abordagem do problema, quanto ao objetivo e quanto aos procedimentos técnicos.

Quanto à natureza, essa pesquisa pode ser classificada como aplicada, pois segundo Ander-Egg (*apud* MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 22), “caracteriza-se por seu interesse prático, isto é, que os resultados sejam aplicados ou utilizados imediatamente, na solução de problemas que ocorrem na realidade”.

Quanto à abordagem do problema trata-se de uma pesquisa quantitativa, que para Tripodi (*apud* MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 86), constitui “investigação de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas ou o isolamento de variáveis principais ou chaves”. Este estudo é considerado como quantitativo, na medida em que as variáveis utilizadas são valores monetários e também pelo uso de recursos estatísticos.

De acordo com a classificação das pesquisas proposta por Gil (1999, p. 44), quanto ao objetivo esta pesquisa se enquadra como descritiva, na medida em que “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Nesse sentido, descreve-se a relação entre as variáveis investimentos sociais e ambientais, com as variáveis resultado operacional e a receita líquida das empresas pesquisadas.

Quanto aos procedimentos técnicos, de acordo com Gil (1999, p. 66), esta é uma pesquisa documental, pois “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

O estudo é considerado como uma pesquisa documental, por ter como fonte de dados os Balanços Sociais das empresas listadas no apêndice A, em seu formato original, disponibilizados na *home page* Balanço Social do IBASE.

3.2 Universo da Pesquisa

O universo da pesquisa é composto pelas empresas que divulgaram os seus Balanços Sociais no *site* Balanço Social do IBASE, onde fazem parte de um banco de dados, no período de 27 de julho a 06 de agosto do ano de 2004, ou seja, 231 empresas que estão listadas no apêndice A. A escolha por esse universo justifica-se, na medida que o modelo de Balanço Social do IBASE é o mais utilizado atualmente pelas empresas (REGIO, 2005; ZANELLA, DAVID, 2002), e também pelo fato da pesquisa ser feita em balanços sociais do mesmo modelo, têm-se indicadores com os mesmos parâmetros.

Deste universo foram excluídas 55 empresas, pois as mesmas possuíam publicações de Balanços Sociais a menos de três anos (BANDEIRA-DE-MELLO; MARCON, 2004; BRITO; VASCONCELOS, 2003b), passando assim a trabalhar-se com 176 empresas.

3.3 Coleta e Tratamento dos Dados

Como já mencionado anteriormente, a coleta de dados foi efetuada através da técnica de pesquisa documental, portanto, os dados foram coletados na página do Balanço Social do IBASE, através da cópia de cada um dos Balanços Sociais das 176 empresas, disponíveis no período de 1996 a 2002.

A pesquisa envolveu o tratamento dos dados de forma quantitativa, onde foram selecionados somente os valores objeto da pesquisa, que foram os onze indicadores sociais internos, os dez indicadores sociais externos e os dois indicadores ambientais, um interno e

outro externo, que representam as variáveis independentes, e a receita líquida e o resultado operacional, que representam as variáveis dependentes, conforme quadro 8, todos eles expressos em moeda corrente nacional.

Variáveis dependentes	Receita Líquida
	Resultado Operacional
Variáveis independentes	Indicadores Sociais Internos: Alimentação Encargos sociais compulsórios Previdência privada Saúde Segurança e medicina no trabalho Educação Cultura Capacitação e desenvolvimento profissional Creches ou auxílio-creche Participação nos lucros ou resultados Outros
	Indicadores Sociais Externos: Educação Cultura Saúde e saneamento Habitação Esporte Lazer e diversão Creches Alimentação Combate à fome e segurança alimentar Outros
	Indicadores Ambientais: Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa Investimentos em programas e/ou projetos externos

Quadro 8 – Variáveis dependentes e independentes

Neste momento foram criadas seis variáveis *dummys* correspondentes ao número de anos do período menos um, onde os anos compreendem o período de 1996 a 2002, período este, maior que Vasconcelos e Brito (2004) e Brito e Vasconcelos (2003a), que utilizaram um período de 1997 a 2001. Segundo Hair *et al.* (2005, p. 51), variável dicotômica ou *dummys*

“representam uma variável métrica especial usada para representar uma única categoria de uma variável não-métrica”, onde “para dar conta de L níveis de uma variável não-métrica $L - 1$ são necessárias variáveis dicotômicas” (*dummys*).

3.4 Análise dos Dados

A análise dos dados foi efetuada através da aplicação de técnicas estatísticas como a regressão múltipla e análise fatorial, com a utilização do *software Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) for Windows, versão 13.0.

Antes de realizar o teste estatístico de regressão múltipla, como haviam muitas variáveis independentes, foi feita a análise fatorial com as 23 variáveis independentes (quadro 8), cujos resultados são explorados na próxima seção.

3.4.1 Análise dos pressupostos das técnicas estatísticas

No pré-teste foi identificado que existiam 78 *outliers*, que foram excluídos dos testes realizados, (análise fatorial e regressão múltipla). Para exclusão destes *outliers* foi utilizado a medida D^2 de Mahalanobis, que segundo Hair *et al.* (2005, p. 72) “é uma medida da distância, em um espaço multidimensional, de cada observação em relação ao centro médio das observações”.

Estes *outliers* estão compostos pelas seguintes empresas e respectivos anos, de acordo com o quadro 9. As empresas Banco do Brasil, Banco Itaú, Cedae, CVRD – Cia Vale do Rio Doce, Grupo Pão de Açúcar e Petrobrás, foram excluídas todos os períodos, pois excluindo estes períodos considerados *outliers* as mesmas ficariam com um período menor que três anos.

Empresa	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Banco Bradesco	X	X					
Banco do Brasil	X	X	X	X	X	X	
Banco Itaú	X	X	X	X	X		
Bndes	X	X					
BR Distribuidora	X	X					
Br Telecom Participações	X	X					
Brasil Telecom	X	X					
Caesb	X						
Cedae	X	X	X				
CEF - Caixa Econ. Federal	X	X	X				
Cet - Cia de Engenharia de Tráfego	X	X	X				
CHESF - Cia Hidro Elétrica do São Francisco	X						
COPEL - Cia Paranaense de Energia	X	X					
CSN - Cia Siderúrgica Nacional	X	X					
CVRD - Cia Vale do Rio Doce	X	X	X				
ECT Nacional	X	X					
Eletropaulo	X	X					
EMBRAPA	X	X					
EMBRATEL	X	X					
FURNAS Centrais Elétricas	X						
Gerdau S.A	X	X					
Grupo Pão de Açúcar	X	X	X	X	X		
Grupo Santander Banespa	X						
Hospital de Clínicas de POA	X	X					
IBS - Inst. Bras. de Siderúrgia	X	X					
ITAUSA	X						
MBR - Minerações Bras. Reunidas	X						
PETROBRAS	X	X	X	X	X		
PREVI	X	X	X				
SABESP	X						
Tele Centro Sul	X						
Tele Norte Celular	X	X					
TELEMAR	X	X					
UNIBANCO	X	X					

Quadro 9 – *Outliers*

Antes de aplicar as técnicas estatísticas, foram analisadas as variáveis multicolineares, pois segundo Cooper e Schindler (2003, p. 457), multicolinearidade é “a situação na qual duas ou mais variáveis independentes são altamente correlacionadas e podem ter efeitos devastadores na regressão múltipla”. Corroborando com essa posição, Hair *et al.* (2005, p. 133) afirmam que a multicolinearidade “ocorre quando qualquer variável independente é altamente correlacionada com um conjunto de outras variáveis independentes”.

De acordo com Hair *et al.* (2005, p. 167), há duas formas de avaliar a multicolinearidade através da análise do valor de tolerância e seu inverso: o fator de inflação de variância (VIF). Então, tolerância, segundo os autores, “é a quantia de variabilidade da variável independente selecionada não explicada pelas outras variáveis independentes”. Na análise da tolerância, valores muito pequenos de tolerância denotam multicolinearidade. Assim, foram considerados os valores de tolerância inferiores a 0,20 como sendo multicolineares.

Durante a análise da multicolinearidade foi identificado que nenhuma das variáveis independentes possuíam valores de tolerância inferiores a 0,20. Portanto não foi excluída nenhuma variável nesta análise.

3.4.2 Análise fatorial

Após verificados os pressupostos mais importantes, ou seja, a identificação dos *outliers* e da multicolinearidade, foi realizada a primeira análise de dados a análise fatorial

com o objetivo de redução de dados, para posterior aplicação do teste de regressão múltipla, conforme recomendam Bandeira-de-Mello e Marcon (2004). Essa análise foi feita com as variáveis independentes, ou seja, com todos os indicadores sociais internos, sociais externos e ambientais, exceto as variáveis *dummys* (anos).

Segundo Cooper e Schindler (2003, p. 465), a análise fatorial “começa com a construção de um novo conjunto de variáveis com base nas relações da matriz de correlação”, ou seja, “transforma um conjunto de variáveis em um novo conjunto de variáveis compostas ou componentes principais que não são correlacionados uns com os outros”, sendo, segundo os autores, essas combinações lineares de variáveis chamadas de fatores. Ainda afirmam que a “melhor combinação gera o primeiro componente principal e é o primeiro fator; o segundo principal componente é definido como a melhor combinação linear de variáveis para explicar a variação que não é responsável pelo primeiro fator”.

Para Hair *et al.* (2005, p. 92), análise fatorial “é uma técnica de interdependência na qual todas as variáveis são simultaneamente consideradas, cada uma relacionada com todas as outras, empregando ainda o conceito da variável estatística, a composição linear de variáveis”, e ainda “é um nome genérico dado a uma classe de métodos estatísticos multivariados cujo propósito principal é definir a estrutura subjacente em uma matriz de dados” (p. 91). Afirmam que a análise fatorial “aborda o problema de analisar a estrutura das inter-relações (correlações) entre um grande número de variáveis (por exemplo, escores de testes, itens de testes, respostas de questionários), definindo um conjunto de dimensões latentes comuns, chamadas de fatores” (p. 91).

O objetivo da análise fatorial, de acordo com Hair *et al.* (2005, p. 94), “é encontrar um modelo de condensar (resumir) a informação contida em diversas variáveis originais em um conjunto menor de novas dimensões compostas ou variáveis estatísticas (fatores) com uma perda mínima de informação”.

Os dois principais usos da análise fatorial, segundo Hair *et al.* (2005), são resumo e redução de dados. Neste estudo utilizou-se como redução de dados, pois a quantidade de variáveis independentes era bastante significativa. Desta forma, durante os testes de regressão múltipla as variáveis independentes foram substituídas pelos fatores gerados pelo *software*.

De acordo com Hair *et al.* (2005), quando se faz a análise fatorial deve-se avaliar as comunalidades de cada variável para observar se ela atende a níveis de explicação aceitáveis, identificando todas as variáveis com comunalidades menores de 0,50 como não tendo explicação suficiente. Então estas variáveis cujas comunalidades são consideradas muito baixas, devem ser ignoradas ou eliminadas.

Foram feitas duas análises fatoriais, uma onde o *software* gerou automaticamente sete fatores, é a melhor combinação realizada entre estas variáveis, onde estes sete fatores explicam 69,33% da variância do conjunto; e a outra, selecionou-se para que o programa gerasse nove, oito, seis e cinco fatores, e foram analisados qual deles era o melhor. Neste momento foi analisada a variância explicativa do conjunto de fatores e as variáveis que têm carga alta em um fator, para que não se repita em outro, na tentativa de conseguir a segunda melhor combinação de fatores, tendo se optado então, pela que gerou seis fatores, no qual estes seis fatores explicam 67,58% da variância do conjunto.

Quando foi efetuada a primeira análise fatorial que gerou sete fatores, foram eliminadas as variáveis que possuíam as comunalidades muito baixas, as variáveis eliminadas foram a 11, 16, 19, 20 e 23, que representam, respectivamente, o indicador social interno: outros; indicadores sociais externos: esporte, alimentação, combate à fome e segurança alimentar; e o indicador ambiental: investimentos em programas e/ou projetos externos.

Para cada fator deve-se atribuir um nome específico, de acordo com as variáveis mais significativas de cada um, como pode-se observar nessa afirmativa de Hair *et al.* (2005), que “as variáveis com cargas mais altas são consideradas mais importantes e têm maior influência sobre o nome ou rótulo selecionado para representar um fator”. Abaixo pode-se ver a matriz gerada pelo SPSS, que representa a carga que cada variável possui em cada fator, aparecendo em negrito os valores que possuem cargas mais altas.

Matriz de Componente Gerado

	Componente						
	1	2	3	4	5	6	7
val 1	0,592	0,120	0,552	-0,011	0,174	-0,090	0,042
val 2	0,603	0,465	0,065	0,083	0,264	-0,127	0,243
val 3	0,715	-0,039	-0,008	0,288	0,216	-0,184	-0,186
val 4	0,815	0,261	0,093	0,129	0,055	0,016	0,095
val 5	0,277	0,406	0,012	-0,091	0,483	-0,329	-0,193
val 6	0,865	-0,065	-0,071	-0,100	-0,171	0,116	0,087
val 7	-0,072	0,675	-0,052	-0,057	0,122	-0,173	0,268
val 8	0,116	0,731	0,135	0,241	0,317	-0,081	-0,031
val 9	0,028	0,092	0,815	0,053	0,011	-0,022	0,000
val 10	0,614	0,591	0,068	-0,114	-0,164	0,114	0,097
val 12	0,231	0,723	0,045	-0,059	-0,088	0,351	0,039
val 13	0,071	0,674	0,115	0,182	-0,047	0,080	-0,239
val 14	0,081	-0,003	0,001	0,819	0,126	0,025	-0,124
val 15	-0,021	0,053	-0,017	0,015	0,160	0,834	-0,079
val 17	-0,006	0,017	0,815	-0,021	-0,053	0,030	0,020
val 18	0,121	0,008	0,035	0,022	0,092	-0,050	0,839
val 21	0,038	0,186	0,030	0,618	-0,270	-0,004	0,244
val 22	-0,001	0,053	-0,013	-0,016	0,736	0,260	0,177

Método de extração: Análise de Componente principal.

Método de rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.

a. Rotação convergiu em 13 repetições.

Então, foi atribuído um nome para cada fator, de acordo com as variáveis mais importantes que compõem cada um (quadro 10). O nome específico atribuído a cada um dos fatores é:

- Fator 1: Investimento em Benefícios aos Funcionários.
- Fator 2: Investimento em Cultura e Educação.
- Fator 3: Investimento em Lazer e Desenvolvimento Humano.
- Fator 4: Investimento em Saúde e Bem Estar.
- Fator 5: Investimento em Segurança, Prevenção de Acidentes e Meio Ambiente.
- Fator 6: Investimento em Habitação.

- Fator 7: Investimento em Desenvolvimento Social.

Fator 1	Indicadores Sociais Internos:	Previdência privada
		Saúde
		Educação
		Participação nos lucros ou resultados
Fator 2	Indicadores Sociais Internos:	Cultura
		Capacitação e desenvolvimento profissional
	Indicadores Sociais Externos:	Educação
Fator 3	Indicadores Sociais Internos:	Creches e auxílio-creche
	Indicadores Sociais Externos:	Lazer e Diversão
Fator 4	Indicadores Sociais Externos:	Saúde e saneamento
		Outros
Fator 5	Indicadores Sociais Internos:	Segurança e medicina no trabalho
	Indicadores Ambientais:	Investimentos relacionados com a produção operação da empresa
Fator 6	Indicadores Sociais Externos:	Habitação
Fator 7	Indicadores Sociais Externos:	Creches

Quadro 10 – Os sete fatores gerados

Na segunda análise fatorial, em que se selecionou para que fossem somente seis fatores, foi necessário eliminar as variáveis 11, 16, 18, 19, 20 e 22 que possuíam as comunalidades baixas. Essas variáveis correspondem, respectivamente, ao indicador social interno: outros; indicadores sociais externos: esporte, creches, alimentação, e combate à fome e segurança alimentar e o indicador ambiental: investimentos relacionados com a produção/operação da empresa. A matriz gerada pelo SPSS, que representa a carga que cada variável possui em cada fator é a seguinte:

Matriz de Componente Gerado

	Componente					
	1	2	3	4	5	6
val 1	0,599	0,144	0,553	0,045	-0,082	-0,115
val 2	0,632	0,517	0,068	0,076	-0,099	-0,050
val 3	0,706	-0,034	0,005	0,400	-0,122	-0,088
val 4	0,831	0,253	0,093	0,052	0,002	0,128
val 5	0,263	0,476	0,022	0,321	-0,199	-0,497
val 6	0,860	-0,114	-0,079	-0,123	0,112	0,036
val 7	-0,041	0,733	-0,057	-0,071	-0,134	-0,026
val 8	0,146	0,768	0,146	0,198	-0,062	0,106
val 9	0,033	0,093	0,816	0,015	-0,020	0,045
val 10	0,626	0,535	0,064	-0,207	0,176	0,114
val 12	0,238	0,653	0,045	-0,094	0,455	0,075
val 13	0,055	0,594	0,128	0,279	0,261	0,073
val 14	0,088	-0,020	0,017	0,699	0,024	0,421
val 15	-0,033	-0,006	-0,014	0,087	0,848	-0,092
val 17	-0,008	0,001	0,814	-0,025	0,042	0,010
val 21	0,083	0,172	0,026	0,097	-0,126	0,767
val 23	-0,021	0,131	-0,018	0,682	0,068	-0,111

Método de extração: Análise de Componente principal.

Método de rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.

a. Rotação convergiu em 6 repetições.

Para cada fator foi atribuído um nome específico de acordo com as variáveis com maior influência em cada fator (quadro 11), como se pode ver a seguir:

- Fator 1: Investimento na Qualidade de Vida dos Colaboradores.
- Fator 2: Investimento em Desenvolvimento Profissional e Educação.
- Fator 3: Investimento em Desenvolvimento Social em Esporte e Lazer.
- Fator 4: Investimento em Bem Estar Social e Ambiental.
- Fator 5: Investimento em Melhoria da Moradia.
- Fator 6: Investimento na Comunidade.

Fator 1	Indicadores Sociais Internos:	Encargos sociais compulsórios
		Previdência privada
		Saúde
		Educação
		Participação nos lucros ou resultados
Fator 2	Indicadores Sociais Internos:	Cultura
		Capacitação e desenvolvimento profissional
	Indicadores Sociais Externos:	Educação
		Cultura
Fator 3	Indicadores Sociais Internos:	Creches e Auxílio-creche
	Indicadores Sociais Externos:	Lazer e diversão
Fator 4	Indicadores Sociais Externos:	Saúde e saneamento
	Indicadores Ambientais:	Investimentos em programas e/ou projetos externos
Fator 5	Indicadores Sociais Externos:	Habitação
Fator 6	Indicadores Sociais Externos:	Outros

Quadro 11 – Os seis fatores gerados

3.4.3 Regressão múltipla

Com as análises fatoriais prontas, foi efetuada, então, a regressão múltipla com o intuito de verificar se os indicadores sociais e ambientais, que são as variáveis independentes, influenciam ou não as variáveis dependentes, ou seja, receita líquida e resultado operacional.

Regressão múltipla, de acordo com Hair *et al.* (2005, p. 132), “é uma técnica estatística geral usada para analisar a relação entre uma única variável dependente e diversas variáveis independentes”. A formulação básica é:

$$Y_1 = X_1 + X_2 \dots + X_n$$

(métrica) (métricas)

O objetivo da análise de regressão múltipla “é prever as mudanças na variável dependente como resposta a mudanças nas variáveis independentes” (HAIR, 2005, p.32).

Segundo Cooper e Schindler (2003, p. 455), a regressão múltipla “é usada como uma ferramenta descritiva em três tipos de situação”. A primeira situação para eles “é usada freqüentemente para desenvolver uma equação estimativa de autopeso através da qual pode-se prever valores para uma variável de critério ou variável dependente a partir dos valores de diversas variáveis de previsão ou variável independente”. A segunda situação de uso, segundo os autores, “é uma aplicação descritiva de regressão múltipla que exige controle das variáveis de confusão para melhor avaliar a contribuição de outras variáveis”. A terceira situação do uso da regressão múltipla “é testar e explicar teorias causais”.

Pelo fato de não se pode trabalhar em uma regressão com duas variáveis dependentes, foram efetuadas duas análises de regressão para cada grupo de fatores, apesar de existir uma técnica que permite fazer esta análise simultânea, que é a chamada Correlação Canônica, porém por ela ser muito complexa e não ter se encontrado nenhum estudo a respeito, decidiu-se realizar estas análises de regressão.

Então, primeiramente, foi efetuada a regressão entre a variável dependente Receita Líquida, com as variáveis independentes compostas dos seis fatores gerados na análise fatorial. Num segundo momento foi estabelecida a regressão entre a variável dependente Receita Líquida e as variáveis independentes compostas dos sete fatores. Em um terceiro momento foi feita a regressão com a variável dependente Resultado Operacional com as variáveis independentes dos seis fatores gerados. Por último foi feita a regressão da variável

dependente Resultado Operacional com os sete fatores. Em todas as regressões foram acrescentadas as variáveis *dummys*, ou seja, os anos do período entre 1996 a 2002.

As regressões múltiplas foram realizadas por dois métodos, o *Enter* e o *Stepwise*, mas como o método *Stepwise* é o melhor para visualizar os resultados, são analisados no capítulo quatro somente os resultados deste método.

De acordo com Hair *et al.* (2005, p. 156), a estimação *Stepwise* talvez seja a abordagem seqüencial mais comum para a seleção de variáveis. Segundo os autores, “ela permite ao pesquisador examinar a contribuição de cada variável independente para o modelo de regressão”.

Nessa estimação cada variável é considerada para inclusão antes do desenvolvimento da equação, onde a variável independente com a maior contribuição é acrescentada em um primeiro momento, e depois as variáveis independentes são então selecionadas para inclusão, com base em sua contribuição incremental sobre as variáveis já presentes na equação (HAIR *et al.*, 2005).

3.5 Limitações do Método

Como limitações da pesquisa quantitativa, ressalta-se que o pequeno grau de controle sobre a situação de coleta de dados e a possibilidade de que fatores desconhecidos para o investigador, possam interferir nos resultados.

As limitações em relação à pesquisa documental referem-se ao fato de ter-se usado os dados dos Balanços Sociais elaborados pelas empresas tal como foram publicados. Outra limitação que se pode citar é o fato de ter-se usado apenas as empresas que estavam disponíveis no *site* do IBASE, não abrangendo a uma amostra representativa das empresas brasileiras investidoras na área social e ambiental.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesse capítulo apresenta-se a análise dos resultados do teste estatístico aplicado, ou seja, a regressão múltipla realizada entre as variáveis dependentes e as variáveis independentes.

4.1 Regressão entre a Receita Líquida e os Seis Fatores

Nessa seção apresentam-se os resultados e a análise da regressão múltipla realizada pelo método *Stepwise*, entre a variável dependente Receita Líquida com as variáveis independentes: Investimento na Qualidade de Vida dos Colaboradores, Investimento em Desenvolvimento Profissional e Educação, Investimento em Desenvolvimento Social em Esporte e Lazer; Investimento em Bem Estar Social e Ambiental, Investimento em Melhoria da Moradia e Investimento na Comunidade (seis fatores) e as variáveis *dummys*, visando verificar se esses fatores têm influência ou não na variação da variável dependente.

Como já explicado anteriormente, no método *Stepwise* cada variável é considerada para inclusão antes do desenvolvimento da equação, onde a variável independente com a

maior contribuição é acrescentada em um primeiro momento, e depois as variáveis independentes são então selecionadas para inclusão, com base em sua contribuição incremental sobre as variáveis já presentes na equação.

A tabela, a seguir, mostra os resultados do R^2 e do R^2 ajustado gerados pelo programa SPSS, após rodar a regressão.

Tabela 1 - Resultados do R^2 e R^2 ajustado da primeira regressão

Modelo	R^2	R^2 Ajustado
1	0,178	0,177
2	0,314	0,311
3	0,323	0,319

Portanto, no primeiro modelo gerado foi colocada somente a variável independente Investimento na Qualidade de Vida dos Colaboradores, que é o fator um. Neste modelo o R^2 ajustado apresentou um valor de 0,177, que indica que 17,7% da variação na variável dependente receita líquida é explicada pela variável independente.

Quando acrescentada nesse teste a variável independente, fator dois, representada por investimentos em desenvolvimento profissional e educação, pode-se perceber que a contribuição acrescida por esta variável representa um *plus* de 13,4%, então a variação na variável dependente receita líquida é explicada pelas variáveis independentes, num percentual 31,1%.

Por último, foi acrescentada no teste a variável independente, fator quatro, representado por investimento em bem-estar social e ambiental. Analisando o R^2 ajustado,

pode-se observar que 31,9% da variação na variável dependente receita líquida é explicada pelos três fatores, e que a contribuição desta variável foi de apenas 0,8%.

A seguir, apresentam-se os resultados do Beta, t estatístico e a significância, gerados pelo programa SPSS, após realizada a primeira regressão.

Tabela 2 – Beta, t estatístico e significância (1ª regressão)

Modelo	Variáveis independentes	Beta	t	Sig.
1	Constante		11,969	.000
	Fator 1	0,422	9,986	.000
2	Constante		13,082	.000
	Fator 1	0,422	10,914	.000
	Fator 2	0,368	9,503	.000
3	Constante		13,157	.000
	Fator 1	0,422	10,977	.000
	Fator 2	0,368	9,557	.000
	Fator 4	0,096	2,504	.013

Tendo em vista o modelo obtido e considerando as variáveis utilizadas, pode-se observar, que o valor beta é 0,422, o que significa que para cada R\$ 1.000,00 investidos na variável independente investimentos na qualidade de vida dos colaboradores, há uma variação de R\$ 422,00 na variável dependente receita líquida.

Os resultados mostram que no primeiro modelo as variáveis são significativas ($t=9,986$, $p<0,001$).

Neste modelo observa-se que o valor beta do fator dois, acrescentado no modelo é de 0,368, o que significa que para cada R\$ 1.000,00 investidos na variável independente investimentos em desenvolvimento profissional e educação, há uma variação de R\$ 368,00 na

variável dependente receita líquida, essa análise é válida tendo em vista o modelo obtido e considerando as variáveis utilizadas.

No segundo modelo, os resultados apresentam que as variáveis são significativas, pois o fator 1 ($t = 10,914$, $p < 0,001$) e o fator 2 ($t = 9,503$, $p < 0,001$).

Já, tendo em vista o modelo este obtido e considerando as variáveis utilizadas, observa-se que o valor beta do fator quatro, acrescentado no modelo é de 0,096, o que significa que para cada R\$ 1.000,00 investidos na variável independente, investimentos em bem social e ambiental, há uma variação de apenas R\$ 96,00 na variável dependente receita líquida.

No último modelo, os resultados demonstram que as duas primeiras variáveis são significativas, pois o fator 1 ($t = 10,977$, $p < 0,001$), o fator 2 ($t = 9,557$, $p < 0,001$) e o fator 4 ($t = 2,504$, $p > 0,001$).

As variáveis independentes fator dois, três, quatro, cinco, seis, que são respectivamente, investimento em desenvolvimento profissional e educação, investimento em desenvolvimento social em esporte e lazer, investimento em bem estar social e ambiental, investimento em melhoria da moradia e investimentos na comunidade, e todas as variáveis *dummys* foram excluídas da equação, pois não tinham nenhuma contribuição para o modelo um. No segundo modelo foram excluídos os fatores três, quatro, cinco e seis, mais as variáveis *dummys*, já no terceiro modelo foram excluídas as variáveis *dummys* e os fatores três, cinco e seis.

4.2 Regressão entre a Receita Líquida e os Sete Fatores

Nesse item apresentam-se os resultados e a análise da regressão múltipla efetuada pelo método *Stepwise*, entre a variável dependente receita líquida, com as variáveis independentes: investimento em benefícios aos funcionários, investimento em cultura e educação, investimento em lazer e desenvolvimento humano, investimento em saúde e bem estar, investimento em segurança, prevenção de acidentes e meio ambiente, investimento em habitação, e investimentos em desenvolvimento social (sete fatores) e as *dummys*, visando verificar se esses fatores influenciam ou não na variação da variável dependente receita líquida, o que pode ser observado na tabela 3 que mostra os resultados do R^2 e R^2 ajustado gerados pelo SPSS.

Tabela 3 – Resultados do R^2 e R^2 ajustado da segunda regressão

Modelo	R^2	R^2 Ajustado
1	0,173	0,171
2	0,304	0,301
3	0,315	0,310
4	0,325	0,319

Nesta regressão foram gerados quatro modelos, onde o primeiro identificou o fator um como sendo o de maior contribuição, pois o R^2 ajustado indica que 17,1% da variação na variável dependente receita líquida é explicada pelo investimento em benefícios aos funcionários.

No segundo modelo foi acrescentado o fator dois, que contribuiu com 13% para a explicação, então a variação na variável dependente receita líquida é explicada num

percentual de 30,1% pelas variáveis independentes: investimento em benefícios aos funcionários e investimentos em cultura e educação.

Quando foi acrescentada a variável independente, fator cinco, representada por investimento em segurança, prevenção de acidentes e meio ambiente, pode-se observar que a contribuição acrescida por esta variável foi de 0,9%. Então analisando o R^2 ajustado, constata-se que 31% da variação na variável dependente receita líquida é explicada pelas variáveis independentes, que neste caso são: investimento em benefícios aos funcionários, investimentos em cultura e educação, e investimento em segurança, prevenção de acidentes e meio ambiente.

No último modelo foi acrescentada a variável independente, fator seis, representada por investimento em habitação. A variação na variável dependente receita líquida é explicada pelas variáveis independentes: investimento em benefícios aos funcionários, investimentos em cultura e educação, investimento em segurança, prevenção de acidentes e meio ambiente, e investimento em habitação, num percentual 31,9%, sendo a contribuição desta variável de apenas 0,9%.

Apresenta-se abaixo, os resultados do beta, t estatístico e a significância gerados na segunda regressão, através da utilização do programa SPSS.

Tabela 4 – Beta, t estatístico e significância (2ª regressão)

Modelo	Variáveis independentes	Beta	t	Sig.
1	Constante		11,926	.000
	Fator 1	0,416	9,805	.000
2	Constante		12,986	.000
	Fator 1	0,416	10,676	.000
	Fator 2	0,362	9,294	.000
3	Constante		13,076	.000
	Fator 1	0,416	10,750	.000
	Fator 2	0,362	9,358	.000
	Fator 5	0,105	2,722	.007
4	Constante		13,154	.000
	Fator 1	0,416	10,814	.000
	Fator 2	0,362	9,414	.000
	Fator 5	0,105	2,738	.006
	Fator 6	-0,098	-2,543	.011

Observa-se, também, neste modelo obtido e considerando as variáveis utilizadas, que o valor beta é de 0,416, o que significa que para cada R\$ 1.000,00 investidos na variável independente, investimentos em benefícios aos funcionários, há uma variação de R\$ 416,00 na variável dependente receita líquida.

Os resultados do primeiro modelo denotam que as variáveis são significativas ($t = 9,805$, $p < 0,001$).

Neste modelo observa-se que o valor beta do fator dois, acrescentado no modelo é de 0,362, portanto, para cada R\$ 1.000,00 investidos na variável independente, investimentos em cultura e educação, há uma variação de R\$ 362,00 na variável dependente receita líquida, esta análise é válida tendo em vista o modelo obtido e considerando as variáveis utilizadas.

No segundo modelo, os resultados demonstram que as variáveis são significativas, pois o fator 1 ($t = 10,676$, $p < 0,001$) e o fator 2 ($t = 9,294$, $p < 0,001$).

Já, tendo em vista este modelo e considerando as variáveis utilizadas, observa-se que o valor beta do fator cinco, acrescentado no modelo é de 0,105, então, para cada R\$ 1.000,00 investidos na variável independente, investimentos em segurança, prevenção de acidentes e meio ambiente, há uma variação de R\$ 105,00 na variável dependente receita líquida.

No terceiro modelo, os resultados apresentam que as duas primeiras variáveis são significativas, pois o fator 1 ($t = 10,750$, $p < 0,001$), o fator 2 ($t = 9,358$, $p < 0,001$) e o fator 5 ($t = 2,722$, $p > 0,001$).

Analisando o último modelo e considerando as variáveis utilizadas, observa-se que o valor beta do fator seis, acrescentado no modelo é de -0,098, significando que ele é inversamente proporcional, e representa que para R\$ 1.000,00 investidos na variável independente, investimento em habitação, há uma diminuição de R\$ 98,00 na variável dependente receita líquida.

No quarto modelo, os resultados mostram que as duas primeiras variáveis são significativas, pois o fator 1 ($t = 10,814$, $p < 0,001$), o fator 2 ($t = 9,414$, $p < 0,001$), o fator 5 ($t = 2,738$, $p > 0,001$) e o fator 6 ($t = -2,543$, $p > 0,001$).

O programa excluiu todas as variáveis que não tinham contribuição para cada modelo. Portanto, no primeiro modelo foram excluídas as variáveis independentes, fator dois, três, quatro, cinco, seis e sete, representadas respectivamente por investimento em cultura e

educação, investimento em lazer e desenvolvimento humano, investimento em saúde e bem estar, investimento em segurança, prevenção de acidentes e meio ambiente, investimento em habitação e investimento em desenvolvimento social, e também as variáveis *dummys*. No segundo modelo foram excluídos os fatores três, quatro, cinco, seis e sete, e as variáveis *dummys*. No terceiro modelo foram excluídas as variáveis *dummys* e os fatores três, quatro, seis e sete. No último modelo foram eliminados os fatores três, quatro e sete, e também as variáveis *dummys*.

4.3 Regressão entre o Resultado Operacional e os Seis Fatores

Apresenta-se nessa seção os resultados e a análise da regressão múltipla realizada pelo método *Stepwise*, efetuada entre a variável dependente resultado operacional com as variáveis independentes: investimento na qualidade de vida dos colaboradores, investimento em desenvolvimento profissional e educação, investimento em desenvolvimento social em esporte e lazer; investimento em bem estar social e ambiental, investimento em melhoria da moradia e investimento na comunidade (seis fatores) e as variáveis *dummys*, visando verificar se esses fatores têm influência ou não na variação da variável dependente resultado operacional. Pode-se ver na tabela a seguir os resultados do teste.

Tabela 5 – Resultados do R^2 e R^2 ajustado da terceira regressão

Modelo	R^2	R^2 Ajustado
1	0,156	0,155
2	0,240	0,237
3	0,318	0,314

Nessa regressão, o programa SPSS gerou três modelos: o primeiro modelo selecionou o fator quatro como sendo o principal, o qual indica que 15,5% da variação na variável dependente resultado operacional é explicada pela variável independente, ou seja, investimento em bem estar social e ambiental.

Quando gerado o segundo modelo, foi acrescentado o fator um nesse teste, representado por investimento na qualidade de vida dos colaboradores. Então, a variação na variável dependente resultado operacional é explicada pelas variáveis independentes: investimento em bem estar social e ambiental e investimento na qualidade de vida dos colaboradores, num percentual 23,7% que é o R^2 ajustado, sendo a contribuição incremental desta variável de 8,2%.

Ainda, o último modelo acrescentou o fator seis, representado por investimento na comunidade, que contribuiu com 7,7% para a explicação do modelo, onde pode-se perceber que o R^2 ajustado ficou em 31,4%, que representa a variação na variável dependente resultado operacional explicada pelas variáveis independentes: investimento em bem estar social e ambiental, investimento na qualidade de vida dos colaboradores, e investimento na comunidade.

A seguir, apresentam-se os resultados do beta, t estatístico e a significância da terceira regressão, gerados pelo programa SPSS.

Tabela 6 – Beta, t estatístico e significância (3ª regressão)

Modelo	Variáveis independentes	Beta	t	Sig.
1	Constante		4,576	.000
	Fator 4	0,396	9,227	.000
2	Constante		4,816	.000
	Fator 4	0,396	9,712	.000
	Fator 1	0,289	7,107	.000
3	Constante		5,078	.000
	Fator 4	0,396	10,239	.000
	Fator 1	0,289	7,493	.000
	Fator 6	0,279	7,218	.000

Analisando este modelo e considerando as variáveis utilizadas, pode-se observar também que o valor beta é de 0,396, o que significa que para cada R\$ 1.000,00 investidos na variável independente, investimentos em bem estar social e ambiental, há uma variação de R\$ 396,00 na variável dependente resultado operacional.

O primeiro modelo, os resultados apresentam que as variáveis são significativas ($t = 9,227$, $p < 0,001$).

Observa-se que o valor beta do fator um acrescentado no modelo é de 0,289, o que significa que para cada R\$ 1.000,00 investidos na variável independente, investimentos na qualidade de vida dos colaboradores, há uma variação de R\$ 289,00 na variável dependente resultado operacional. Esta análise é válida tendo em vista o modelo obtido e considerando as variáveis utilizadas.

No segundo modelo, os resultados mostram que as variáveis são significativas, pois o fator 4 ($t = 9,712$, $p < 0,001$) e fator 1 ($t = 7,107$, $p < 0,001$).

Tendo em vista o modelo obtido e considerando as variáveis utilizadas, observa-se que o valor beta do fator seis, acrescentado no modelo é de 0,279, o que significa que para cada R\$ 1.000,00 investidos na variável independente, investimentos na comunidade, há uma variação de R\$ 279,00 na variável dependente resultado operacional.

No último modelo, os resultados demonstram que as variáveis são significativas, pois o fator 4 ($t = 10,239$, $p < 0,001$), fator 1 ($t = 7,493$, $p < 0,001$) e o fator 6 ($t = 7,218$, $p < 0,001$).

Todas as demais variáveis foram excluídas pelo próprio programa, pois não tinham nenhuma contribuição para os modelos. No primeiro modelo foram excluídos os fatores um, dois, três, cinco e seis, que são, respectivamente: investimento na qualidade de vida dos colaboradores, investimento em desenvolvimento profissional e educação, investimento em desenvolvimento social em esporte e lazer, investimento em melhoria da moradia e investimento na comunidade, e as variáveis *dummys*. No modelo dois foram eliminadas as variáveis *dummys*, os fatores dois, três, cinco e seis. No terceiro e último modelo foram eliminados os fatores dois, três, cinco e as variáveis *dummys*.

4.4 Regressão entre o Resultado Operacional e os Sete Fatores

Apresenta-se nesse item, os resultados e a análise da regressão múltipla realizada pelo método *Stepwise*, entre a variável dependente resultado operacional e as variáveis independentes: investimento em benefícios aos funcionários, investimento em cultura e educação, investimento em lazer e desenvolvimento humano, investimento em saúde e bem estar, investimento em segurança, prevenção de acidentes e meio ambiente, investimento em

habitação e investimentos em desenvolvimento social (sete fatores) e as variáveis *dummys*, visando verificar se esses fatores têm influência ou não na variação da variável dependente resultado operacional.

Apresenta-se a seguir a tabela 7 que mostra os resultados do R^2 e R^2 ajustado, gerados pelo programa SPSS, após rodar a regressão.

Tabela 7 – Resultados do R^2 e R^2 ajustado da quarta regressão

Modelo	R^2	R^2 Ajustado
1	0,238	0,236
2	0,317	0,314
3	0,326	0,321

Nesta regressão foram gerados três modelos, sendo que o primeiro identificou o fator quatro como sendo o de maior contribuição, pois o R^2 ajustado indica que 23,6% da variação na variável dependente resultado operacional é explicada pelo investimento em saúde e bem estar.

No segundo modelo foi acrescentado o fator um, que contribuiu com 7,8% para a explicação, então a variação na variável dependente resultado operacional é explicada num percentual de 31,4% pelas variáveis independentes investimentos em saúde e bem estar, e investimento em benefícios aos funcionários.

No último modelo, ao se acrescentar a variável independente fator dois representada por investimento em cultura e educação, pode-se observar que a contribuição acrescida por esta variável foi de 0,7%. Analisando o R^2 ajustado pode-se observar que 32,1% da variação

na variável dependente resultado operacional é explicada pelas variáveis independentes, que neste caso são: investimento em saúde e bem estar, investimentos em benefícios aos funcionários e investimento em cultura e educação.

Apresenta-se abaixo, os resultados do beta, t estatístico e a significância da quarta regressão gerados pelo programa SPSS.

Tabela 8 – Beta, t estatístico e significância (4ª regressão)

Modelo	Variáveis independentes	Beta	t	Sig.
1	Constante		4,814	.000
	Fator 4	0,488	11,978	.000
2			5,081	.000
	Fator 4	0,488	12,641	.000
	Fator 1	0,282	7,303	.000
3			5,107	.000
	Fator 4	0,488	12,706	.000
	Fator 1	0,282	7,341	.000
	Fator 2	0,092	2,405	.017

Pode-se observar também neste modelo, que o valor beta é de 0,488, o que significa que para cada R\$ 1.000,00 investidos na variável independente, investimentos em saúde e bem estar, há uma variação de R\$ 488,00 na variável dependente resultado operacional, esta análise somente é válida tendo em vista o modelo obtido e considerando as variáveis utilizadas.

No primeiro modelo, os resultados mostram que as variáveis são significativas (t = 11,978, $p < 0,001$).

Tendo em vista este modelo e considerando as variáveis utilizadas, observa-se que o valor beta do fator um acrescentado no modelo é de 0,282, portanto para cada R\$ 1.000,00 investidos na variável independente, investimentos em benefícios aos funcionários, há uma variação de R\$ 282,00 na variável dependente resultado operacional.

No segundo modelo, os resultados denotam que as variáveis são significativas, pois o fator 4 ($t = 12,641$, $p < 0,001$) e o fator 1 ($t = 7,303$, $p < 0,001$).

Já, neste modelo, observa-se que o valor beta do fator dois, acrescentado no modelo é de 0,092, então, para cada R\$ 1.000,00 investidos na variável independente, investimentos em cultura e educação, há uma variação de apenas R\$ 92,00 na variável dependente resultado operacional, esta análise somente é válida tendo em vista o modelo obtido e considerando as variáveis utilizadas.

No terceiro modelo, os resultados apresentam que as duas primeiras variáveis são significativas, pois o fator 4 ($t = 12,706$, $p < 0,001$), fator 1 ($t = 7,341$, $p < 0,001$) e o fator 2 ($t = 2,405$, $p > 0,001$).

As variáveis independentes que não tinham contribuição aos modelos foram eliminadas. Assim, no modelo um foram eliminadas as variáveis *dummys* e os fatores um, dois, três, cinco, seis e sete, que representam respectivamente, investimento em benefícios aos funcionários, investimento em cultura e educação, investimento em lazer e desenvolvimento humano, investimento em segurança, prevenção de acidentes e meio ambiente, investimento em habitação e investimentos em desenvolvimento social. No modelo seguinte foram

excluídos os fatores, dois, três, cinco, seis e sete e as variáveis *dummys*. Já no último modelo foram eliminados as variáveis *dummys* e os fatores três, cinco, seis e sete.

4.5 Comparações entre os Resultados das Regressões

Os resultados das regressões indicam que os investimentos sociais e ambientais influenciam em cerca de 30% no desempenho das empresas pesquisadas.

Foram efetuadas duas regressões para cada variável dependente (receita líquida e resultado operacional), uma com sete fatores, que é a melhor combinação das variáveis independentes (investimentos sociais e ambientais) e outro com seis fatores, que é a segunda melhor combinação das variáveis independentes (gerados pela análise fatorial).

Apresenta-se na tabela 9 o resumo dos resultados obtidos através da regressão múltipla.

Tabela 9 – Comparação entre os resultados

Variável dependente	Variáveis Independentes		R ²	R2 Ajustado
Receita Líquida	seis fatores	Investimento na qualidade de vida dos colaboradores Investimento em desenvolvimento profissional e educação Investimento em bem estar social e ambiental	0,323	0,319
	sete fatores	Investimento em benefícios aos funcionários Investimento em cultura e educação Investimento em segurança, prevenção de acidentes e meio ambiente Investimento em habitação	0,325	0,319
Resultado Operacional	seis fatores	Investimento em bem estar social e ambiental Investimento na qualidade de vida dos colaboradores Investimento na comunidade	0,318	0,314
	sete fatores	Investimento em saúde e bem estar Investimento em benefícios aos funcionários Investimento em cultura e educação	0,326	0,321

Analisando-se as regressões realizadas em relação à receita líquida, pode-se observar as duas têm o mesmo percentual de coeficiente de determinação ajustado (R^2 ajustado = 31,9%), portanto, o nível de explicação da variável receita líquida para os dois testes foi o mesmo.

Analisando as regressões realizadas em relação ao resultado operacional, pode-se perceber que os percentuais dos coeficientes de determinação ajustados são diferentes, pois no teste realizado com os seis fatores obteve-se R^2 ajustado equivalente a 31,4% e R^2 ajustado equivalente a 32,1% no caso dos sete fatores. Portanto, o teste realizado com os sete fatores têm explicação maior da variável resultado operacional, o que permite concluir que os investimentos em saúde e bem estar, investimentos em benefícios aos funcionários e investimentos em cultura e educação, explicam melhor a variação do resultado operacional.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Nesse capítulo apresenta-se a conclusão do estudo realizado e as recomendações para estudos futuros.

5.1 Conclusão

Os estudos desenvolvidos para a realização da presente pesquisa permitiram ampliar os conhecimentos sobre a responsabilidade social e ambiental das empresas, e sobre um dos instrumentos de evidenciação das mesmas: o Balanço Social, no qual se encontram explícitos os indicadores sociais e ambientais que permitem identificar os investimentos realizados pelas mesmas em atendimento às exigências da sociedade.

Nesse contexto, este estudo objetivou determinar o nível de influência dos investimentos sociais e ambientais no desempenho das empresas. Para o atingimento deste objetivo, em um primeiro momento levantou-se os investimentos sociais e ambientais de 231 empresas no período de 1996 a 2002, através da técnica de coleta de dados denominado de

pesquisa documental, onde foram coletados um a um os dados dos balanços sociais das empresas, no *site* do balanço social do IBASE.

Em um segundo momento verificou-se a relação entre os indicadores sociais internos, externos e ambientais, tendo-se realizado uma análise fatorial para tal. Com base nessa análise, foram criados dois grupos de fatores com o objetivo de redução de dados para posterior aplicação do teste de regressão múltipla, que resultou em um grupo de sete fatores, considerada a melhor combinação das variáveis, e um outro com seis fatores, considerada como a segunda melhor combinação destas variáveis.

Por último, foram realizados testes de regressão múltipla com o intuito de estabelecer a correlação entre os investimentos sociais e ambientais (variáveis independentes) com a receita líquida e o resultado operacional das empresas (variáveis dependentes).

No primeiro teste realizado entre a receita líquida e os seis fatores foi encontrado um coeficiente de determinação ajustado (R^2 ajustado) num valor de 0,319, o que significa que 31,9% da variação na variável dependente receita líquida é explicada por três fatores incluídos no modelo: investimento na qualidade de vida dos colaboradores, investimento em desenvolvimento profissional e educação, investimento em bem estar social e ambiental.

No segundo teste efetuado entre a receita líquida e os sete fatores, encontrou-se também um valor de 0,319 de coeficiente de determinação ajustado (R^2 ajustado), significando que 31,9% da variação na receita líquida é explicada pelos quatro fatores incluídos no modelo: investimento em benefícios aos funcionários, investimento em cultura e

educação, investimento em segurança, prevenção de acidentes e meio ambiente e investimento em habitação.

No terceiro teste realizado entre o resultado operacional e os seis fatores, obteve-se um valor de 0,314 de coeficiente de determinação ajustado (R^2 ajustado), o que significa que 31,4% da variação na variável dependente resultado operacional é explicada por três fatores incluídos no modelo: investimento em bem estar social e ambiental, investimento na qualidade de vida dos colaboradores e investimento na comunidade.

No quarto teste efetuado entre o resultado operacional e os sete fatores foi encontrado um coeficiente de determinação ajustado (R^2 ajustado) no valor de 0,321, o que significa que 32,1% da variação na variável resultado operacional é explicada por três fatores: investimento em saúde e bem estar, investimento em benefícios aos funcionários e investimento em cultura e educação.

Os testes realizados com a receita líquida (variável dependente) resultaram no mesmo coeficiente de determinação ajustado (R^2 ajustado = 0,319), tendo, portanto, o mesmo nível de explicação. Já nos testes de regressão, realizados com o resultado operacional (variável dependente), identificou-se um R^2 ajustado diferente tendo o teste realizado com os sete fatores apresentado uma melhor explicação (R^2 ajustado = 0,321).

A presente pesquisa possui limitações, como: a) o pequeno grau de controle sobre a coleta de dados; b) possibilidade de que fatores desconhecidos para o investigador possam interferir nos resultados; c) amostra pouco representativa das empresas brasileiras que investem na área social e ambiental, cujos balanços sociais foram disponibilizados; que não

permitem a generalização dos seus resultados. Apesar destas limitações, o estudo encontra mérito pois, segundo Sucupira (2004), o faturamento dessas organizações, em 2002, correspondeu a cerca de 30% do Produto Interno Bruto (PIB), foram responsáveis pelo emprego direto de 771 mil pessoas e muitas dessas empresas são conhecidas como referência no tema da responsabilidade social empresarial. Portanto, se a quantidade de empresas ainda não é grande para uma análise com devido rigor estatístico, pode-se dizer que se trata daquelas mais sintonizadas com o tema.

Embora existam estas limitações, o estudo sugere que as empresas socialmente responsáveis estão sendo influenciadas em seu desempenho em cerca de 30% pelos investimentos sociais e ambientais, corroborando, assim, resultados da pesquisa realizada pelo CNI e IBOPE que identificam que a maioria dos consumidores brasileiros estão dispostos a pagar mais por um produto que não agrida o meio ambiente.

Torna-se oportuno destacar o estudo realizado por Zanella e David (2002), que objetivou testar quatro hipóteses sobre o sentido causal entre lucros e salários visando clarificar a relação entre indicadores laborais e desempenho das empresas. No estudo foram utilizados os dados contidos no Balanço Social de 16 empresas, submetidos ao teste de causalidade de Granger, aplicado para dados em painel. Os resultados indicaram a bicausalidade entre as variáveis salários e lucros, portanto, o teste evidencia que salários determinam lucros e que lucros determinam salários.

Destaca-se, também, o estudo realizado por Backes *et al.* (2004), que objetivou confirmar a afirmação de que investimentos em capital humano impactam positivamente nos resultados das empresas. O estudo utilizou-se dos dados do Balanço Social de 150 empresas,

abrangendo o período de 1999 a 2002. O mesmo envolveu a realização do teste estatístico dados em painel - método *fixed effects weigths*, onde atingiu nível de significância $< 0,05$ (t estatístico = 0,000; F estatístico = 0,000), evidenciando um coeficiente de determinação de 0.768, o que indica que a variação no resultado operacional é explicada em 77% pelos investimentos em educação, capacitação e desenvolvimento profissional dos funcionários. Como se observa, o estudo indicou relação positiva entre os investimentos em educação e capacitação/desenvolvimento dos funcionários e os resultados organizacionais.

Pode-se citar, também, o estudo realizado por Machado e Pimenta Júnior (2004), que teve por objetivo verificar se as empresas que adotam uma postura socialmente responsável obtêm um retorno de suas ações superior ao das demais empresas. O estudo envolveu as empresas que participaram do cálculo do Índice Bovespa, no período de outubro de 2002 a setembro 2003. As medidas de performance financeira utilizadas nesse estudo foram os índices de Jensen, Treynor e Sharpe. Os resultados indicaram que a ‘carteira socialmente responsável’ apresentou um desempenho financeiro superior ao grupo controle.

Pelo exposto, percebe-se que tanto a presente pesquisa como as realizadas anteriormente, embora usando testes estatísticos diferentes, apresentam uma relação positiva entre os indicadores sociais e ambientais e o desempenho das empresas pesquisadas, indicando que as empresas que são socialmente responsáveis estão tendo retorno satisfatório desses investimentos.

Finalmente, no que concerne ao presente estudo, pode-se mencionar que os indicadores que mais influenciaram a receita líquida e o resultado operacional das empresas foram, respectivamente: investimento em benefícios aos funcionários, investimento em

cultura e educação, investimento em segurança, prevenção de acidentes e meio ambiente e investimento em habitação; e investimento em saúde e bem estar, investimento em benefícios aos funcionários e investimento em cultura e educação.

Com base no exposto, o estudo sugere que tanto a receita líquida como o resultado operacional das empresas estudadas são influenciados em cerca de um terço pelos investimentos sociais e ambientais realizados, contudo, há de se considerar que o desempenho das empresas é influenciado por inúmeras outras variáveis que não foram contempladas neste estudo, como, por exemplo, qualidade dos produtos, preço, inovação, estratégias empresariais, condições de mercado, embora muitas dessas variáveis possuam relação direta ou indireta com os indicadores sociais e ambientais.

5.2 Recomendações

Para desenvolvimento de outras pesquisas que possam auxiliar as questões relacionadas com a responsabilidade social e ambiental das empresas, sugere-se:

- A realização de um estudo comparativo entre os diversos setores em que estão classificadas as empresas que publicam o balanço social no *site* do IBASE.
- A realização de uma análise comparativa entre os balanços sociais de empresas brasileiras e francesas, considerando que a França é um dos poucos países em que tem uma Lei exigindo a publicação do balanço social.

- A realização de um estudo com uma amostra representativa das empresas brasileiras investidoras na área social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de; CAVALCANTI, Yara; MELLO, Cláudia dos S.. **Gestão ambiental**: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação. Rio de Janeiro: Thex, 2000.

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; TACHIZAWA, Takeshy; CARVALHO, Ana Barreiros de. **Gestão Ambiental**: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. 2.ed. São Paulo: Makron Books, 2004.

ASHLEY, Patricia Almeida. A mudança histórica do conceito de responsabilidade social empresarial. IN: _____ (coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BACKES, Rosemary G.; BIANCHI, Márcia; MACHADO, Débora G.; OLIVEIRA, Daniele D. **A Relação entre os Investimentos em Capital Humano e os Resultados Organizacionais**. XI Congresso Brasileiro de Custos. Porto Seguro, BA, 2004.

BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; MARCON, Rosilene. **Unpacking Firm Effects: Modeling Political Alliances in Variance Decomposition of Firm Performance in Turbulent Environments**. XXVIII ENANPAD, Curitiba, PR, 2004.

BARBIERI, José C. Empresa e meio ambiente. In **Revista Exame**, Encarte especial, Janeiro 2000.

BOSCHI, Álvaro Luiz. **Balanco Social**: A contribuição da contabilidade na evidenciação das ações sociais das empresas do Rio Grande do Sul. São Leopoldo: UNISINOS, 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Centro de Ciências Econômicas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003.

BOWEN, Howard E. **Responsabilidades Sociais do Homem de Negócios**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.fatma.sc.gov.br/download/biblioteca_ambiental/Constitui%E7%E3o%20Federal%201988.doc> Acesso em: 24 set. 2004.

BRITO, Luiz Artur Ledur; VASCONCELOS, Flávio Carvalho de. **How much does country matter?** XXVII ENANPAD, Atibaia, SP, 2003a.

BRITO, Luiz Artur Ledur; VASCONCELOS, Flávio Carvalho de. **Firm Performance in an Extremely Turbulent Environment: Year, Industry and Firm Effects.** XXVII ENANPAD, Atibaia, SP, 2003b.

CALLENBACH, Ernest. et al.. **Gerenciamento Ecológico.** São Paulo: Cultrix, 1993.

CERTO, Samuel C.; PETER, J. Paul. **Administração Estratégica: Planejamento e Implantação da Estratégia.** São Paulo: Makron Book, 1993.

CHAVES, Jorge Bezerra Lopes; ASHLEY, Patricia Almeida. Racionalidade para a ética empresarial e a gestão da empresa cidadã. IN: ASHLEY, Patricia Almeida (coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração.** 7.ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

DONAIRE, Denis. **Gestão Ambiental na empresa.** São Paulo: Atlas, 1995.

DUARTE, Gleuso Damasceno; DIAS, José Maria Martins. **Responsabilidade social: a empresa hoje.** São Paulo: LTC, 1986.

ETHOS. **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2005.** Disponível em: <http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/download/indicadores_2005.pdf> Acesso em: 30 ago. 2005a.

ETHOS. **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2005.** Perguntas e Respostas. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/perguntas_respostas/> Acesso em: 30 ago. 2005b.

ETHOS. **Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial.** Perguntas frequentes. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>> Acesso em: 23 mai. 2005c.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza. **Uma contribuição para a gestão econômica do meio ambiente** – um enfoque de sistema de informações. São Paulo: USP, 1998. Tese (Doutorado em Contabilidade), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 1998.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza. **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Atlas, 2003.

FERNANDES, José Wilson Nunes. **A gestão Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável sob a óptica da Contabilidade Ambiental.** Goiânia: XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2000.

FIDES a – **Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social**. Balanço Social – Pioneirismo FIDES. Disponível em: <http://www.fides.org.br/balanco_social_pioneirismo.htm> Acesso em: 16 jun. 2005.

FIDES b - **Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social**. Balanço Social – fóruns de balanço social. Disponível em: <http://www.fides.org.br/balanco_social_forum.htm> Acesso em: 26 jan. 2005.

FREIRE, Fátima de Souza; REBOUÇAS, Tereza Raquel da Silva. Uma descrição sucinta do balanço social Francês, Português, Belga e Brasileiro. IN: SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza. (Org.) **Balanço Social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

FREY, Irineu Afonso. **Sistema de Gerenciamento da Responsabilidade Social Empresarial por Meio de Indicadores**. Florianópolis: UFSC, 2005. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção), Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

FRIEDMAN, Milton. The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits. **New York Times Magazine**, Nova York, p. 122-126, set. 1970.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Ernesto Lima. Princípios fundamentais de operacionalização do Balanço Social. IN: _____ (Org.). **Balanço Social da Empresa na América Latina**. São Paulo: Pioneira, 1980a.

GONÇALVES, Ernesto Lima. Tentativa de um modelo básico de Balanço Social. IN: _____ (Org.). **Balanço Social da Empresa na América Latina**. São Paulo: Pioneira, 1980b.

GONÇALVES, Ernesto Lima. Responsabilidade social da empresa. **Revista de Administração Empresarial**, v. 24, n. 4, p. 226-240, out. -dez. 1984.

HAIR, Jr. Joseph F.; ANDERSON, Rolph E.; TATHAM, Ronald L.; BLACK, William C.. **Análise Multivariada de Dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

IBASE – **Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas**. Disponível em: <<http://ibase.org.br>> Acesso em: 27 jul. 2004.

IBASE – **Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas**. Publique seu Balanço Social. 2003. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1&sid=2&tpl=prin>> Acesso em: 23 jul. 2005.

KARKOTLI, Gilson; ARAGÃO, Sueli Duarte. **Responsabilidade Social: Uma contribuição à gestão transformadora das organizações**. Petrópolis: Vozes, 2004.

KHALILI, Amyra El. O que são créditos de carbono? **Revista ECO 21**, Rio de Janeiro, ano XII, n. 74, jan. 2003. Disponível em: <<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=436>> Acesso em: 13 nov. 2005.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balço Social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.
KWASNICKA, Eunice Laçava. **Introdução à administração**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LEONARDO, Vera Sirlene. **A Contabilidade e o Meio Ambiente: uma visão das indústrias químicas certificadas pela ISO 14000**. Florianópolis: UFSC, 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção), Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

LIMA, Paulo Rogério dos Santos. et al. RSE no contexto brasileiro: uma agenda em contínua expansão e difusão. IN: ASHLEY, Patricia Almeida (coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

LISBOA NETO, Hildefôncio. **Organização das Informações do Balço Social em Instituição Financeira como Instrumento de Gestão de sua Responsabilidade Social**. Florianópolis: UFSC, 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção), Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

MACHADO, Roseli de Oliveira; PIMENTA JÚNIOR, Tabajara. **A influência da responsabilidade social corporativa sobre o retorno das ações de empresas de capital aberto no Brasil**. XXIV Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Florianópolis, SC, 2004.

MAIMON, Dália. **Passaporte Verde: Gestão Ambiental e Competitividade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MELO NETO, Francisco P. de; FROES, César. **Gestão da Responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES César. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MERINO, Silvia Lopez. **O meio ambiente expressado em termos Contábeis, um desafio para o Contador do futuro**. Goiânia: XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2000.

MOURA, Luiz Antônio Abdalla de. **Economia Ambiental: gestão de custos e investimentos**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

MOURA, Luiz Antônio Abdalla de. **Qualidade e Gestão Ambiental: sugestões para implantação das normas ISO 14.000 nas empresas**. 3 ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

MUELLER, Adriana. **A Utilização dos Indicadores Responsabilidade Social Corporativa e sua Relação com os Stakeholders**. Florianópolis: UFSC, 2003. Dissertação (Mestrado em

Engenharia de Produção), Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

OTT, Ernani; DALMAGRO, Caroline. **Gestão e Contabilidade Ambiental**. IN: CLADEA 2002. Porto Alegre. Anais CLADEA 2002, Porto Alegre, 2002.

PORTO ALEGRE. **Lei n. 8.118**, de 05 de janeiro de 1998. Cria o Balanço Social das Empresas estabelecidas no âmbito do Município de Porto Alegre e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.crcrs.org.br/legisla.htm>> Acesso em: 22 mar. 2005.

QUEIROZ, Adele. Aplicação de modelos de responsabilidade social à realidade brasileira. IN: ASHLEY, Patricia Almeida (coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

QUEIROZ, Adele. **A responsabilidade social das empresas no Brasil: um estudo sobre indicadores**. V Congreso Internacional Del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Santo Domingo, Rep. Dominicana, 24 –27 oct. 2000.

REBOLLO, Mário Guilherme. **A Contabilidade como instrumento de controle e proteção ao meio ambiente**. Goiânia: XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2000.

REGIO, Silvana Hyppolito. **A publicação do balanço social das empresas e sua influência na cotação de ações negociadas na BOVESPA**. 5 ed. Prêmio Ethos Valor. 2005. Disponível em: <<http://www.uniethos.org.br/Rainbow/documentos/A%publica%3%A7%>> Acesso em: 09 out. 2005.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade e Meio Ambiente**. São Paulo: USP, 1992. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 1992.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Custeio das Atividades de Natureza Ambiental**. São Paulo: USP, 1998. Tese (Doutorado em Contabilidade), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 1998.

RIBEIRO, Maisa de Souza; LISBOA, Lázaro Plácido. Balanço Social. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Ano XXVIII, n. 115, p. 72-81, jan.–fev. 1999.

RIBÓ, Juan. A Certificação do Sistema de Gerenciamento Ambiental na Comunidade Européia. IN: FRANKENBERG, Cláudio Crescente; RAYA-RODRIGUEZ, Maria Teresa; CANTELLI, Marlize. (Coord.). **Gerenciamento de resíduos e certificação ambiental**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

RICCA, José Luiz. **Balanço Social**. Disponível em: <<http://www.fides.org.br/artigo10.pdf>> Acesso em: 30 jun. 2005.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei n. 11.440**, de 18 de janeiro de 2000. Cria o Certificado de Responsabilidade Social – RS para empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/anais/50/deputados/busatto/Certifica_Respon.htm> Acesso em: 21 mar. 2005.

SÃO ANDRÉ. **Lei n. 7.672**, de 18 de junho de 1998. Cria o Selo Empresa-Cidadã às Empresas que instituírem e apresentarem qualidade em seu Balanço Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mp.sc.gov.br/gim/nv0_geral/download/Lei%207672.98.html> Acesso em: 21 mar. 2005.

SOUZA, Hebert de. Empresa Pública e Cidadã. IN: SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza. (Org.) **Balanço Social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

SROUR, Robert Henry. **Poder, cultura e ética nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SUBIABRE, Santiago Bruron. Auditoria Sócio-Econômica. IN: GONÇALVES, Ernesto Lima. (Org.). **Balanço Social da Empresa na América Latina**. São Paulo: Pioneira, 1980.

SUCUPIRA, João A.. Ética nas Empresas e Balanço Social. IN: SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza. (Org.) **Balanço Social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

SUCUPIRA, João. Balanço Social: diversidade, participação e segurança do trabalho. IN: **Revista Democracia Viva**. n. 22, p. 58-63, jun-jul. 2004. Disponível em: <<http://www.ibase.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>> Acesso em: 23 jul. 2005.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**. 2.ed. rev.amp. São Paulo: Atlas, 2004.

TEIXEIRA, Luciano Guerra de Almeida. **Contabilidade Ambiental-Eco-Eficiência**. Goiânia: XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2000.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social: uma abordagem sócio-econômica da contabilidade**. São Paulo: USP, 1984. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, 1984.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

TORRES, Ciro. **Um pouco da história do balanço social**. 2003. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=3&sid=3&tpl=printervi>> Acesso em: 30 jan. 2005.

TORRES, Ciro. Responsabilidade Social das Empresas (RSE) e Balanço Social no Brasil. IN: SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza. (Org.) **Balanço Social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

TREVISAN, Fernando Augusto. Balanço social como instrumento de marketing. **RAE Eletrônica**. Vol. 1, n. 2, jul.-dez. 2002. Disponível em:

<<http://www.era.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1465&Secao=PWC&Volume=1&Numero=2&Ano=2002>> Acesso em: 10 ago. 2005.

UBERLÂNDIA. **Decreto Legislativo n. 118**, de 11 de novembro de 1999. Institui título de desempenho comunitário Empresarial e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=68&sid=10&tpl=printer view>> Acesso em: 30 mar. 2005.

VALLE, Cyro Eyer do. **Como se preparar para as Normas ISO 14000**: qualidade ambiental: o desafio de ser competitivo protegendo o meio ambiente. 3.ed.atual. São Paulo: Pioneira, 2000.

VASCONCELOS, Flávio Carvalho de; BRITO, Luiz Artur Ledur. Vantagem Competitiva: O Construto e a Métrica. **RAE – Revista de Administração de Empresas**. v. 44, n. 2, Abr.-Jun. 2004.

ZANELLA, Fernando Caputo; DAVID, Afonso Rodrigo. **O Balanço Social como Fonte de Investigação Científica: A Relação entre Lucros e Salários**. XXVI ENANPAD, Salvador, BA, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A:

Listas das Empresas que publicaram o Balanço Social no *site* do Balanço Social do IBASE.

- 1 ACESITA
- 2 ACHE
- 3 Açúcar Guarani
- 4 Aes Sul Dist. Gaúcha de Energia
- 5 Agrícola Fraiburgo S/A
- 6 Albras
- 7 Alternex
- 8 Alunorte
- 9 Amazônia Celular
- 10 Asbace ATP
- 11 Bahia Sul Celulose
- 12 Banco Bradesco
- 13 Banco da Amazônia
- 14 Banco do Brasil
- 15 Banco Itaú
- 16 Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
- 17 Bandeirante Energia
- 18 Bank Boston
- 19 Banrisul
- 20 BASF
- 21 Belcar Caminhões e Máquinas
- 22 Belgo Mineira
- 23 BNDES
- 24 BR Distribuidora

25	Br Telecom Participações
26	Brasil Telecom
27	CAESB
28	CAIUÁ
29	Calçados Azaléia
30	Calçados Bibi
31	Camargo Corrêa
32	Cambará S.A Produtos Florestais
33	Camguru Embalagens
34	CAO - Cia Industrial e Agrícola Ometto
35	CASSI
36	CBTU
37	CEA - Cia Eletric do Amapá
38	CEB - Cia Energética de Brasília
39	CECRISA
40	CEDAE
41	CEF - Caixa Econ. Federal
42	CELB - Cia Energética da Borborema
43	CELESC
44	CELG
45	CELPA - Centrais Elétricas do Pará
46	CELPE - Cia Energética de Pernambuco
47	CELTINS - Cia Energia Elet. Est. Tocantins
48	CEMAT
49	CEMAT - Centrais Elétricas Matogrossenses
50	CENF - Cia Eletric de Nova Friburgo
51	Central Álcool de Lucélia
52	CEPISA
53	CESP - Cia Energética de São Paulo
54	CET - Cia de Engenharia de Tráfego
55	CFLCL
56	CHESF - Cia Hidro Elétrica do São Francisco
57	Cia Carris Porto Alegre
58	Cia Energética de Alagoas - CEAL
59	Cia Energética Santa Elisa
60	Cia Força e Luz do Oeste
61	Cia Ind. Cataguases
62	Cia Nac. Energia Elétrica
63	Cia Província
64	Cia Suzano de Papel e Celulose
65	CLFSC - Cia Força e Luz Santa Cruz
66	COCAL Açúcar e Álcool
67	COCEL - Cia Campolarguense de Energia
68	COELBA
69	COELCE - Cia Energia Ceará
70	COHAB - Cia de Habitação do Est. do Pará
71	CONPASUL
72	COPEL - Cia Paranaense de Energia
73	COPEL - Cia Petroquímica do Sul
74	COSERN - Cia Energética do Rio Grande do Norte

75	COSIPA - Cia Siderúrgica Paulista
76	CPFL - Cia Piratininga de Força e Luz
77	CPFL Geração de Energia Elétrica S.A
78	CPTM - Cia Paulista de Trens Metropolitanos
79	CSN - Cia Siderúrgica Nacional
80	CST - Cia Siderúrgica de Tubarão
81	CTEEP - Cia Transmissão Energia Elétrica Paulista
82	CVRD - Cia Vale do Rio Doce
83	DE NADAI
84	DMEPC
85	DORI Alimentos
86	Du Pont
87	Eberle Mundial
88	ECT - Dir Reg. RS
89	ECT Nacional
90	Editora Palavra Mágica
91	EFLUL Emp. Força e Luz Urussanga
92	EL PASO
93	ELEKTRO Elet. e Serviço
94	ELETROACRE - Cia de Eletricidade do Acre
95	ELETROBRÁS
96	ELETROCEEE
97	ELETRONORTE
98	ELETRONUCLEAR
99	ELETROPAULO
100	Eli Lilly do Brasil
101	EMBRACO
102	EMBRAER
103	EMBRAPA
104	EMBRATEL
105	EMEPA
106	Empresa Elétrica Bragantina
107	Emp. Elétrica Vale Paranapanema
108	EMPARN
109	ENERGIPE - Empresa Brasileira de Sergipe
110	ENERSUL
111	EPAMIG
112	EPTE - Emp. Paulista Transmissão Energia Elétrica
113	ESC de Tur. e Hot. Barreira Roxa
114	ESCELSA - Esp. Santo Centrais Elétricas
115	Expresso Caxiense
116	FERSOL
117	Florestal Alimentos
118	FRAS-LE
119	FURNAS Centrais Elétricas
120	GAFISA
121	GCS Energia
122	General Motors do Brasil
123	Gerdau S.A
124	Globo Cabo

125	Granvitur Fretamento e Turismo Ltda
126	Grupo José Pessoa
127	Grupo Orsa
128	Grupo Pão de Açúcar
129	Grupo Santander Banespa
130	Hidrelétrica Xanxerê
131	HIDROPAN
132	Hospital de Clínicas de POA
133	Hospital Mater DEI
134	IBERDROLA
135	IBS - Inst. Bras. de Siderurgia
136	IMBRALIT
137	INEPAR
138	INTELBRÁS
139	Intermédica
140	INTERVIAS
141	IRB
142	ITAUSA
143	ITAUTEC PHILCO
144	Jari Celulose
145	Laboratório Sabin
146	LIGHT
147	LUPATECH
148	MAEDA
149	Manaus Energia
150	Marcopolo
151	Marisol
152	MBR - Minerações Bras. Reunidas
153	Meridional de Tabacos
154	Metro SP
155	Milênia Agro Ciências
156	MNA - Metalúrgica Nova Americana
157	Multibrás da Amazônia
158	Muxfeldt Marin Cia
159	Nitroquímica
160	Novità FIAT
161	O Boticário - Grupo
162	O Boticário - Indústria
163	Organon
164	Orsa Celulose, Papel e Embalagens
165	OTIS
166	Paraíso Bioenergia
167	PARKS S.A Comunicações Digitais
168	Perdigão
169	PESAGRO - RIO
170	Peter Chemical
171	PETROBRAS
172	PETROFLEX (Suzano Petroq.)
173	Petroleo Ipiranga
174	Petroquímica Triunfo

175	PETROS
176	Polibrasil (Suzano Petroq.)
177	Politeno (Suzano Petroq.)
178	PREVI
179	RANDON
180	RBS
181	REPAF
182	RGE - Rio Grande Energia
183	SABESP
184	SADIA
185	SAGANOR
186	SAINT - GOBAIN
187	SAMARCO
188	SAR Sul Americana Refrigeração
189	SERASA
190	SERCOMTEL Celular S/A
191	SERCOMTEL S.A Telecomunicações
192	SHELL
193	Springer Carrier
194	Sul América Seguros
195	Tecnum & Corporate Empreendimentos Imobiliários
196	Tele Centro Sul
197	Tele Norte Celular
198	TELEMAR
199	TELEMIG Celular
200	TERMOAÇU
201	TERMOPE - Termopernambuco
202	TEXON Ind. Farmacêutica
203	Todeschini Ind. Com.
204	Torre Empreemd. Rural e Construção
205	Tractebel Energia
206	Transportadora Americana Ltda
207	Trensurb
208	Tropical Imóveis
209	TRW Automotive
210	Tupy
211	Uberlândia Refrescos
212	Ultrapar Participações
213	UNIALCO
214	UNIBANCO
215	UNIMED Goiânia
216	UNIMED Ponta Grossa
217	UNIMED São Paulo
218	USIMINAS
219	Usina Cerradinho
220	Usina Ferrari
221	Usina Jalles Machado
222	Usina Mandu
223	Usina São Domingos
224	Usina São José da Estiva

225	Usina São Martinho
226	Veja Engenharia Ambiental
227	Viação Campos Gerais
228	Viação Grande Vitória
229	Votorantin Celulose e Papel
230	Zanzini Móveis
231	Zivi/Hercules

ANEXOS

Anexo A – Balanço Social Modelo IBASE

Balanco Social Anual / 2004



1. Base de cálculo	2004 Valor (mil reais)			2003 Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)						
Resultado operacional (RO)						
Folha de pagamento bruta (FPB)						
2. Indicadores sociais internos	Valor (mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação						
Encargos sociais compulsórios						
Previdência privada						
Saúde						
Segurança e medicina no trabalho						
Educação						
Cultura						
Capacitação e desenvolvimento profissional						
Creches ou auxílio-creche						
Participação nos lucros ou resultados						
Outros						
Total - Indicadores sociais internos						
3. Indicadores sociais externos	Valor (mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Educação						
Cultura						
Saúde e saneamento						
Esporte						
Combate à fome e segurança alimentar						
Outros						
Total das contribuições para a sociedade						
Tributos (excluídos encargos sociais)						
Total - Indicadores sociais externos						
4. Indicadores ambientais	Valor (mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa						
Investimentos em programas e/ou projetos externos						
Total dos investimentos em meio ambiente						
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%
5. Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período						
Nº de admissões durante o período						
Nº de empregados(as) terceirizados(as)						
Nº de estagiários(as)						
Nº de empregados(as) acima de 45 anos						
Nº de mulheres que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por mulheres						
Nº de negros(as) que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)						
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais						
6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2004			Metas 2005		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa						
Número total de acidentes de trabalho						
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas solucionadas:	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2004:			Em 2005:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	_____ % governo	_____ % colaboradores(as)		_____ % governo	_____ % colaboradores(as)	
	_____ % acionistas	_____ % terceiros	_____ % retido	_____ % acionistas	_____ % terceiros	_____ % retido
7. Outras informações						

Apoio:



Parcerias:



Instruções para o preenchimento

Realização	Este Balanço Social (BS) deve apresentar os projetos e as ações sociais e ambientais efetivamente realizados pela empresa Sugestão: este BS deve ser o resultado de amplo processo participativo que envolva a comunidade interna e externa
Publicação	Este BS deve ser apresentado como complemento em outros tipos de demonstrações financeiras e socioambientais; publicado isoladamente em jornais e revistas; amplamente divulgado entre funcionários(as), clientes, fornecedores e a sociedade. Pode ser acompanhado de outros itens e de informações qualitativas (textos e fotos) que a empresa julgue necessários
Selo "Balanço Social Ibase/Betinho"	A empresa que realizar e publicar o seu balanço social, utilizando este modelo mínimo sugerido pelo Ibase, pode receber o direito de utilizar o Selo Balanço Social Ibase/Betinho nos seus documentos, relatórios, papelaria, produtos, embalagens, site etc. Mais informações e normas: www.balancosocial.org.br RESTRIÇÕES: o Selo Ibase/Betinho NÃO será fornecido às empresas de cigarro/fumo/tabaco, armas de fogo/munições, bebidas alcoólicas ou que estejam envolvidas em denúncias e/ou processos judiciais relativos à exploração de trabalho infantil e/ou qualquer forma de trabalho forçado e à prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente
1. Base de cálculo	Itens incluídos
Receita líquida	Receita bruta excluída dos impostos, contribuições, devoluções, abatimentos e descontos comerciais
Resultado operacional	Este se encontra entre o Lucro Bruto e o LAIR (Lucro Antes do Imposto de Renda), ou seja, antes das receitas e despesas não operacionais
Folha de pagamento bruta	Somatório de remuneração (salários, gratificações, comissões e abonos), 13º salário, férias e encargos sociais compulsórios (INSS, FGTS e contribuição social).
2. Indicadores sociais internos	
Alimentação	Gastos com restaurante, vale-refeição, lanches, cestas básicas e outros relacionados à alimentação de empregados(as)
Previdência privada	Planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações de benefícios a aposentados(as) e seus dependentes
Saúde	Plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde, inclusive de aposentados(as)
Educação	Gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação
Cultura	Gastos com eventos e manifestações artísticas e culturais (música, teatro, cinema, literatura e outras artes)
Capacitação e desenvolvimento profissional	Recursos investidos em treinamentos, cursos, estágios (excluído os salários) e gastos voltados especificamente para capacitação relacionada com a atividade desenvolvida por empregados(as)
Creches ou auxílio-creche	Creche no local ou auxílio-creche a empregados(as)
Participação nos lucros ou resultados	Participações que não caracterizem complemento de salários
Outros benefícios	Seguros (parcela paga pela empresa), empréstimos (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradia e outros benefícios oferecidos a empregados(as) podem ser aqui enumerados
3. Indicadores sociais externos	
Total das contribuições para a sociedade	Somatório dos investimentos na comunidade que aparecem discriminados Os itens na tabela aparecem como indicação de setores importantes onde a empresa deve investir (como habitação, creche, lazer e diversão, por exemplo). Porém podem aparecer aqui somente os investimentos focais que a empresa realiza regularmente
Tributos (excluídos encargos sociais)	Impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais
4. Indicadores ambientais	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	Investimentos, monitoramento da qualidade dos resíduos/efluentes, despoluição, gastos com a introdução de métodos não-poluentes, auditorias ambientais, programas de educação ambiental para os(as) funcionários(as) e outros gastos com o objetivo de incrementar e buscar o melhoramento contínuo da qualidade ambiental na produção/operação da empresa
Investimentos em programas/projetos externos	Despoluição, conservação de recursos ambientais, campanhas ecológicas e educação socioambiental para a comunidade externa e para a sociedade em geral
Metas anuais	Resultado médio percentual alcançado pela empresa no cumprimento de metas ambientais estabelecidas pela própria corporação, por organizações da sociedade civil e/ou por parâmetros internacionais como o Global Reporting Initiative (GRI)
5. Indicadores do corpo funcional	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	Considerar como trabalhadores(as) negros(as) o somatório de indivíduos classificados/autodeclarados como de pele preta e parda (conforme a RAIS)
6. Informações relevantes	
Relação entre a maior e a menor remuneração	Resultado absoluto da divisão da maior remuneração pela menor
Número total de acidentes de trabalho	Todos os acidentes de trabalho registrados durante o ano
Normas	Conforme as Convenções 87, 98, 135 e 154 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os itens da norma Social Accountability 8000 (SA 8000)
Valor adicionado	Mais informações: www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=9&sid=13
7. Outras informações	
	Outras informações importantes quanto ao exercício da responsabilidade social, ética e transparência. Critério 3 para as empresas que solicitarem o Selo Balanço Social Ibase/Betinho.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
NÍVEL MESTRADO

AUTORIZAÇÃO

Eu DANIELE DIAS DE OLIVEIRA BERTAGNOLLI, CPF 001.027.340-97, autorizo o Programa de Mestrado em Ciências Contábeis da UNISINOS, a disponibilizar a Dissertação de minha autoria sob o título Estudo sobre a Influência dos Investimentos Sociais e Ambientais no Desempenho Econômico das Empresas, orientada pelo professor doutor Ernani Ott e Co-orientada pelo professor doutor Cláudio Damacena, para:

Consulta Sim Não

Empréstimo Sim Não

Reprodução:

Parcial Sim Não

Total Sim Não

Divulgar e disponibilizar na Internet gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral da minha Dissertação citada acima, no *site* do Programa, para fins de leitura e/ou impressão pela Internet

Parcial Sim Não

Total Sim Não

Em caso afirmativo, especifique:

Sumário: Sim Não

Resumo: Sim Não

Capítulos: Sim Não

Quais _____

Bibliografia: Sim Não

Anexos: Sim Não

São Leopoldo, ____/____/____

Assinatura do(a) Autor (a)

Visto do(a) Orientador(a)